

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS (FCH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS)

**O ESPECTRO VERMELHO EM VERDE E AMARELO:
RESSONÂNCIAS DO DISCURSO ANTICOMUNISTA NA CAMPANHA
ELEITORAL DE 2022 DE JAIR BOLSONARO**

DOURADOS-MS

2026

RENATO LUCAS ARECO DE MATOS

**O ESPECTRO VERMELHO EM VERDE E AMARELO:
RESSONÂNCIAS DO DISCURSO ANTICOMUNISTA NA CAMPANHA
ELEITORAL DE 2022 DE JAIR BOLSONARO**

Dissertação apresentada à Comissão
Julgadora do Programa de Pós-Graduação
em Sociologia - *Stricto Sensu* - Mestrado,
da Universidade Federal da Grande
Dourados como exigência para obtenção
do título de Mestre em Sociologia.
Orientador: Marcos Antonio da Silva

DOURADOS-MS

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M433e Matos, Renato Lucas Areco De
O ESPECTRO VERMELHO EM VERDE E AMARELO: : RESSONÂNCIAS DO DISCURSO
ANTICOMUNISTA NA CAMPANHA ELEITORAL DE 2022 DE JAIR BOLSONARO [recurso
eletrônico] / Renato Lucas Areco De Matos. -- 2026.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: MARCOS ANTONIO DA SILVA.
Coorientador: DAVIDE GIACOBBO SCAVO.
Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2026.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Anticomunismo. 2. Jair Bolsonaro. 3. Guerra Cultural. I. Silva, Marcos Antonio Da. II. Scavo,
Davide Giacobbo. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Aos meus irmãos Luan Gabriel e Lara Gabrielle, com a esperança de que um dia a criticidade os atravesse e os conduza pelo caminho da reflexão e da luta pela transformação social.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da travessia que me trouxe até aqui, muitos foram os encontros que, ainda que breves ou silenciosos, acenderam em mim a fagulha da persistência. Agradeço, sem nomear, a todas as presenças — visíveis ou discretas — que, em suas formas singulares, tocaram este percurso: umas com saberes que enriqueceram a escrita, outras com gestos de acolhimento, escuta e afeto. No entanto, há presenças que não posso deixar de nomear, pois estas guiaram os ventos em momentos de tormenta — por elas, este trabalho também existe.

À minha mãe, Dulce Lea Pompeo Areco — presença firme e amorosa —, que, com mãos incansáveis e espírito lúcido, foi alicerce em todo meu desenvolvimento.

Ao meu orientador, professor doutor Marcos Antonio da Silva, pela sua paciência e dedicação. Sem dúvidas, a ele devo o meu entendimento sobre o rigor de uma investigação científica. Obrigado por todos os conselhos, críticas e orientações durante a jornada até aqui.

À professora doutora Célia Maria Foster Silvestre, cuja presença constante fortaleceu meus passos na trilha acadêmica. Ao professor doutor Deni Alfaro Rubbo, que, no momento de transição entre a graduação e o desconhecido, lançou a semente que germinou nesta continuidade da pesquisa. Ao professor doutor e grande amigo Vitor Hugo Rinaldini Guidotti, que, com o vigor dos nossos debates e a lucidez das reflexões, reafirmou em mim a convicção de que pensar criticamente é também um ato de resistência.

Aos mestres e doutores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFGD, cuja partilha de saberes ecoa em cada página deste trabalho, e aos colegas de jornada, com quem dividi inquietações, silêncios e descobertas.

Aos técnicos administrativos do PPGS/UFGD pela atenção, gentileza e agilidade nos processos burocráticos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que através da bolsa de incentivo, tornou tudo isso possível.

E, por fim — ainda que esta seja uma travessia sem hierarquias —, aos amigos que permaneceram, sustentando a vida onde nenhum rigor acadêmico não alcança: em vocês, reencontro o sentido de continuar. Obrigado!

*Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de
hábito como coisa natural, pois em tempo de
desordem sangrenta, de confusão organizada, de
arbitrariedade consciente, de humanidade
desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve
parecer impossível de mudar.*

Bertolt Brecht em “*Nada é impossível de mudar*”

*Quando analisamos uma coisa, devemos atender à
sua essência, considerando as aparências apenas
como um guia que nos leva até à porta. Uma vez
transposta essa porta, há que aprender a essência da
coisa. Eis o único método de análise seguro e
científico.*

Mao Tsetung em “*Uma faísca pode incendiar toda a
padaria*”

RESUMO

Esta dissertação investiga o discurso anticomunista como ferramenta de mobilização política e ideológica na campanha eleitoral de 2022 de Jair Bolsonaro, analisando suas heranças autoritárias e estratégias contemporâneas. O objetivo central consiste em compreender como o discurso anticomunista se fortalece como instrumento de controle social e político, articulando-se com pânico morais, elementos religiosos e narrativas de guerra cultural na construção de inimigos simbólicos. A metodologia fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, permitindo analisar esse discurso como expressão de interesses de classe e ferramenta ideológica de desmobilização de movimentos progressistas. A coleta de dados baseia-se em discursos oficiais, matérias jornalísticas e transcrições de vídeos da campanha eleitoral, analisados através da Análise de Discurso de orientação francesa. A estrutura da pesquisa compreende três capítulos: fundamentos históricos e conceituais do comunismo e anticomunismo no Brasil; o anticomunismo no contexto do bolsonarismo pré-2018; e a análise específica dos discursos de 2022, investigando suas implicações na polarização política e conexões com narrativas conservadoras. A análise busca revelar que o discurso anticomunista de Jair Bolsonaro não emerge como mera oposição doutrinária, mas como contraofensiva sistêmica que se articula em níveis político, cultural e econômico.

Palavras Chave: Anticomunismo; Jair Bolsonaro; Guerra cultural.

ABSTRACT

This dissertation investigates the anti-communist discourse as a tool for political and ideological mobilization in Jair Bolsonaro's 2022 electoral campaign, analyzing its authoritarian legacies and contemporary strategies. The central objective is to understand how anti-communist discourse is strengthened as an instrument of social and political control, articulated through moral panics, religious elements, and cultural war narratives in the construction of symbolic enemies. The methodology is grounded in historical-dialectical materialism, enabling an analysis of this discourse as an expression of class interests and an ideological tool for the demobilization of progressive movements. Data collection is based on official speeches, journalistic articles, and transcripts of campaign videos, analyzed through French-oriented Discourse Analysis. The research is structured into three chapters: historical and conceptual foundations of communism and anti-communism in Brazil; anti-communism in the context of before 2018 Bolsonaroism; and a focused analysis of the 2022 campaign discourses, exploring their implications for political polarization and connections with conservative narratives. The analysis seeks to demonstrate that Bolsonaro's anti-communist discourse does not emerge as a mere doctrinal opposition, but as a systemic counteroffensive articulated across political, cultural, and economic dimensions.

Palavras Chave: Anticomunism; Jair Bolsonaro; Cultural war.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

15M – 15 de março (em geral, referência a protestos, greves ou manifestações ocorridas nessa data; o contexto define o ano e o evento).

ADF – Análise de Discurso de orientação Francesa.

AIB – Ação Integralista Brasileira.

ANL – Aliança Nacional Libertadora.

CIE – Centro de Informações do Exército.

COMINTERN – Internacional Comunista (do inglês *Communist International*, também conhecida como Terceira Internacional).

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.

DSN – Doutrina de Segurança Nacional.

EUA – Estados Unidos da América.

FSP – Foro de São Paulo.

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero; Queer; Intersexo; Assexual.

MBL – Movimento Brasil Livre.

MPs – Medidas Provisórias.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

OWS – Occupy Wall Street.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PEC – Proposta de Emenda à Constituição.

PL – Partido Liberal / Projeto de Lei.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (atual MDB – Movimento Democrático Brasileiro).

PSC – Partido Social Cristão.

PT – Partido dos Trabalhadores.

SNI – Serviço Nacional de Informações.

SP – São Paulo.

TFP – Tradição, Família e Propriedade.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - PÁGINA 7 DO PLANO DE GOVERNO DE JAIR BOLSONARO (2018)

FIGURA 2 - IMAGEM DE CARTAZ EM MANIFESTAÇÕES DE 1964 E 2016

FIGURA 3 - PÁGINA 10 DO PLANO DE GOVERNO DE JAIR BOLSONARO (2018)

FIGURA 4 - CAPTURA DE TELA NO FACEBOOK DE JAIR BOLSONARO

FIGURA 5 - OUTDOOR EM PORTO ALEGRE - BRASIL VS. “COMUNISMO”

FIGURA 6 - OUTDOORS EM CHAPECÓ (SC) E PARANAVAÍ (PR)

FIGURA 7 - CAPTURA DE TELA NO FACEBOOK DE JAIR BOLSONARO (2)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES: ORIGENS E CONCEITOS DO COMUNISMO E DO ANTICOMUNISMO	14
1.1 – Gênese do Comunismo e do anticomunismo: das origens teóricas à práxis política no Brasil.....	15
1.2 – Do golpe de 64 ao bolsonarismo: a persistência do anticomunismo no Brasil.....	32
CAPÍTULO 2 - O FUTURO REPETINDO O PASSADO: O ANTICOMUNISMO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI.....	45
2.1 - Os avanços das direitas no Brasil através do anticomunismo: a ressignificação das ruas e as memórias de um inimigo comum.....	46
2.2 - O “Projeto Fênix” e a eleição de Jair Bolsonaro: da nostalgia autoritária a um plano de governo.....	61
CAPÍTULO 3 - TUAS IDEIAS NÃO CORRESPONDEM AOS FATOS: O DISCURSO ANTICOMUNISTA DE JAIR BOLSONARO EM 2022.....	77
3.1 - O espectro que se alimenta do medo: guerra cultural e o ambiente nas eleições de 2022 no Brasil.....	78
3.2 - A reverberação do espectro vermelho: o discurso anticomunista de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca investigar o discurso anticomunista nas campanhas eleitorais brasileiras, com ênfase nas estratégias discursivas que associam o comunismo a uma ameaça à ordem social, moral e religiosa. O discurso anticomunista tem sido um recurso recorrente em momentos de crise política e social no mundo, consolidando-se como uma ferramenta para a construção de inimigos simbólicos e para a mobilização de setores conservadores.

Essa retórica obteve contornos específicos ao longo do século XX, especialmente durante a Guerra Fria, período em que o anticomunismo foi fortalecido por instituições religiosas e setores militares que viam o comunismo como uma ameaça aos valores cristãos e à ordem social como ficou evidenciado no golpe militar de 1964. O objetivo é explorar a articulação do discurso anticomunista no Brasil entendendo-o como um fenômeno ligado a interesses de classe e consequentemente como um elemento mobilizador de apoio político da extrema-direita centrada nos discursos proferidos por Jair Bolsonaro¹ durante a campanha eleitoral de 2022, onde a narrativa anticomunista se apresenta de forma contundente se aglutina a pânicos morais e elementos religiosos que a fortalecem como instrumento político de poder.

O anticomunismo é uma posição ideológica e política que se opõe aos princípios, práticas e movimentos associados ao comunismo. Ele pode assumir formas que vão desde a rejeição ao modelo econômico e político socialista até a mobilização ativa contra partidos comunistas e movimentos sociais. Historicamente, o anticomunismo foi instrumentalizado por governos, elites econômicas, instituições religiosas e militares para justificar perseguições, censuras e repressões, associando o comunismo à subversão da ordem, ao autoritarismo e à ameaça aos valores tradicionais. Em muitos contextos ele tornou-se uma ferramenta retórica poderosa para consolidar projetos de poder servindo como mecanismo de controle e criminalização de opositores.

Para analisar as manifestações ideológicas presentes em uma disputa eleitoral em um Estado burguês, como é proposto, é fundamental destacar o lugar estratégico em que se ocupa o ataque ao comunismo, movimento que propõe a superação das bases estruturais do sistema capitalista. Nesse sentido, percebe-se que o discurso anticomunista, quando apresentado por figuras como Jair Bolsonaro, não se emerge apenas como uma mera estratégia discursiva, mas um reflexo explícito da própria estrutura capitalista. A contestação e repressão de pautas

¹ Jair Bolsonaro, ex-capitão do Exército, iniciou sua carreira política em 1988 como vereador e foi deputado federal até 2019. Em 2018, foi eleito presidente do Brasil com forte apoio da extrema-direita.

comunistas tornam-se então, mecanismos fundamentais e convenientes para a manutenção da dominação burguesa. O Estado burguês, principalmente quando governado por figuras de extrema-direita, ao exercer sua função repressiva, marginaliza as propostas presentes no espectro do comunismo e dos socialismos em busca da preservação do *status quo* e da desmobilização da classe trabalhadora frente a uma possível ruptura do sistema capitalista, consolidando assim, sua perspectiva de natureza de classe.

A centralidade dessa investigação sociológica se debruça sobre a seguinte questão: como o discurso anticomunista aparece e se fortalece como ferramenta de mobilização política e ideológica na campanha eleitoral de 2022 de Jair Bolsonaro? Esse problema envolve a compreensão das representações negativas e os imaginários do comunismo no Brasil e de como ele foi e atualmente é associado, de forma deliberada, a um inimigo abstrato e perigoso. Além disso, busca-se entender os processos que caracterizam o uso estratégico de temas religiosos, morais e conservadores para criar uma retórica anticomunista que contribui para o fortalecimento de Jair Bolsonaro como figura política centralizadora desse discurso.

O trabalho será ancorado principalmente no materialismo histórico-dialético, que permite explorar a produção e disseminação do discurso anticomunista como um fenômeno ligado às condições materiais e sociais da sociedade capitalista. Através dessa perspectiva teórica é possível analisar esse discurso não como uma abstração isolada, mas como parte de uma totalidade social, expressando interesses de classe e servindo como ferramenta ideológica que visa desmobilizar movimentos progressistas e no espectro das esquerdas. Com isso, o método permite revelar como os discursos propostos a serem analisados se articulam com os processos históricos e com as práticas de poder na luta de classes do Brasil contemporâneo.

Para captar os discursos onde há a retórica anticomunista de Jair Bolsonaro, optou-se pela coleta dos mesmos a partir de matérias jornalísticas, vídeos — que serão transcritos — e posts em suas páginas nas redes sociais onde as ocorreram manifestações abertamente anticomunistas por parte do então candidato à reeleição presidencial em 2022. A análise do material será conduzida com base na Análise de Discurso de orientação francesa² (ADF), fundamentando-se em Orlandi (2005). A escolha pela ADF justifica-se pela sua capacidade de articular linguagem e contexto social, permitindo revelar os sentidos que se constituem no

² A Análise de Discurso de orientação francesa (ADF), formulada por Michel Pêcheux, concebe o discurso como efeito de sentidos produzido na articulação entre língua, história e ideologia, destacando o papel das condições de produção, das formações discursivas e do assujeitamento do sujeito. No Brasil, Eni Orlandi sistematiza e difunde essa perspectiva, desenvolvendo categorias como memória discursiva, historicidade do sentido e silêncio. Dentre as principais obras de referência estão: *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, de Michel Pêcheux (1997), e *Análise de discurso: princípios e procedimentos*, de Eni Orlandi (2005).

interior das formações discursivas da extrema-direita brasileira, nas quais o comunismo é sistematicamente construído como inimigo simbólico.

O objetivo de análise desses discursos consiste em perquirir as características dialéticas da narrativa anticomunista, como a dicotomia entre “bem” e “mal” e a personificação do comunismo como um inimigo totalizante e atemporal. Dessa forma, será possível compreender como o discurso se adapta a interesses imediatos, utilizando símbolos religiosos e apelos morais para mobilizar setores da sociedade.

Ao investigar o discurso anticomunista na campanha eleitoral de 2022 de Jair Bolsonaro, este trabalho pretende contribuir para a compreensão crítica das estratégias ideológicas utilizadas pela extrema-direita brasileira, centralizada na figura de Jair Bolsonaro, na produção e difusão de narrativas que operam como mecanismos de controle social e político. Ao situar o anticomunismo no cerne das disputas simbólicas e materiais que atravessam a sociedade brasileira contemporânea, a pesquisa busca como se apresenta o conteúdo e a forma dessas construções discursivas na consolidação de projetos autoritários e na tentativa de desarticulação dos levantes populares frente às agendas da extrema-direita.

O trabalho será dividido em três capítulos, além das considerações finais, com o objetivo de analisar o anticomunismo como ferramenta política no Brasil, com enfoque na campanha eleitoral de 2022 de Jair Bolsonaro. No primeiro capítulo será abordado os fundamentos históricos e conceituais do anticomunismo, discutindo brevemente suas origens e, posteriormente, a forma que se estruturou como uma estratégia discursiva ao longo do século XX no cenário político brasileiro. O segundo capítulo examina o anticomunismo no contexto atual, com destaque para a ascensão do bolsonarismo em 2018, demonstrando como esse período político remonta e intensifica o uso dessa retórica. O terceiro capítulo concentra-se na análise das eleições de 2022, investigando, enfim o objeto da pesquisa: o discurso anticomunista de Jair Bolsonaro, suas implicações no processo de polarização política e suas conexões com narrativas de guerra cultural e a mobilização de pânico morais.

CAPÍTULO 1 — UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES: ORIGENS E CONCEITOS DO COMUNISMO E DO ANTICOMUNISMO

O anticomunismo, enquanto ferramenta política, opera historicamente como uma estratégia ideológica voltada à preservação da ordem burguesa. Mais do que simples rejeição ao comunismo, ele se constitui como um sistema de discurso que busca a deslegitimação de projetos políticos que vão desde as pequenas manifestações progressistas até os mais radicais voltados à superação do capitalismo. As crises cíclicas do capital e, por consequência, o crescimento das revoltas populares podem desestabilizar a hegemonia burguesa, que, em reação, utiliza a reprodução dos discursos como um instrumento ideológico para desmobilizar a classe trabalhadora. Este capítulo examina essa perspectiva do anticomunismo e sua construção como um instrumento ideológico estruturado, que mobiliza representações morais, religiosas, nacionalistas e midiáticas para tentar conter a politização da luta de classes e desacreditar as propostas e movimentos de transformação social.

Esse capítulo discute o surgimento do comunismo e do anticomunismo, bem como seus conceitos e sua emergência no Brasil. Organizado em duas seções, a primeira seção investigará os fundamentos teóricos do comunismo e suas diferentes formulações dentro do pensamento socialista, estabelecendo um contraponto para compreender o anticomunismo através da sua historicidade e propósito fundamental. A seção examinará também como a resistência ao comunismo não se limita a uma resposta pontual, mas constitui um mecanismo orgânico de defesa do capitalismo e que o anticomunismo não emerge como mera oposição doutrinária, mas como uma contraofensiva sistêmica que se articula em três níveis: político (criminalização de movimentos e perseguição a intelectuais), cultural (demonização midiática e pânico morais) e econômico (sabotagem a experiências coletivistas e cooptação de lideranças operárias).

A segunda seção do capítulo explora como esse discurso foi apropriado e reproduzido no Brasil em diferentes conjunturas, revelando sua função como plataforma aglutinadora de projetos autoritários herdada da ditadura militar e reformulada pela extrema-direita brasileira, além de abordar como foi instrumentalizada para consolidar uma base eleitoral, atacar instituições democráticas e justificar políticas autoritárias. Juntas, essas seções apresentam o anticomunismo, sua potência de continuidade e sua adaptação como instrumento de dominação ideológica no contexto brasileiro contemporâneo.

1.1 Gênese do Comunismo e do anticomunismo: das origens teóricas à práxis política no Brasil

Para que possamos compreender o fenômeno do comunismo e do anticomunismo é necessário antes, compreender a essência de ambos enquanto proposta histórica e filosófica. Neste sentido, segundo Motta (2020): “[...] no interior do amplo arco que compõe o anticomunismo podem ser encontrados projetos tão díspares quanto o fascismo e o socialismo democrático ou como o catolicismo e o liberalismo (Motta, 2020. p. 13)”. Vale destacar que Motta (2020) chama a atenção para o fato de que o anticomunismo é um fenômeno amplo, heterogêneo e multifacetado, que pode servir a diferentes projetos políticos, inclusive contraditórios entre si. O que os une não é o que defendem, mas o que combatem: o comunismo. Assim, apenas ao delimitar a tese (comunismo) é que se pode tentar decifrar sua negação (anticomunismo) em suas múltiplas expressões ideológicas, políticas e culturais.

O comunismo define-se como um projeto de superação do sistema de produção capitalista mediante a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Representando a fase avançada do socialismo científico, o comunismo tende a ser o momento em que a propriedade privada dos meios de produção é abolida e o Estado como instrumento de dominação de classe é extinto. Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria em uma única expressão: supressão da propriedade privada (Marx e Engels, 2010, p. 52). Segundo Bobbio (1998): “Aquilo a que Marx chamou de sociedade comunista, a tradição marxista denominou-o depois ‘Socialismo’ e ‘comunismo’, dando ao Socialismo o significado de sociedade transitória a caminho de um modo de produção integralmente comunista” (Bobbio, 1998, p. 1199).

Então, de forma estrita, o que é comunismo? Coggiola (1998) aponta que:

Nos seus Princípios de Comunismo, anteriores ao Manifesto, Engels respondeu assim à pergunta "o que é comunismo?": "É um sistema segundo o qual a terra deve ser um bem comum dos homens. Cada um deve trabalhar e produzir de acordo com as suas capacidades, e gozar e consumir de acordo com as suas forças". Diferenciando-o claramente do socialismo, que deve seu nome à palavra latina *socialis*. Ocupa-se da organização da sociedade e das relações entre os homens. Mas não estabelece nenhum sistema novo: sua ocupação principal é consertar o velho edifício, esconder as suas fissuras, obra do tempo. No máximo, como os fourieristas, pretendem construir um sistema novo acima dos velhos e podres alicerces do chamado capitalismo" (Coggiola, 1998, p. 16-17).

Ou seja, o comunismo, tal como pensado por Marx e Engels, não se reduz a um modelo fechado ou a um arranjo institucional previamente dado, mas constitui uma perspectiva histórica de transformação radical das relações sociais de produção. Ao longo do tempo, contudo, o conceito de comunismo foi apropriado, reinterpretado e redefinido em contextos

teóricos, políticos e históricos diversos, assumindo significados muitas vezes contraditórios entre si. Por isso, mais do que uma doutrina unívoca, o comunismo deve ser entendido como um conceito complexo, plural e disputado, cuja compreensão exige atenção às condições históricas de sua formulação, às tradições intelectuais que o reelaboraram e às experiências políticas que reivindicaram seu nome.

O anticomunismo, enquanto antítese, surge precisamente como uma reação negativa a essa proposta, por meio da defesa da ordem burguesa, do liberalismo econômico, da social-democracia, do neoliberalismo e das narrativas que associam o comunismo à supressão de liberdades individuais que o tornam um inimigo constante a ser combatido. Bobbio (1998) observa que:

Na tradição da III Internacional, dado que os interesses orgânicos do proletariado e das classes progressivas se identificam estreitamente com a linha dos partidos comunistas, a oposição é automaticamente definida como oposição àqueles interesses, assumindo, como tal, aos olhos dos comunistas, um inequívoco valor "de direita". Na realidade, o Anticomunismo não é necessariamente de direita: se existe o Anticomunismo de cunho clerical, reacionário, fascista, etc., também pode haver o que se inspira nos princípios liberais ou, sendo de esquerda, nos princípios da social democracia. Nestes últimos anos tem-se dado até a retomada de um certo Anticomunismo radical libertário, que muitas vezes ocupa posições de extrema esquerda (Bobbio, 1998, p. 34).

É fundamental que se compreenda o anticomunismo não apenas como a uma mera oposição vazia, desorganizada e desprovida de objetivos práticos e historicidade, mas, pelo contrário, um suporte político aglutinador para diversos setores da classe dominante. Segundo Bobbio (1998):

Nos regimes democráticos, é preciso distinguir os países onde não existe uma oposição comunista relevante daqueles onde a há. No primeiro caso, o Anticomunismo constitui, o mais das vezes, componente fundamental da cultura política difundida, tendo, por isso, uma função importante na integração sócio-política e na legitimação do sistema (mediante, por exemplo, a incondicional aceitação do próprio way of life). Revela-se por isso, extraordinariamente eficaz na prevenção ou isolamento de possíveis movimentos de oposição que se refiram, mesmo que genericamente, ao marxismo e às tradições comunistas (Bobbio, 1998 p.35).

A retórica anticomunista adotada por Jair Bolsonaro nas campanhas eleitorais revela então uma profunda contradição quando analisada à luz do contexto democrático brasileiro contemporâneo, onde não há, desde o processo da redemocratização, uma oposição comunista relevante ou efetivamente organizada com capacidade de disputar a hegemonia política. Conforme aponta Bobbio (1998), em regimes democráticos sem presença significativa de forças comunistas, o anticomunismo assume a função de integrar e legitimar a ordem social vigente, funcionando como mecanismo simbólico de exclusão e repressão a qualquer forma de oposição que questione a estrutura dominante, mesmo que de modo genérico.

Nesse sentido, nos próximos capítulos iremos investigar se o uso recorrente do anticomunismo por Bolsonaro não se dirige a um inimigo real, mas a um espectro ideológico construído para deslegitimar adversários, reforçar uma identidade política conservadora e mobilizar afetos autoritários na base social, promovendo medo e desinformação. Trata-se, portanto, de uma retórica estratégica que camufla conflitos de classe sob uma falsa ameaça comunista, enquanto reforça os pilares do próprio sistema que afirma combater.

É essencial também apresentar previamente os conceitos de socialismo utópico e socialismo científico que deram origem ao que conhecemos por comunismo hoje. Socialismo, em sentido amplo e caráter germinal, refere-se a um conjunto de ideias que estão presentes no cerne desses movimentos que visam à superação das desigualdades geradas pelo capitalismo, mas que não possuem necessariamente uma base teórica unificada. O socialismo utópico baseava-se em ideais abstratos de modificação social, mas que não identificavam a luta de classes como motor da transformação histórica e não desenvolviam uma análise materialista das contradições do sistema capitalista. Já o socialismo científico, desenvolvido posteriormente por Marx e Engels, diferencia-se por seu método que analisa as leis históricas e econômicas do capitalismo para demonstrar a inevitabilidade de sua superação que é proposta através da luta de classes.

Pensadores denominados socialistas utópicos, Saint Simon, Fourier e Owen, debateram no final do século XVII e posteriormente no início do século XIX sobre o que poderia vir a ser o comunismo. Saint-Simon³ idealizou uma proposta de sociedade tecnocrática dirigida por cientistas e industriais, enfatizando um sistema de produção planejado e focado na eficiência, enquanto Fourier⁴ critica a civilização industrial e defende comunidades com produções autogestionadas baseadas na cooperação e distribuição equitativa. Segundo Engels (2025):

[...] os três grandes utopistas: Saint Simon, para qual a corrente burguesa ainda conservava certa validade ao lado da corrente proletária, Fourier e Owen, que, no país que contava com a produção capitalista mais desenvolvida de todas e sob a impressão dos antagonismos produzidos por ela, desenvolveram sistematicamente e em conexão direta com o materialismo francês as suas propostas de eliminação das diferenças de classe (Engels, 2025, p. 50).

³ Henri de Saint-Simon foi um pensador francês pioneiro do socialismo utópico e um dos primeiros teóricos a propor a substituição da ordem feudal e aristocrática por uma sociedade baseada na ciência, na indústria e na organização racional da economia.

⁴ Considerado um dos principais representantes do socialismo utópico Charles Fourier desenvolveu uma crítica sistemática à civilização industrial e propôs a organização de comunidades autônomas (falanstérios), baseadas na cooperação, na satisfação das paixões humanas e na emancipação feminina.

Engels (2025)⁵ traça um panorama histórico das primeiras tentativas de pensar alternativas ao sistema capitalista, como as propostas de Saint-Simon e Fourier, por exemplo, identificando nelas uma crítica importante à ordem burguesa, porém ainda limitada ao idealismo. Segundo Engels (2025):

Enquanto em Saint-Simon descobrimos a amplidão genial do olhar, razão pela qual quase todas as ideias não estritamente econômicas dos socialistas posteriores estão contidas nele embrionariamente, encontramos em Fourier uma crítica espirituosa autenticamente francesa, mas nem por isso menos penetrante e profunda, das condições sociais vigentes (Engels, 2025. pg 54).

Engels (2025) reconhece em Simon, a capacidade de formular ideias novas e abrangentes sobre a reorganização da sociedade, mesmo que ainda não fundamentadas no materialismo histórico. Sua perspectiva já possuía ideias germinais que viriam a ser desenvolvidas posteriormente por socialistas mais teóricos, especialmente no campo das reformas sociais e da organização da economia. Em relação a Fourier, Engels destaca sua crítica às condições sociais de seu tempo. Ainda que suas propostas parecessem fantasiosas, Fourier ofereceu uma análise profunda dos sofrimentos provocados pelo capitalismo industrial, como a repressão dos desejos e a alienação da vida cotidiana. Embora em ambas as teorias não houvesse o foco na luta de classes – motivo pelo qual Marx posteriormente os classifica como “utópicos” –, suas divergências centravam-se também em novas formas de organização social.

A proposta comunista, portanto, não se apresenta apenas e somente como uma teoria, mas como uma práxis histórica que busca a emancipação humana. Ambos, Simon e Fourier, apesar de não fundamentarem suas propostas através da análise materialista da história, foram capazes de identificar contradições importantes da sociedade burguesa emergente e suas obras representam um momento embrionário de grande colaboração para formulação do pensamento socialista.

Em contraposição à ideia que é frequentemente difundida de que o anticomunismo surge apenas durante a Revolução Russa ou no contexto da Guerra Fria com o Macarthismo⁶, é necessário compreender que o anticomunismo apenas se intensifica nesse período, mas em sua essência ele está presente desde os primórdios do pensamento comunista. Ou seja, à medida que propostas emancipatórias surgem e passaram a confrontar as estruturas de dominação do

⁵ A obra de Engels (2025) “*Do socialismo utópico ao socialismo científico*”, é fundamental para compreender os conceitos embrionários do comunismo e sua posterior sistematização enquanto projeto político fundamentado.

⁶ Macarthismo é um termo de uso político norte-americano. Indica a atitude de um anticomunismo absoluto, concretizada numa visão política maniqueia e numa verdadeira e autêntica perseguição aos homens e instituições declarados antiamericanos, porque “comunistas”. Historicamente, o Macarthismo representa o auge da Guerra Fria na política interna dos Estados Unidos, coincidindo com os anos 1950-1954, em que finda a trajetória do senador republicano do Wisconsin, Joseph McCarthy (1907-1957) (Bobbio, 1998, p.735).

capital, a classe dominante reagiu com discursos e mecanismos ideológicos que buscavam conter a insurgência popular. Segundo Engels (2025):

Desde o aparecimento histórico do modo de produção capitalista, tanto indivíduos como seitas inteiras nutriam uma ideia mais ou menos clara da tomada de posse de todos os meios de produção pela sociedade como ideal para o futuro. Porém, essa ideia só pôde se tornar possível, só pôde converter-se em necessidade histórica quando as condições materiais de sua execução se fizeram presentes (Engels, 2025, p. 80).

Esse enfrentamento da classe dominante se faz presente desde os movimentos cartista e owenista na Inglaterra. Esses movimentos se formam no século XIX no contexto da industrialização e enfrentaram uma intensa oposição, marcada principalmente por discursos que hoje são muito próximos das expressões anticomunistas e buscavam desacreditá-los e justificar a repressão a ambos.

Os owenistas, inspirados por Robert Owen⁷, defendiam que a transformação social deveria se dar por meio de experiências práticas, como por exemplo as cooperativas e as reformas educacionais⁸. Owen buscou demonstrar, mesmo que de forma limitada, que com condições humanizadas de trabalho e educação, poderiam se gerar prosperidade coletiva. Porém isso ainda estava longe do processo emancipatório, como aponta Engels (2025):

Owen não se contentou com tudo que havia conseguido. A seu ver, a existência que ele tinha proporcionado a seus trabalhadores não era nem de longe humanamente digna: “As pessoas eram minhas escravas”. As circunstâncias relativamente favoráveis em que ele as havia colocado ainda estavam muito longe de permitir-lhes um desenvolvimento integral e racional do caráter e do entendimento, para não falar de uma atividade vital livre (Engels, 2025, p.57).

Já os cartistas (1838-1857), representantes do movimento operário mais radical, concentraram-se mais na luta por direitos políticos através de petições em massa e mobilizações populares. Eles, por sua vez, refletem uma postura mais confrontadora em relação ao Estado. Ambos os movimentos compartilhavam o objetivo de melhorar as condições da classe trabalhadora, e mesmo com a divergência dos métodos, ambos foram retratados como ameaças à ordem social e à propriedade privada, sendo associados assim ao comunismo e sofrendo perseguições. Como observa Coggiola (1988): A influência do movimento cartista foi, portanto, decisiva para o surgimento do “comunismo operário” (Coggiola, 1998, p. 14).

⁷ Robert Owen (1771–1858) foi um industrial, reformador social e pensador galês, considerado um dos precursores do socialismo utópico. Administrou fábricas têxteis em New Lanark, na Escócia, onde implementou experiências pioneiras de educação, cooperativismo e melhoria das condições de trabalho. Suas ideias influenciaram o movimento operário do século XIX e inspiraram projetos de comunidades cooperativas na Europa e nos Estados Unidos.

⁸ Owen foi o criador dos jardins-de-infância, que funcionaram pela primeira vez em New Lanark. As crianças eram enviadas às escolas desde os dois anos, e nelas se sentiam tão bem que só com dificuldade eram levadas para casa (Engels, 1880).

Posteriormente Marx e Engels dão um significado concreto ao socialismo científico. Conectando-o a teoria ao materialismo histórico dialético, os autores apresentam que as transformações sociais não são fruto de ideais abstratos, mas de condições materiais concretas. Ao fazer análise da história como um processo determinado pela luta de classes e pelo desenvolvimento das forças produtivas, Marx e Engels fundamentam o socialismo em uma base científica, distanciando-o das visões utópicas que ignoravam as contradições inerentes ao capitalismo. Essa análise demonstra que a concentração e acúmulo de capital e a proletarianização da classe trabalhadora criam as premissas necessárias para a revolução socialista.

Com isso, o socialismo deixa de ser uma mera especulação filosófica e passa a se tornar um projeto político fundamentado na realidade material e com possibilidades objetivas. Coggiola (1998) destaca esse aspecto na introdução do Manifesto do Partido Comunista, onde ele recupera o contexto histórico e político no qual Marx e Engels escreveram o panfleto, em suas palavras: “Os comunistas eram aqueles que estavam claramente a favor da derrubada revolucionária da ordem existente e do estabelecimento de uma ordem igualitária (Coggiola, 1998, p.10)”. O autor também evidencia que, ao contrário de propostas reformistas e conciliatórias, o comunismo se estrutura como uma força política que reconhece a impossibilidade de conciliação entre as classes sociais e por isso propõe sua superação por meio da ação revolucionária. O objetivo não consiste apenas na redistribuição de riquezas, mas na constituição de uma nova estrutura social. Nessa nova estrutura, o Estado como instrumento de dominação de classe perderia sua função e a produção seria organizada conforme o princípio, segundo Marx: “De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades (Marx, 2012, p. 33)”.

Marcada por uma intensa perseguição ideológica e política, a trajetória de Karl Marx, em sua biografia escrita por Netto (2020), também é um exemplo interessante a ser considerado. Marx foi alvo de campanhas anticomunistas promovidas por diversos setores dominantes da classe burguesa. Entre as principais estratégias utilizadas contra ele estava a disseminação de calúnias pela imprensa, que buscava desqualificar suas críticas ao sistema capitalista. A perseguição contra Marx assume contornos ainda mais radicais com as tentativas de associá-lo ao satanismo quando, durante a Guerra Fria, panfletos atribuíam a ele características demoníacas, reforçando uma retórica anticomunista com forte viés religioso⁹.

⁹ "A propósito, lembre-se que um clérigo romeno, Richard Wurmbrand, enriqueceu a vala comum do anticomunismo no tempo da Guerra Fria com um panfleto acerca do satanismo do autor de *O capital*" (Netto, 2020, p. 899).

Outro episódio emblemático da perseguição sofrida por Marx ocorreu em 1845, quando foi expulso da França sob a alegação de envolvimento com atividades comunistas. Após isso, a perseguição contra Marx atingiu um novo patamar com a Comuna de Paris, em 1871, episódio que representou a primeira tentativa revolucionária de estabelecer um governo proletário e gerou pânico entre as classes dominantes, intensificando assim os ataques contra Marx e os ecos de sua produção intelectual nesse movimento. Mesmo após sua morte, em 1883, Marx passou a ser retratado como um “doutor terrorista vermelho” e teve seu nome diretamente associado à revolta dos trabalhadores, causando temor entre as elites europeias e consolidando sua imagem como um inimigo da ordem estabelecida (Netto, 2020).

Esses episódios evidenciam como a figura de Marx e consequentemente o pensamento marxista foram e ainda são sistematicamente combatidos pela classe dominante, tanto por meio de repressões políticas diretas quanto por narrativas midiáticas, morais e religiosas, demonstrando, assim, que o anticomunismo dirigido a Marx não foi um fenômeno isolado, mas uma estratégia persistente, cujos efeitos ainda se fazem sentir no debate político contemporâneo.

A propagação dessa corrente ideológica não se apresenta de forma estática, mas adapta-se conforme a conjuntura e a necessidade, seja através intervenções militares ou narrativas midiáticas que atacam o projeto emancipatório comunista. Segundo Motta: “[...] a “ameaça comunista” serviu como pretexto para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares, garantir interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas, ou seja, manter inalterado o *status quo*” (Motta, 2020. pg. 18).

Portanto, ao focar o trabalho no anticomunismo a partir de Jair Bolsonaro, evidencia-se o seguinte recorte: Foi possível identificar ações de seu governo (2019-2022) que flertaram abertamente com o anticomunismo, mas como elemento de sua persona política, reiterando constantemente a existência de um cenário de polarizações e promovendo uma retórica anticomunista como veículo de mobilização popular, controle ideológico e ataque aos seus adversários políticos. Porém isso não restringe a prática somente a figura do ex-presidente, como veremos adiante.

Importante também destacar os socialismos, que abrangem uma variedade de correntes — desde reformistas até as revolucionárias — que adaptam ou reinterpretem os princípios marxistas em contextos históricos distintos, como o socialismo democrático, por exemplo. Entender essas diferenças é crucial para evitar reducionismos e analisar criticamente tanto as propostas emancipatórias quanto as estratégias de discurso anticomunista, que muitas vezes confundem deliberadamente esses termos para deslegitimar qualquer projeto de transformação

social. Essas características, especialmente sobre a relativização dos projetos socialistas, serão analisadas com enfoque nos discursos anticomunistas do ex-presidente Jair Bolsonaro, como discutiremos no próximo capítulo, de forma mais geral sobre as eleições em 2018 e posteriormente de forma mais aprofundada quando o recorte da investigação se restringe aos discursos anticomunistas do então candidato na corrida eleitoral para a presidência do Brasil em 2022.

O anticomunismo, como foi demonstrado, não se limita a uma simples oposição ideológica ao comunismo, mas se consolida como um instrumento político estratégico de líderes políticos para preservar sua hegemonia. Ao longo da história, esse discurso adaptou-se às conjunturas, assumindo desde perseguições violentas até narrativas midiáticas e morais que associam o projeto comunista ao caos e à desordem. Sua função primordial permanece a mesma: assegurar a manutenção da dominação de classe, mesmo que para isso seja necessário distorcer a realidade e criminalizar qualquer tentativa de transformação social.

A análise de sua historicidade e de seu conceito revela que o anticomunismo é um fenômeno dinâmico, capaz de se reinventar conforme as necessidades da ordem burguesa. No Brasil, sua expressão recente, marcada pela difamação de intelectuais e pelo ataque a instituições educacionais, reforça seu papel como ferramenta de deslegitimação de pautas progressistas. Compreender sua estrutura e suas estratégias é fundamental para desvelar suas armadilhas ideológicas.

Enquanto o capitalismo gerar crises e desigualdades, o anticomunismo seguirá como recurso discursivo da classe dominante, sua desconstrução crítica é um passo essencial na luta por emancipação e justiça social. A vitalidade anticomunista é, contudo, inversamente proporcional à estabilidade das relações hegemônicas a nível mundial (Bobbio, 1998).

A literatura sobre o anticomunismo no Brasil constitui hoje um campo abrangente, articulando contribuições da História e das Ciências Sociais. No âmbito historiográfico, destaca-se o trabalho de Motta (2020), no qual o autor analisa o anticomunismo como elemento estruturante da cultura política brasileira, demonstrando sua centralidade desde a Primeira República até o golpe de 1964. Nessa mesma vertente, Rodeghero (2003) investiga o anticomunismo católico a partir de uma abordagem social e cultural, evidenciando o papel da Igreja e de suas redes na difusão de representações anticomunistas, sobretudo no contexto da Guerra Fria. Autores como Bandeira (2013) e Miguel (2016) analisam o anticomunismo enquanto repertório ideológico persistente, associado tanto à política externa quanto às disputas contemporâneas no campo democrático, evidenciando sua reatualização discursiva em contextos recentes. Esses estudos demonstram que o anticomunismo no Brasil não se limita a

um fenômeno conjuntural, mas opera como um dispositivo histórico e discursivo de longa duração, articulando interesses políticos, morais e geopolíticos.

No Brasil, a chamada “primeira grande onda anticomunista” (Motta, 2020) ocorrida entre 1935 e 1937, pode ser compreendida como um momento decisivo de consolidação do anticomunismo como discurso político e prática institucional. Nesse período, marcado por forte polarização ideológica e crescente tensionamento social, o comunismo passou a ser amplamente construído como uma ameaça à ordem social, moral e nacional.

A instabilidade do governo Vargas, os conflitos trabalhistas, o crescimento das mobilizações da esquerda — especialmente com a fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) —, os movimentos da igreja católica e a atuação destacada do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foram elementos decisivos para o acirramento desse cenário. Motta (2020) define o surgimento do anticomunismo no Brasil a partir de três matrizes: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo.

Como vimos, o anticomunismo possui profundas raízes históricas e culturais, tendo como um de seus destaques a convergência com discursos religiosos que associam o comunismo a uma ameaça aos valores cristãos da família e da sacralidade da propriedade privada. O imaginário anticomunista no Brasil, moldado desde a Era Vargas em grande parte pela Igreja Católica, pelos militares e intelectuais, apresentava o comunismo como uma ideologia anticristã que era capaz de destruir as bases morais da sociedade brasileira. Segundo Motta, (2020): “Para alguns intelectuais católicos o comunismo era o último desdobramento das transformações da modernidade, atualização para o século XX dos “erros” iniciados no período do renascimento” (Motta, 2020, p. 42).

A concepção de que o comunismo seria o desdobramento de um processo de destruição moral e social revela a forma como setores mais tradicionais do catolicismo interpretaram as mudanças promovidas pela modernidade. Para estes, eventos como o Iluminismo, as revoluções burguesas e a laicização do Estado não representaram avanços, mas sim desvios que resultaram em uma ameaça à ordem estabelecida.

Durante o século XIX, a Igreja Católica promoveu uma forte resistência aos ideais advindos da modernidade. A Reforma Protestante, liderada por Martin Lutero no século XVI, o Iluminismo e a Revolução Francesa foram eventos cruciais que enfraqueceram a autoridade tradicional da Igreja Católica e impulsionaram a pluralidade de outras visões de mundo. Esses acontecimentos não apenas transformaram a estrutura religiosa europeia, mas também fomentaram o processo de secularização, deslocando a religião para uma esfera mais privada e, por consequência, desvinculada do espaço público.

Nesse contexto, a Igreja Católica adotou posturas conservadoras, buscando reafirmar sua centralidade frente às mudanças sociais e intelectuais promovidas pela modernidade, respondendo às mudanças impostas de forma contundente com o Concílio Vaticano I¹⁰.

No início do século XX, no Brasil, surgem grupos católicos que buscavam expandir a influência e visão eclesiástica não apenas pela fé, mas também pelo ordenamento político-social. Esses movimentos propunham também uma rejeição explícita à modernidade e almejaram restaurar uma ordem social inspirada nos valores medievais, onde cada indivíduo ocupava uma posição predefinida: reis no comando político e a Igreja como guardiã da salvação das almas e da coesão moral da sociedade. Porém, com a proclamação da República em 1889, houve a formalização da separação entre Igreja e Estado no Brasil, rompendo com a aliança entre o poder civil e a Igreja Católica. Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a Igreja Católica demonstrou forte apoio à Constituição de 1934. Instituiu a educação religiosa nas escolas públicas e proibindo o divórcio, o documento consolidou a influência da Igreja nas pautas de âmbito moral e educacional.

O catolicismo, através da sua influência nas políticas de Estado, desempenha então um papel central na construção do discurso anticomunista, pois segundo Motta: “A Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não estatal (desconsiderando claro, o Vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX (Motta, 2020, p. 42)”.

No Brasil, essa influência se dá através das autoridades máximas na estrutura do catolicismo, o Papa¹¹. Articulado a narrativa que identificava o comunismo como uma ameaça ao bem-estar social e aos valores cristãos, Papas como Pio IX e Leão XIII foram enfáticos ao condenar as propostas comunistas. A encíclica *Quod Apostolici Muneris* de Pio IX (1878) descreveu o socialismo como uma doutrina perversa que minava a ordem social e moral. Leão XIII, em sua encíclica *Rerum Novarum* (1891), embora reconhecesse as injustiças sociais,

¹⁰ O Concílio Vaticano I (1869–1870) representou uma resposta institucional da Igreja Católica aos processos de secularização, ao liberalismo político e às transformações intelectuais do século XIX. Longe de promover uma modernização doutrinária, o Concílio reafirmou princípios tradicionais, consolidando a centralização da autoridade eclesiástica por meio da definição do dogma da infalibilidade papal, conforme estabelecido na constituição *Pastor Aeternus*. Além disso, a constituição *Dei Filius* reafirmou a primazia da fé sobre a razão e rejeitou explicitamente correntes associadas ao racionalismo e ao cientificismo modernos, configurando uma postura defensiva da Igreja diante do avanço do Estado laico e das ideologias consideradas ameaçadoras à ordem religiosa e social vigente (Concílio Vaticano I, 1870a; 1870b).

¹¹ Jair Bolsonaro e sua base de apoio frequentemente utilizaram ataques anticomunistas contra o Papa Francisco, pontífice em exercício durante o governo do ex-mandatário. Confira mais em: MORATELLI, Valmir. *A postagem do Papa Francisco que irritou apoiadores de Bolsonaro*. Veja, 20 out. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/a-postagem-do-papa-francisco-que-irritou-apoiadores-de-bolsonaro/>

reafirmava a necessidade de preservar a propriedade privada e combater o avanço das ideologias socialistas e comunistas. Em suas palavras:

Com efeito “a igreja do Deus vivo, que é coluna e fundamento de verdade” (1Tm 3,15), ensina doutrinas e impõe preceitos que providenciam largamente ao bem-estar e à vida tranquila da sociedade e por meio deles é arrancado desde as raízes o infausto germe do socialismo (Leão XIII, 1878. s/p).

No trecho, o Papa Leão XIII estrutura o discurso da Igreja como autoridade suprema e legítima sobre a verdade, ao afirmar que ela é a “coluna e fundamento” sobre a qual se assenta a ordem correta da sociedade. A construção discursiva parte da ideia de uma verdade absoluta e inquestionável sustentada pela Igreja, contraposta a uma ameaça concreta: o socialismo. Este, por sua vez, é nomeado por Leão XIII como “infausto germe”, ou seja, como um mal oculto e destrutivo que precisa ser combatido. Nesse contorno, o socialismo não se apresenta apenas como uma mera ideologia concorrente, mas uma anomalia moral, quase um pecado a ser combatido como se combate uma heresia.

Em contraposição à aliança de setores hegemônicos da Igreja Católica com as classes dominantes na promoção de um discurso anticomunista, emergiu no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, o cristianismo da libertação. Essa corrente, profundamente influenciada pelas resoluções do Concílio Vaticano II e pela realidade social latino-americana, adotou a “opção preferencial pelos pobres” como seu eixo central. Por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Teologia da Libertação promoveu um intenso trabalho de conscientização e organização popular, exercendo um papel educacional fundamental junto às massas trabalhadoras. Para analisar as estruturas de opressão, essa vertente não hesitou em incorporar criticamente ferramentas das ciências sociais. Conforme observa Löwy, “nos anos 1960 a tradição ética anticapitalista da Igreja começou a ser articulada com a análise marxista do capitalismo que também inclui uma condenação moral da injustiça – especificamente na forma da teoria da dependência” (Löwy, 2016, p. 133). Essa incorporação representou uma ruptura drástica com a postura conservadora da instituição, compreendendo a fé cristã como um chamado à ação transformadora contra as injustiças sociais e econômicas.

A construção do discurso anticomunista pela Igreja Católica, fundamentado em uma autoridade moral inquestionável e na defesa intransigente da ordem tradicional, não se limitou ao âmbito eclesial, mas encontrou ressonância em movimentos políticos que buscaram traduzir essa retórica em ação militante.

Nesse contexto, destacam-se figuras como Plínio Corrêa¹², cuja atuação representou uma radicalização do anticomunismo católico, transpondo-o para o campo político com um projeto de combate organizado e sistemático às influências modernizantes. Sua obra de 1959 foi um manifesto no qual denunciava a decadência moral da sociedade e propunha um ataque declarado contra o progressismo. Na obra, Plínio defende a necessidade de combater o que ele chama de “fundamentos doutrinários do comunismo” (Oliveira, 1959, p. 42)”. Através de construções ideológicas que buscam associação do divino à preservação da propriedade privada, a obra apresenta de forma explícita a proposta de sacralidade da propriedade privada com forte viés ideológico. “O direito de propriedade é tão sagrado que, mesmo se um regime desse à Igreja toda a liberdade, e até todo o apoio, ela não poderia aceitar como lícita uma organização social em que todos os bens fossem coletivos” (Oliveira, 1959, p. 42).

Plínio Corrêa de Oliveira (1959) sintetiza a visão católica tradicionalista sobre a propriedade privada, enraizada no pensamento antissocialista da Igreja e diretamente vinculada ao discurso anticomunista. Sua afirmação de que a propriedade é “sagrada” reflete a encíclica papal mencionada acima, *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, que condenava a coletivização dos bens como uma violação à ordem natural e divina. Em síntese, Plínio Corrêa associava o comunismo a uma ameaça que não se restringia somente ao caráter econômico, mas que transcendia para o âmbito espiritual. Podemos entender esse movimento a partir do que Pêcheux (1975), define como esquecimento ideológico. Segundo Orlandi (2005):

[...] também chamado esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existent. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos. Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade (Orlandi, 2005, p. 35).

O esquecimento ideológico permite compreender como Oliveira (1959) naturaliza essa retórica, fazendo-a parecer uma verdade inquestionável e pessoal, quando, na realidade, sua fala é moldada pela inserção histórica e doutrinária da Igreja Católica. Vale observar que, essas expressões religiosas com caráter anticomunista foram resgatadas por Jair Bolsonaro em seus discursos durante a campanha eleitoral em 2022, especialmente quando proferidas em igrejas cristãs e eventos religiosos, aprofundaremos essa relação com a análise desses discursos, no capítulo três do trabalho.

¹² Plínio Corrêa de Oliveira liderou movimentos como a Ação Católica e fundou a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), com o objetivo de combater o laicismo e o comunismo.

Em seu caráter nacionalista, o surgimento anticomunismo brasileiro, conforme analisado por Motta (2020), incorporou ao longo do século XX um forte componente nacionalista. Esse nacionalismo, no entanto, não deve ser entendido de forma homogênea, já que o termo foi reivindicado por diferentes projetos políticos ao longo da história, tanto por setores da direita quanto da esquerda. Segundo Motta (2020):

Nesse caso, há necessidade de cuidado ao se utilizar esse termo, uma vez que nacionalismo adquiriu significados distintos ao longo do período contemporâneo, sendo reclamado por grupos defensores de projetos políticos divergentes, ligados tanto à esquerda quanto à direita. Os próprios comunistas defenderam bandeiras nacionalistas, que, em sua acepção implicavam a afirmação do Estado nacional como agente político e econômico e fiador da soberania brasileira diante do imperialismo das potências capitalistas (Motta, 2020, p. 54).

No entanto, foi um tipo específico de nacionalismo conservador que se consolidou como uma base discursiva fundamental do anticomunismo no Brasil. Esse nacionalismo conservador, inspirado em modelos europeus do século XIX, especialmente no romantismo alemão, e influenciado pelo corporativismo, concebia a nação como um corpo orgânico e indivisível, onde a unidade nacional deveria prevalecer sobre qualquer conflito de classe ou divisão política. Nessa perspectiva, o comunismo era visto como um elemento disruptivo, capaz de fragilizar a unidade do “corpo nacional” ao incentivar conflitos de classe e fomentar divisões sociais. Motta (2020) destaca que:

A atuação dos comunistas era execrada, pois eles incentivavam a divisão ao enfatizarem as lutas opondo os grupos sociais. A nação, na concepção organicista dos conservadores, deveria ser preservada em sua integridade. Afinal, já que a entidade nacional era como um corpo orgânico, a divisão levaria à morte. E o comunista seria o agente dessa agressão; [...] (Motta, 2020, p. 55).

A manutenção da ordem, dos valores tradicionais, da harmonia nacional e do poder do Estado constituía a base desse pensamento, que associava os comunistas a uma influência “destrutiva”, colocando em risco a estabilidade e a identidade do país. Uma outra dimensão do nacionalismo anticomunista derivava do repúdio às posições internacionalistas dos comunistas (Motta, 2020, p. 55). A ideologia comunista, com sua aspiração a uma fraternidade universal dos trabalhadores, era vista como incompatível com os interesses da nação entendida como entidade autônoma e indivisível. O apelo marxista ao internacionalismo — expresso, por exemplo, na famosa frase do Manifesto Comunista (1848), “trabalhadores do mundo, uni-vos!” — era interpretado como uma ameaça à integridade nacional e à soberania do Estado.

O discurso anticomunista também se alimentava da ideia de que a União Soviética representava uma ameaça global, buscando a derrubada do capitalismo e a imposição de sua ideologia. Motta (2020) destaca que para os nacionalistas brasileiros, o internacionalismo comunista era inaceitável, pois a defesa da nação e da unidade nacional deveria estar acima de

qualquer consideração social, econômica ou política. Essa propaganda anticomunista, recorrente desde a década de 1920, acusava os comunistas de tentar destruir e trair a pátria, chegando a afirmar que havia “muito ouro em Moscou” para corromper os brasileiros. Segundo Motta (2020):

Os comunistas foram acusados de professarem um falso nacionalismo, de fachada. Na verdade, todo comunista seria um “nacionalista russo”, usando a bandeira nacionalista para enganar o povo e explorar seus sentimentos patrióticos. Uma vez que chegassem ao poder deixariam cair a máscara, e sua submissão aos interesses da União Soviética prevaleceria (Motta, 2020, p. 57).

Os imigrantes, especialmente nas grandes cidades, foram vistos como elementos perturbadores da velha ordem, e o Partido Comunista Brasileiro (PCB¹³) chegou a recrutar um número expressivo de novos adeptos entre eles.

O caráter, a alma, o sentimento brasileiros não teriam como ser compatibilizados com o ideal bolchevista, elaborado em terras muito distantes da nossa pátria (Motta, 2020, p. 57).

A conjuntura do nacionalismo nas matrizes embrionárias do anticomunismo brasileiro revela um processo complexo de construção ideológica e mobilização social. A defesa da pátria, nesse contexto, tornou-se sinônimo de combate ao comunismo, moldando a trajetória política do Brasil por décadas.

O Liberalismo, em suas vertentes política e econômica, emergiu também como uma das principais matrizes ideológicas do anticomunismo no Brasil, especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, como aponta Motta (2020): “As ideias liberal-democráticas voltaram a ocupar o centro da arena política após a Segunda Grande Guerra, sendo assumidas como fundamentação ideológica do regime político instaurado pela Constituição de 1946” (Motta, 2020, p. 66).

A defesa da liberdade individual e da propriedade privada, pilares do pensamento liberal, tornou-se então um contraponto fundamental à doutrina comunista, que propunha a coletivização dos meios de produção, por exemplo. “O argumento central é que a propriedade é um direito individual inalienável, sagrado para os mais enfáticos, e integrante das liberdades fundamentais” (Motta, 2020, p. 67). Essa oposição não se limitava a um debate teórico, mas se traduzia em ações e discursos que moldaram a conjuntura política brasileira.

A fragilidade da democracia brasileira e a tradição autoritária do país contribuíram para que o anticomunismo liberal se tornasse um ponto central na política interna. A retórica anticomunista, por vezes, utilizava um discurso que associava o comunismo à tirania e à perda

¹³ O PCB, fundado em 1922, participou de movimentos operários, enfrentou dilemas entre atuação legal e luta armada durante a Ditadura Militar, e sofreu cisões ideológicas com a redemocratização, incluindo a origem do PCdoB (Fausto, 2017; Caldeira, 1982).

de direitos, buscando mobilizar apoio popular e de diferentes setores da sociedade, incluindo empresários, clérigos e militares. De acordo com Motta (2020):

Especialmente nos anos que precederam o golpe de 1964, os anticomunistas exploraram bastante o argumento, procurando estabelecer uma contraposição democracia *versus* comunismo. Não apenas denunciaram os riscos que a democracia estaria correndo [...] mas estenderam o rótulo de “democratas” a todos os grupos anticomunistas (Motta, 2020, p. 66)

A instrumentalização do pânico anticomunista no Brasil não pode ser dissociada de um contexto global da Guerra Fria. Seus reflexos foram utilizados para legitimar intervenções autoritárias e moldaram instituições e práticas repressivas, como destaca Motta (2020):

No bojo da Guerra Fria, o bloco anticomunista era capitaneado pelos Estados Unidos, nação tradicionalmente comprometida com os valores democráticos. Na ótica dos norte-americanos e seus aliados europeus ocidentais, a luta contra os países comunistas se ligava ao objetivo de afirmar a democracia contra a tirania. Nada mais natural que os anticomunistas brasileiros procurassem apoio externo para sua casa vinculando-se ao mundo “livre, ocidental e cristão”, o que conduzia a uma identificação com os valores propugnados pelas “nações democráticas” (Motta, 2020, p. 67).

O ideário pelos quais o discurso anticomunista foi mobilizado no Brasil vão desde seu surgimento no início do século XX até sua efetivação como justificativa para o golpe empresarial-militar de 1964 no país. Podemos entender então como o governo dos Estados Unidos desempenha um papel crucial na disseminação desse temor anticomunista. Esse discurso era reforçado por setores militares, empresariais e religiosos, que temiam a possibilidade de uma aproximação do Brasil com o bloco soviético.

Apesar de se oporem ao comunismo, alguns liberais não se dedicavam ativamente à causa anticomunista, e o empresariado, em particular, foi criticado por sua falta de engajamento. Essa postura ambígua e, por vezes, contraditória do liberalismo no Brasil, demonstra a complexidade da sua inserção no cenário político e ideológico do anticomunismo. “O empresariado, grupo que supostamente deveria apresentar um grande empenho na afirmação da doutrina liberal em contraposição aos projetos revolucionários, era muitas vezes acusado de omissão pelos anticomunistas” (Motta, 2020, p. 68).

A defesa da propriedade e da liberdade, embora centrais, nem sempre se traduziam em uma ação coesa e eficaz contra o avanço das ideias comunistas, revelando as nuances e desafios enfrentados pelo liberalismo brasileiro na sua luta contra o que percebiam como uma ameaça revolucionária.

Para além do recorte proposto por Motta (2020) acerca das três matrizes do anticomunismo brasileiro, podemos observar também a influência do contexto internacional na construção dessa retórica no Brasil. A Revolução Russa de 1917, marcada pela tomada do

poder pelos soviets e a construção de uma experiência socialista, exerceu grande influência sobre os setores populares e intelectuais no Brasil. Segundo Lênin (2025):

Depois da revolução proletária na Rússia e da vitória dessa revolução em escala internacional, inesperadas para a burguesia e os filisteus, todo o mundo se tornou agora diferente e a burguesia em toda parte também está diferente. Ela está assustada com o “bolchevismo”, exasperada contra ele até quase perder a razão, e por isso ela, por um lado, acelera o desenrolar dos acontecimentos e, por outro lado, concentra a atenção na repressão violenta do bolchevismo, debilitando assim sua própria posição em muitos outros terrenos (Lênin, 2025, p.135).

Especialmente no surgimento do movimento operário, a experiência reverbera como um exemplo concreto de ruptura com a ordem capitalista e autoritária vigente, inspirando greves, manifestações e até tentativas de formação de conselhos populares.

Tanto em virtude da industrialização, impulsada pela guerra mundial, “[...] quanto pelo impacto da Revolução de Outubro, com o advento do Poder Soviético, as greves, desde 1917, recrudescentes em quase todos os Estados do Brasil” (Bandeira, 2017, p. 413-414). O temor de que tais movimentos ganhassem força e imitassem o modelo soviético incentivou uma reação preventiva instantânea por parte das elites e do Estado — embora, dada a conjuntura, essa separação seja quase irrelevante — que passaram a associar reivindicações trabalhistas à subversão comunista, consolidando uma cultura política de vigilância e repressão a esses movimentos. Segundo Souza (2022):

[...] a Revolução de Outubro funcionou como catalisador da ascensão do anticomunismo, contribuindo para que a chama anticomunista se acendesse em diversos lugares do globo. No contexto brasileiro é o Levante da Aliança Nacional Libertadora (ANL) que faz com que a chama já acesa do anticomunismo brasileiro se fortaleça (Souza, 2022, p. 15).

O surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL)¹⁴, em 1935, que reunia comunistas, socialistas, tenentes e outros opositores do regime, está diretamente ligado a um movimento denominado Intentona Comunista. Inspirada pelas lutas antifascistas e anti-imperialistas, a ANL defendia reformas como a nacionalização de empresas estrangeiras, a reforma agrária e o fim do latifúndio, tornando-a assim uma ameaça ao *modus operandi* da classe dominante. Sob influência da Internacional Comunista¹⁵, setores da ANL articularam levantes militares em novembro de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro, com o objetivo de

¹⁴ A Aliança Nacional Libertadora era constituída uma ampla frente formada por setores representativos da sociedade brasileira da época, mobilizados em torno de quatro objetivos principais: luta contra o avanço do integralismo no Brasil e do fascismo no cenário mundial, e luta contra a dominação imperialista e o latifúndio em nosso país (Prestes, 2006).

¹⁵ A Internacional Comunista (ou *Comintern*), fundada em 1919 por iniciativa da União Soviética, era uma organização que coordenava partidos comunistas em diversos países, promovendo a revolução proletária mundial.

derrubar o governo Vargas, após este ter colocado a ANL na ilegalidade com a aprovação da Lei de Segurança Nacional¹⁶ anteriormente no mesmo ano. Para Motta (2020):

A repressão estatal desencadeada contra a ANL não decorria apenas do propalado temor ao comunismo. O problema era que, além de possuir vínculos com comunistas, a entidade vinha apresentando grande vitalidade. No curto espaço de tempo decorrente entre o lançamento oficial, em março, e o início de julho, a ANL experimentou um crescimento considerável, encontrando adesões principalmente nos maiores centros urbanos (Motta, 2020, p. 205).

Os efeitos da Intentona Comunista de 1935¹⁷ representaram um marco simbólico e discursivo na consolidação do anticomunismo como elemento estruturante da política repressiva no Brasil. Exercendo papel central na construção de um discurso ideológico, que passou a mobilizar setores religiosos, militares e empresariais em torno da defesa da “civilização cristã” contra o que se apresentava como barbárie comunista, a intentona foi alvo de uma ampla campanha midiática que reforçava o medo e o ódio ao comunismo. Desse modo, o evento de 1935 tornou-se uma referência constante no repertório discursivo das forças conservadoras, sendo reciclado em diversos momentos posteriores da história política brasileira.

O levante de 1935, embora liderado por militantes do PCB e associado ao apoio soviético, foi rapidamente desqualificado pelo governo Vargas como uma ameaça real à ordem. As forças militares foram mobilizadas para sufocar o movimento, e o pânico se espalhou, com a mídia desempenhando um papel crucial na construção de uma imagem negativa dos comunistas, associando-os à violência, à desordem e a atos criminosos. Segundo Motta (2020):

A identificação dos comunistas com a delinquência comum era facilitada pela prática, corrente em muitos jornais, de publicar fotografias dos presos. As fotos, tiradas na política e seguindo o estilo que lhe era peculiar, retratavam os revolucionários nos mesmos ângulos e poses utilizados para enquadrar os marginais. Os leitores das páginas policiais dos jornais não notariam nenhuma diferença entre os comunistas e os delinquentes (Motta, 2020, p. 236)

O governo Vargas aproveitou o temor ao comunismo para justificar o fortalecimento do Estado e a adoção de medidas repressivas, como a censura à imprensa e a perseguição política. A ideia de que o comunismo era uma ameaça iminente foi amplamente difundida, mobilizando

¹⁶ A "Lei Monstro" — como ficou conhecida desde que foi apresentada no Congresso — acabava com liberdades garantidas pela Constituição de 1934: criminalizava a chamada “incitação ao ódio entre as classes sociais” e vetava a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social. (Fonte: INSTITUTO LULA. *Memorial da Democracia*.)

¹⁷ Intentona Comunista de 1935 foi uma tentativa de revolta armada promovida pelo Partido Comunista do Brasil contra o governo de Getúlio Vargas, rapidamente sufocada pelas forças governamentais. Para análises históricas, ver: Fico (1995) *O Grande Irmão: da Intentona Comunista de 1935 à Redemocratização*; Castro (2005) *A Intentona Comunista de 1935: História e Memória*; Fausto (2014) *História do Brasil*;

o apoio de setores da sociedade civil e militar que viam no governo Vargas a garantia da ordem e da estabilidade.

Em seu caráter seminal, na ascensão do anticomunismo no Brasil apresenta uma diversidade de correntes ideológicas que são convergentes, tornando-o um elemento coesivo entre grupos religiosos e líderes políticos que pertencem a distintas tradições da direita. À medida que esse discurso se tornava elemento de coesão entre esses diferentes setores, tornou-se capaz de articular o medo social e justificar ações de repressão. Assim, o anticomunismo religioso incorpora o anticomunismo institucional-político, cujo desdobramento mais expressivo foi a legitimação do golpe de 1964 e a implementação do regime ditatorial no país.

1.2 Do golpe de 64 ao bolsonarismo: a persistência do Anticomunismo no Brasil

A literatura sobre o anticomunismo tem se consolidado como um campo de investigação que revela as múltiplas dimensões ideológicas e materiais deste fenômeno. Os estudos recentes demonstram que o anticomunismo não pode ser compreendido meramente como uma reação espontânea ou episódica, mas sim como uma estrutura ideológica persistente que atravessa diferentes conjunturas históricas, adaptando-se às transformações das relações de força política e às necessidades de legitimação das classes dominantes.

Souza (2022) aborda o anticomunismo como um “espectro imaginário que ronda o Brasil”, evidenciando como esta construção ideológica opera através de representações simbólicas que transcendem a materialidade das organizações comunistas efetivamente existentes. Esta perspectiva converge com a análise de Batista (2018), que caracteriza o anticomunismo brasileiro como “um passado que não passa”, sublinhando a continuidade histórica de práticas e discursos anticomunistas que, embora executados por diferentes grupos e em distintos períodos, mantêm o mesmo objetivo fundamental de erradicar o comunismo da sociedade brasileira. Tal permanência revela como o anticomunismo funciona como um mecanismo de reprodução ideológica das relações de dominação, operando através da construção de um inimigo interno que justifica medidas repressivas e a manutenção da ordem capitalista, conforme aponta Motta (2020):

Como imaginara Karl Marx, o comunismo foi efetivamente um espectro rondando a sociedade capitalista. No entanto, embora tal afirmação tenha sido feita em meados do século XIX, ela se aplica melhor ao século XX, quando o “fantasma” adquiriu um poder sem precedentes de amedrontar os setores mais conservadores da sociedade (Motta, 2020, p. 14).

Herédias (2021) analisa as transformações do anticomunismo no período democrático,

demonstrando como o fenômeno se reconfigurou após o fim da ditadura militar e da Guerra Fria. A autora argumenta que, embora o contexto internacional tenha mudado radicalmente com o colapso do socialismo real, o anticomunismo brasileiro manteve sua vitalidade, adaptando-se às novas condições políticas. O período analisado, que compreende desde a redemocratização até as eleições de 2018, revela a persistência de estruturas de longa duração do anticomunismo brasileiro, ao mesmo tempo em que identifica novas formas de expressão e mobilização. A análise de Herédias contribui para a compreensão de como o anticomunismo opera em contextos democráticos, demonstrando que sua função não se restringe à legitimação de regimes autoritários, mas também atua na delimitação dos limites do debate político e na construção de consensos conservadores em democracias formais, conforme aponta a autora: “Em uma relação simbiótica, o anticomunismo é fruto de permanências e reconfigurações do imaginário junto com uma manipulação dos símbolos que cooptam indivíduos ao grupo e direcionam o seu comportamento (Herédias, 2021, p. 124)”.

Entre 1961 e 1964, o Brasil vivenciou uma escalada significativa das tensões políticas, em meio a um cenário marcado por disputas internas e influências externas. Esse período, destacou-se como o auge da ofensiva anticomunista no país. Tal movimento não se limitou à retórica inflamada presente nos discursos políticos e na mídia, mas foi solidificado por articulações institucionais e internacionais que endossavam essas posições. Entre 1961 e 1964 [...] o anticomunismo adquiriu uma importância preponderante, sendo a fagulha principal a detonar o golpe militar de 31 de março (Motta, 2020, p. 255).

No contexto internacional, a Revolução Cubana transformou a América Latina em território estratégico dentro da lógica da Guerra Fria. A Revolução Cubana de 1959 intensificou a paranoia estadunidense e causou reflexos no contexto brasileiro, uma vez que Cuba representava o exemplo máximo do socialismo nas Américas¹⁸. Com isso, o Brasil passou a ser visto como uma peça-chave na contenção do avanço das experiências do bloco socialista. Segundo Motta:

Havia a sensação de que os soviéticos fomentavam revoluções por toda parte, e o exemplo cubano estava muito próximo, como a mostrar que a progressão do comunismo em direção do Brasil já ia adiantada. Nessas condições fica mais fácil entender porque emergiu a grande onda anticomunista de 1964 (Motta, 2020, p. 302).

Os Estados Unidos passaram a ver a região como uma zona de risco iminente, deslocando para o continente esforços políticos, econômicos e militares voltados à contenção

¹⁸ Essa recusa militante à experiência socialista caribenha foi reciclada pelo bolsonarismo. Adeptos ao então presidente gritavam o bordão “Vai pra Cuba!” para qualquer indivíduo que expressasse afinidade com uma pauta minimamente progressista.

do avanço da esquerda. Em larga medida, o crescimento do apelo das propostas radicais devia-se ao impacto da Revolução Cubana (Motta, 2020, p. 257). O Brasil, nesse jogo geopolítico, tornou-se um terreno fértil para a expansão de práticas anticomunistas, respaldadas por elites conservadoras, setores das Forças Armadas e pelo apoio norte-americano.

Esse apoio consiste desde o financiamento de campanhas ao fortalecimento de grupos de oposição ao governo de João Goulart¹⁹. As reformas de base propostas por Goulart, incluindo a reforma agrária e a ampliação dos direitos trabalhistas, foram amplamente retratadas como uma tentativa de implantar um regime socialista no Brasil. Fortemente anticomunista, a Tradição, Família e Propriedade (TFP)²⁰, organização brasileira de caráter católico e conservador, fundada em 1960 também por Plínio Oliveira — citado na seção anterior do trabalho — construiu sua atuação a partir da defesa de valores tradicionais e da rejeição a qualquer ideologia que considerasse ameaçadora à ordem cristã e à propriedade privada. Com o passar das décadas, especialmente a partir dos anos 1980, a organização passou a adaptar seu discurso, redirecionando seu combate ao comunismo para campos como a moral sexual, os costumes e as transformações culturais, que passaram a ser vistos como novas formas de expressão de um inimigo que consideravam ainda ativo, embora transfigurado. Nesse contexto, Pereira (2024) analisa a evolução desse discurso:

A partir da década de 1980, a TFP percebe no comunismo não mais a ideologia revolucionária que buscava impor-se através da subversão, mas vê nele como que um novo adversário, encarnado nas pautas morais, praticamente despidido de suas antigas características. Sem deixar se apresentar-se residualmente como uma ideologia revolucionária e violenta, na concepção tefepista, o comunismo é percebido como um fenômeno em processo de transformação. Ela o encara desta forma, segundo compreendemos, porque a TFP modula seu discurso, aproveitando-se de contextos diversos para anunciar novas jogadas e tramas do inimigo primordial, o comunismo (Pereira; Pimenta, 2024, p. 295).

O trecho revela como a TFP, ao longo do tempo, reformulou sua retórica anticomunista, transferindo o foco do combate político-revolucionário para questões ligadas à moral e aos costumes. Isso demonstra uma estratégia discursiva flexível e evidencia a persistência do anticomunismo como estrutura de interpretação e mobilização, mesmo quando seu objeto original perde força ou se transforma.

Nas décadas seguintes esse temor ao comunismo foi amplamente instrumentalizado por setores empresariais e militares. Essa articulação entre interesses internos e externos

¹⁹ João Goulart foi presidente do Brasil entre 1961 e 1964, com um governo marcado por propostas de reformas de base e crescente tensão política, sendo deposto pelo golpe empresarial-militar de 1964.

²⁰ A TFP, fundada por Plínio Corrêa de Oliveira, destacou-se como movimento católico conservador e anticomunista, atuando na defesa de valores tradicionais. Brito (2017) analisa sua atuação no contexto da ditadura. Franco (2005) discute a trajetória e o perfil conservador do movimento. Silva (2015) discute a TFP sob a perspectiva da história política e sociologia do catolicismo.

materializou o envolvimento norte-americano no golpe de 1964, reforçando a narrativa anticomunista como justificativa para a ruptura democrática.

No cerne da mesma conjuntura, a Operação Brother Sam²¹ é introduzida como um plano de contingência elaborado pelos Estados Unidos em 1964 para apoiar as forças contrárias a Goulart (Green; Jones, 2009). Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil durante o governo João Goulart, desempenhou um papel central na articulação do apoio norte-americano ao golpe de 1964. Atuando de forma coordenada com autoridades militares e civis brasileiras, Gordon promoveu ações sigilosas que incluíram o preparo e o envio de tropas, navios e suprimentos.

Oficialmente, tais medidas foram justificadas como uma forma de evitar uma possível guerra civil entre defensores e opositores do governo, mas, na prática, refletiam os interesses estratégicos dos EUA em impedir o avanço de qualquer projeto político associado à esquerda ou ao socialismo na América Latina. O anticomunismo, nesse sentido, não foi apenas uma retórica, mas o eixo ideológico que guiou a intervenção, inserindo o golpe brasileiro em uma lógica mais ampla de enfrentamento à influência soviética durante a Guerra Fria. Dessa forma, o golpe de 1964 não foi apenas respaldado por setores conservadores e militares brasileiros, mas também incentivado e sustentado por uma conjuntura internacional marcada pela ofensiva dos Estados Unidos contra qualquer ameaça à sua hegemonia político-econômica no continente, conforme observa Bandeira (1978):

Em Washington (16 de março), os embaixadores dos Estados Unidos junto aos países da América Latina (Gordon presente) se reuniram para ouvir as novas diretrizes da política externa. E, na ocasião, Thomas Mann declarou que o governo de Johnson não trataria de impedir, sistematicamente, os golpes militares de direita. Tornava-se difícil, segundo ele, traçar uma linha divisória entre democracia e ditadura, dentro das condições do continente. "Por essa razão", acrescentou, "a luta contra o comunismo e a defesa dos investimentos do país constituem os objetivos principais da política dos Estados Unidos na América Latina" (Bandeira, 1978, p. 471)

O regime militar instaurado em 1964 consolidou o anticomunismo como eixo central de sua doutrina de segurança nacional, transformando qualquer forma de oposição política em alvo de suspeita e repressão. A ideia de uma ameaça comunista permanente foi incorporada ao discurso oficial como justificativa para o endurecimento do controle estatal, mesmo diante da ausência concreta de articulações revolucionárias no país após o golpe de estado. A partir dessa lógica, opositores passaram a ser enquadrados como “inimigos internos”, permitindo que a

²¹ A “Operação Brother Sam” consistiu na preparação, por parte dos Estados Unidos, de uma força de apoio logístico incluindo porta-aviões, navios e suprimentos para apoiar o golpe em 1964 no Brasil, plano que foi desativado após a rápida queda do governo de João Goulart (Fico, 2008).

repressão se tornasse política de Estado. Através da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)²² justificou-se a repressão política, a censura, a perseguição a opositores e a centralização do poder em nome da luta contra a subversão. A DSN partia da premissa de que a principal ameaça à segurança do Estado não vinha de inimigos externos tradicionais, mas de inimigos internos — particularmente grupos e ideologias associadas ao comunismo, ao socialismo e a movimentos sociais de esquerda, conforme observa Padrós (2009):

Ao lado dos nacionalistas estavam as classes populares e os partidos de esquerda, inclusive o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Por isso, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que recomendava resguardar o Ocidente da ameaça comunista, não distinguia entre aqueles que eram socialistas de fato e os defensores do nacional desenvolvimentismo (Padrós, 2009, p. 53).

O Ato Institucional nº 5, conhecido popularmente como AI-5, decretado em 1968, ampliou os poderes do Executivo e intensificou a perseguição, ao mesmo tempo em que legalizou a censura, fechou o Congresso e suspendeu garantias constitucionais. Órgãos como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)²³ e o Serviço Nacional de Informações (SNI)²⁴ desempenharam papel decisivo na vigilância e na repressão, utilizando a tortura, os desaparecimentos forçados e a produção de dossiês como instrumentos de controle social. Assim, o regime sustentou-se por meio da fabricação e da manutenção de uma ameaça comunista fantasiosa, que serviu para legitimar práticas autoritárias.

O empresariado brasileiro também teve papel fundamental na disseminação do discurso anticomunista. A criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), no início da década de 1960, composta por empresários, militares e intelectuais, teve como objetivo combater o avanço de políticas nacionalistas e progressistas no Brasil. O instituto atuou diretamente na articulação do golpe de 1964 e na legitimação da ditadura empresarial-militar que foi instaurada posteriormente. O IPES desempenhou um papel central na mobilização de setores da sociedade contra o governo de Goulart, disseminando a ideia de que a democracia brasileira estava ameaçada pelo comunismo.

Essa narrativa foi sustentada por uma estratégia de comunicação sofisticada que incluía a produção e distribuição de materiais de propaganda e a influência sobre os meios de comunicação. O IPES inundou os meios de comunicação com propagandas de susto e medo,

²² A Doutrina de Segurança Nacional pode ser definida como um projeto intelectual produzido a partir dos Estados Unidos e reinterpretado pelos setores conservadores das elites civis e militares da América Latina, que serviu para justificar os golpes de Estado nas décadas de 1960/70 (Padrós, 2009).

²³ O DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) foi um órgão de repressão do Estado brasileiro, ativo sobretudo durante a ditadura militar, responsável por vigiar, perseguir e prender opositores políticos.

²⁴ SNI (Serviço Nacional de Informações) foi o principal órgão de inteligência do regime militar brasileiro, responsável por coletar dados e coordenar ações de vigilância e repressão política entre 1964 e 1990.

sobretudo na imprensa, que possibilitava explosões de pânico ou de entusiasmo fictício, que permitiam alcançar objetivos determinados (Bortone, 2018, p. 93). A cooptação da mídia, viabilizada pelo financiamento de grandes empresas nacionais e estrangeiras, permitiu ao IPES manipular a opinião pública e criar um ambiente propício para a aceitação do golpe militar. Dreifuss (1981) apresenta de forma clara o papel do instituto na articulação do golpe, segundo o autor:

As formas diretas de contribuição se estenderiam desde ajuda financeira imediata ao candidato ou partido até o fornecimento de outras necessidades materiais dispendiosas, como transporte, tempo de rádio e televisão, espaço de jornal e material e material de propaganda (cartazes e panfletos). Indiretamente a elite orgânica contribuía para a campanha de seus candidatos, criando um clima favorável da mídia proporcionando a eles e suas ideias extraordinária projeção [...] (Dreifuss, 1981, p. 329).

A relevância do IPES na consolidação do ideário anticomunista no Brasil está atrelada diretamente à sua capacidade, através de potente apoio financeiro, em articular interesses empresariais, militares e midiáticos na formulação de um discurso político eficaz. Sua atuação influenciou não apenas a opinião pública, mas também a elaboração de políticas que possuem caráter estruturante na dominação autoritária do regime militar instaurado em 1964. Dreifuss (1981) observa:

O IPES não era com certeza, como frequentemente é descrito, um movimento amador de empresários com inclinações românticas ou um mero disseminador de limitada propaganda anticomunista; era, ao contrário, um grupo de ação sofisticado, bem equipado e preparado; era o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força-tarefa estrategicamente informada, agindo com vanguarda das classes dominantes (Dreifuss, 1981, p. 185).

Além da difusão de propaganda em jornais, revistas, rádio e televisão, o IPES utilizou outras táticas para desestabilizar o governo Goulart e promover sua agenda política anticomunista. Entre suas estratégias estava a infiltração em sindicatos e movimentos estudantis, visando desarticular grupos que poderiam oferecer resistência às forças conservadoras. O instituto financiou e treinou líderes sindicais para controlar e enfraquecer a organização dos trabalhadores e garantiu que as reivindicações trabalhistas fossem enfraquecidas e que o discurso anticomunista se consolidasse no meio sindical.

Paralelamente, o IPES articulou campanhas de difamação contra políticos e intelectuais progressistas, associando-os ao comunismo e sugerindo que representavam uma ameaça à segurança nacional. Essa abordagem se alinhava aos Estados Unidos, que incentivavam nesse período, políticas de contenção do avanço do comunismo na América Latina, apoiando financeiramente e estrategicamente grupos como o IPES. A mensagem transmitida procurava

reforçar a ideia de que a economia brasileira estava sendo prejudicada pelas políticas do governo e que apenas uma intervenção poderia evitar o caos. Segundo Bortone (2018):

As imagens, para dar maior credibilidade, foram extraídas diretamente dos problemas sociais e econômicos do Brasil, dando uma abordagem negativa e crítica à administração do governo Goulart. Alguns desfilavam imagens fortes e ameaçadoras, sem referência aos seus contextos históricos, de Adolf Hitler (Alemanha), Benito Mussolini (Itália), Nikita Khrushchev e Vladimir Lênin (União Soviética) e Fidel Castro (Cuba) como “inimigos da democracia”, disseminando, assim, ideias e crenças contra o comunismo, e enaltecendo a democracia como o único meio de desenvolvimento econômico, político e social (Bortone, 2018, p. 98).

O IPES, ao disseminar essas ideias, fortaleceu a narrativa de que a intervenção militar era necessária para preservar a ordem e a democracia, ainda que isso significasse o fim das liberdades civis e a imposição de um regime autoritário. Além disso, associou em sua narrativa, o governo de Goulart a figuras representativas de movimentos políticos antagônicos de forma deliberada e totalizante, colocando Fidel Castro na mesma estante de Adolf Hitler, por exemplo.

Importante destacar que o anticomunismo constituiu um dos núcleos ideológicos e operacionais da ditadura militar brasileira, servindo como ferramenta primordial para sua manutenção ao longo de todo o regime. Através da Doutrina de Segurança Nacional, ele forneceu o arcabouço jurídico-institucional que redefiniu o “inimigo interno”, permitindo a criminalização difusa de qualquer oposição sob o rótulo de “subversão”. Essa lógica não apenas legitimou a exceção permanente, normalizando a repressão, as prisões arbitrárias, a tortura e a censura, mas também, no plano militar, despolitizou e caracterizou como “terrorismo” as ações da esquerda, justificando operações de extermínio, como na Guerrilha do Araguaia²⁵. Dessa forma, o anticomunismo funcionou como um dispositivo flexível e permanente para reorganizar e sustentar os mecanismos de controle social e repressão, garantindo a continuidade do regime.

Essa configuração de campanha anticomunista importa conceitos utilizados na Guerra Fria sustentados por um conceito norteador: o totalitarismo. Essa perspectiva postulava a ideia de que nazismo, fascismo e comunismo soviético eram projetos políticos análogos, todos eles representando estados totalitários que negavam os princípios básicos e fundamentais de uma sociedade. Segundo Losurdo (2002):

O defeito fundamental da categoria de totalitarismo é transformar uma descrição empírica, relativa a certas categorias determinadas, numa dedução lógica de caráter geral. Não há dificuldades em constatar as analogias entre URSS staliniana e Alemanha nazista; a partir delas, é possível construir uma categoria geral

²⁵ A Guerrilha do Araguaia representa o caso mais extremo dessa lógica, sendo alvo de operações militares voltadas ao extermínio físico e ao apagamento da memória (Gorender, 1998).

(totalitarismo) e sublinhar a presença nos dois países do fenômeno assim definido; mas transformar esta categoria na chave de explicação dos processos políticos verificados nos dois países é um salto assustador (Losurdo. 2002. p. 76).

Segundo a crítica apresentada por Losurdo (2002), a utilização da categoria de totalitarismo como explicação central para diferentes regimes políticos representa uma simplificação teórica que apaga as particularidades históricas e materiais de cada contexto. Ao importar a noção de totalitarismo da lógica da Guerra Fria, o IPES não apenas agrupou experiências políticas díspares sob uma mesma etiqueta, mas utilizou essa generalização como instrumento retórico para deslegitimar o governo Goulart.

Com isso, estabeleceu-se uma equivalência forçada entre comunismo, nazismo e fascismo, promovendo uma visão binária em que qualquer projeto de transformação social era automaticamente associado ao autoritarismo extremo. O IPES não apenas promoveu a derrubada do governo de Goulart, mas também desempenhou um papel determinante na construção do ideário anticomunista como narrativa oficial que justificou posteriormente o golpe empresarial-militar de 1964 no Brasil.

Convertendo-se em uma ferramenta de poder capaz de unir elites locais e potências estrangeiras em torno de um projeto autoritário, o anticomunismo serviu para deslegitimar demandas populares e reformas progressistas e pavimentou o caminho para a instauração de um regime ditatorial que privilegiou a repressão em nome da “segurança nacional”. Ao reafirmar-se como narrativa hegemônica, esse ideário não apenas sustentou a ditadura militar, mas também deixou marcas profundas na democracia brasileira, evidenciando como o “medo vermelho” pode ser manipulado para fins de controle político e social.

Mesmo após a transição formal do regime autoritário para a democracia, com o fim da ditadura civil-militar em 1985 e a promulgação da Constituição de 1988, o anticomunismo não desapareceu do horizonte político brasileiro, mas foi reconfigurado no interior da chamada Nova República. O anticomunismo passou a operar como repertório discursivo mobilizado em disputas eleitorais, em embates parlamentares e na construção midiática de “ameaças” associadas à esquerda partidária e aos movimentos sociais.

Durante as décadas de 1990 e 2000, especialmente no contexto de ascensão e permanência do Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores no governo federal, narrativas que vinculavam políticas redistributivas, integração regional sul-americana ou ampliação de direitos sociais a projetos “bolivarianos” ou “socialistas” foram reiteradamente

acionadas por setores conservadores. Tal dinâmica evidencia que, na Nova República, o anticomunismo deixou de se apresentar predominantemente sob a chave da segurança nacional para assumir feições adaptadas ao jogo democrático, funcionando como instrumento de deslegitimação simbólica, produção de pânicos e reorganização de identidades políticas no interior de uma ordem formalmente pluralista.

O discurso anticomunista forjado na ditadura militar teve repercussões duradouras na política brasileira. Resgatado em diversos momentos históricos como na carreira eleitoral de Jair Bolsonaro, por exemplo, o anticomunismo voltou a ocupar lugar central na retórica política. Bolsonaro frequentemente associava seus adversários como "ameaça vermelha", evocando o mesmo medo utilizado em 1964. A continuidade desse discurso ao longo das décadas demonstra sua plasticidade e adaptabilidade às conjunturas políticas.

Setores conservadores e partidos de direita reciclaram essa retórica para estigmatizar projetos progressistas, intensificando-a em contextos de instabilidade institucional ou recessão. Nas últimas décadas, a convergência entre a escalada da extrema-direita no continente e a viralização digital transformou o repertório tradicional do “perigo vermelho”. Em vez da ameaça soviética, passou-se a invocar um “globalismo” difuso, que absorve desde organismos multilaterais até pautas identitárias, ressignificando velhos medos para serem operados no contexto do século XXI.

Além da reciclagem dos pânicos utilizados na ditadura, cabe ainda destacar que, a conduta de ataque ao comunismo que tem como alvo o pensamento marxista também ressurgiu no contexto contemporâneo com a reprodução do conceito de “marxismo cultural”.

Percebe-se então que, as formas de expressão do anticomunismo variam, desde a repressão aberta – como perseguições a Marx após a Comuna de Paris e a criminalização de movimentos operários históricos – até construções discursivas ideológicas modernas, estruturadas como pânicos morais.

O mito do "marxismo cultural", por exemplo, que está presente no debate político contemporâneo, é apenas um dos modelos que ressignificam velhos temores para deslegitimar críticas ao *status quo* e tornam o discurso anticomunista progressivamente mais presente e necessário na mídia²⁶. Essas narrativas surgem à medida que as revoltas populares cresceram e conquistaram avanços significativos frente a agenda da classe dominante.

²⁶ Essa discussão será ampliada no capítulo três, na seção: “Contexto das eleições e guerra cultural”.

Amplamente difundido por Bolsonaro e setores da extrema direita brasileira o termo "marxismo cultural" é utilizado para sugerir a existência de uma conspiração comunista, por parte da esquerda intelectual, destinada a subverter os valores tradicionais da sociedade, especialmente os relacionados à família, à religião e a identidade nacional por meio da cultura.

O fundamento dessa retórica é apresentado, no caso brasileiro, por Olavo de Carvalho²⁷, guru da extrema-direita brasileira, que propôs em um de seus textos, publicado no jornal O Globo, em 2002 e posteriormente em seu site, do que se trata o dito “marxismo cultural”. Em suas palavras:

Em poucas décadas, o marxismo cultural tornou-se a influência predominante nas universidades, na mídia, no show business e nos meios editoriais do Ocidente. Seus dogmas macabros, vindo sem o rótulo de “marxismo”, são imbecilmente aceitos como valores culturais supra-ideológicos pelas classes empresariais e eclesiásticas cuja destruição é o seu único e incontornável objetivo. Dificilmente se encontrará hoje um romance, um filme, uma peça de teatro, um livro didático onde as crenças do marxismo cultural, no mais das vezes não reconhecidas como tais, não estejam presentes com toda a virulência do seu conteúdo calunioso e perverso (Carvalho, [sp.], online.).

Carvalho apresenta, através de uma perspectiva conspiratória e pejorativa do marxismo, a ideia de que a cultura contemporânea estaria corrompida por princípios ideológicos que confrontam os princípios morais da sociedade e se apresentam disfarçados de neutralidade. Com tom alarmista e moralizante, essa narrativa acaba por sua vez contribuindo para a construção retórica anticomunista, uma vez que seus ataques a educação e a cultura estão voltados exclusivamente à mobilização política e ideológica.

Carapanã (2018) propõe que essa narrativa, semelhante à do "bolchevismo cultural" propagado pelo nazismo, passou a ser utilizada para desqualificar produções acadêmicas, artísticas e políticas que promovem pautas progressistas. Segundo o autor:

A ideia de um “marxismo cultural” como conspiração parece nova, mas começou com a reedição de uma teoria da conspiração da década de 1930: a do bolchevismo cultural. Ele carregava a mesma obsessão promovida por uma “cabala de intelectuais”. O termo bolchevismo cultural foi usado amplamente pela propaganda do Partido Nazista e por outros governos de extrema-direita europeus para denunciar movimentos modernistas nas artes como parte de uma “conspiração bolchevique” para erodir a arte e a cultura europeias (Carapanã, 2018, pg. 38).

Nessa passagem, Carapanã evidencia que a noção contemporânea de “marxismo cultural” como teoria conspiratória não é uma invenção da extrema-direita contemporânea, mas sim uma reformulação de antigos instrumentos ideológicos construídos pela extrema-direita

²⁷ Olavo de Carvalho (1947–2022) foi um escritor e influenciador da extrema-direita brasileira, conhecido por seu discurso anticomunista e conservador. Publicou obras como *O Imbecil Coletivo* (1996) e *O Jardim das Aflições* (1995), e ganhou projeção com cursos online e redes sociais. Teve forte influência sobre Jair Bolsonaro e setores do bolsonarismo, sendo considerado por estudiosos como João Cezar de Castro Rocha (*Guerra cultural e retórica do ódio*, 2021) uma peça-chave na articulação da retórica da nova direita no Brasil.

européia na primeira metade do século XX. Ao associar essas manifestações culturais cria-se uma retórica que não apenas desqualificava as expressões culturais divergentes, mas também mobilizou medo e ressentimento popular. Portanto, a continuidade histórica das formas ideológicas de reação contra o pensamento crítico reutilizadas em diferentes contextos conforme as necessidades da manutenção da ordem social dominante. Carapanã (2018) ainda observa que:

Mais do que simplesmente anticomunista, a nova direita flerta com ideias do nazifacismo e, consciente ou inconscientemente, contribui para normalizá-lo. Quando são criticados por esses aspectos, se refugiam em questões de “liberdade de expressão” e de uma suposta “hegemonia de esquerda” (Carapanã, 2018, p. 39).

Nesse sentido, compreender os usos do “marxismo cultural” como forma de expressão do discurso anticomunista permite desvelar o modo como a crítica marxista à ideologia burguesa é invertida em forma retórica através do medo e do pânico moral.

Os setores ligados ao bolsonarismo²⁸ popularizaram essa ideia. Durante a campanha eleitoral de 2018 e posteriormente no decorrer do governo de Jair Bolsonaro, o combate ao suposto “marxismo cultural” tornou-se uma bandeira central. Integrantes e apoiadores do governo frequentemente mencionavam o termo, associando-o a uma influência negativa nas instituições educacionais e culturais do país. Segundo Miguel (2018):

Há um caminho, em particular, de fusão do anticomunismo com o reacionarismo moral, que passa por uma leitura fantasiosa da obra de Antonio Gramsci e recebe o nome de “Marxismo Cultural”. A noção de que a luta política tem, como momento central, a disputa por projetos e visões de mundo, torna-se, na mão de seus detratores à direita, uma estratégia maquiavélica simplória, com o objetivo de solapar os consensos que permitem o funcionamento da sociedade, por meio da manipulação das mentes. Gramsci é apresentado como alguém que bolou um “plano infalível” para a vitória do comunismo: é o Cebolinha do pensamento marxista (Miguel, 2018, p. 22).

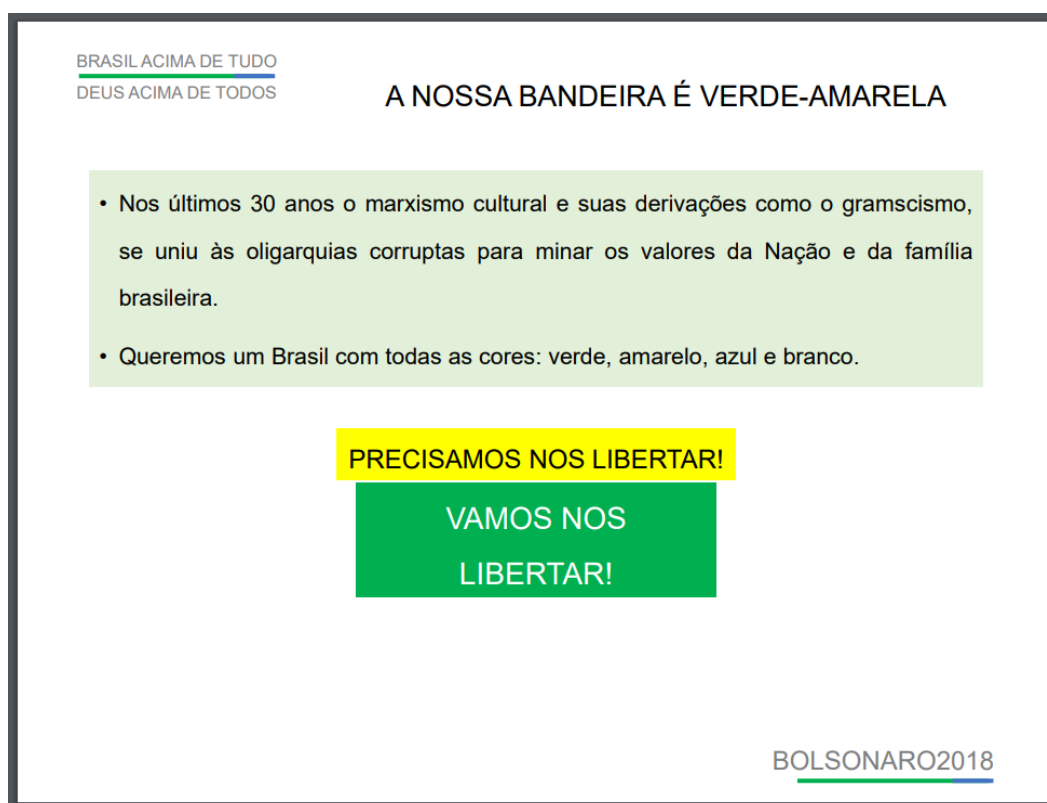
O slide que será apresentado a seguir, extraído do Plano de Governo de Jair Bolsonaro em 2018, exemplifica de forma clara o uso ideológico do termo “marxismo cultural” como estratégia discursiva para deslegitimar produções intelectuais críticas e mobilizar afetos conservadores em torno de uma narrativa de “ameaça existencial” à Nação. No documento, ao afirmar de maneira contundente que “nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira”, o trecho instrumentaliza conceitos da tradição marxista — entre eles, os estudos de Antonio Gramsci sobre hegemonia cultural — com o objetivo de transformá-los em peças de uma teoria da conspiração. Essa retórica não apenas simplifica e distorce conceitos

²⁸ O bolsonarismo é marcado por: reações culturais contrárias a avanços sociais progressistas em matérias relativas a direitos de gênero LGBTQIA+; a defesa de políticas duras de combate ao crime e à corrupção; crítico a políticas sociais de reversão de desigualdades baseadas em ação afirmativa. (Rennó, 2022)

acadêmicos complexos, mas também os converte em bodes expiatórios para problemas estruturais do país.

É evidente, nessa construção discursiva, a influência dos escritos de Olavo de Carvalho neste princípio de século, cuja seus ideais ecoam na proposta apresentada durante a campanha eleitoral de Bolsonaro. A estratégia busca associar adversários políticos a uma suposta trama de destruição dos valores tradicionais, reforçando, assim, um imaginário anticomunista através de uma urgência moral. Observe:

FIGURA 1 - PÁGINA DO PLANO DE GOVERNO 2018



Fonte: TSE

Nessa estratégia, o “marxismo cultural” passa a figurar como um inimigo difuso e abstrato, supostamente infiltrado em instituições como escolas, universidades e meios de comunicação. O efeito político dessa construção é duplo: por um lado, associa pautas progressistas à degeneração moral e à destruição dos valores nacionais; por outro, legitima um projeto autoritário que se apresenta como libertador da “verdadeira” identidade nacional.

A perpetuação desse discurso difamatório reflete uma estratégia histórica de desqualificação de correntes de pensamento críticas à ordem estabelecida. Assim como no

século XIX, quando Marx e suas produções intelectuais foram alvo de perseguições e calúnias, o uso contemporâneo do termo "marxismo cultural" busca também criar um inimigo, desviando a atenção de questões estruturais da luta de classes através da propagação do discurso anticomunista. Costa (2020) destaca que “a disseminação desse conceito é parte de uma campanha calculada de falsificação histórica e perpetuação de elementos coloniais, visando desmobilizar movimentos progressistas e manter o *status quo*” (Costa, 2020. p.40-41). Portanto, o legado do anticomunismo na política brasileira não se restringe ao passado militar, mas se perpetua como uma ferramenta ideológica para mobilização política e manutenção de projetos autoritários. Seu ressurgimento no século XXI reflete a permanência de estruturas discursivas criadas durante a ditadura e sua capacidade de adaptação ao contexto político contemporâneo.

Desde suas origens, associadas à reação contra as primeiras expressões do pensamento socialista no século XIX, até sua consolidação como narrativa mobilizadora de pânico morais e justificativa para golpes autoritários, o anticomunismo adapta-se às conjunturas históricas sem perder sua essência: a preservação da dominação de classe.

A mídia, as instituições religiosas e os aparelhos ideológicos do Estado colaboram na difusão e na construção de uma narrativa que associa qualquer proposta de transformação social ao “perigo vermelho”. Segundo Althusser (2024):

O aparelho de Estado que define o Estado como força repressiva de execução e intervenção “a serviço das classes dominantes” na luta de classes da burguesia e seus aliados contra o proletariado é, na verdade, o próprio Estado, e isso define perfeitamente a sua “função” fundamental (Althusser, 2024. p. 63).

Dessa forma, compreende-se que o anticomunismo não é um desvio ou uma exceção dentro da lógica estatal, mas um componente funcional da sua própria estrutura. Se o Estado, como afirma Althusser, tem por função fundamental garantir a dominação de classe por meio da repressão, o anticomunismo opera através das forças políticas coniventes como uma de suas expressões mais eficazes ao transformar projetos emancipatórios em ameaças à ordem social.

Essa operação não se restringe à violência institucional direta, mas se articula com os aparelhos ideológicos, naturalizando a associação entre comunismo e caos, entre socialismo e autoritarismo, apagando deliberadamente suas dimensões libertadoras. A luta contra o comunismo não é apenas uma política entre outras, mas uma estratégia permanente de defesa das condições necessárias para a manutenção do sistema capitalista.

O próximo capítulo tem como objetivo central examinar o processo de ascensão da extrema-direita no Brasil. Busca-se compreender de que forma esse movimento de radicalização conservadora contribuiu para o fortalecimento de discursos autoritários e para a

consolidação de uma base social alinhada com valores antidemocráticos, culminando no surgimento do fenômeno político conhecido como bolsonarismo. Em um segundo momento, o capítulo se dedicará à análise das primeiras manifestações abertamente anticomunistas realizadas por Jair Bolsonaro durante sua campanha presidencial em 2018, investigando como esses discursos foram mobilizados estrategicamente para angariar apoio popular e legitimar um projeto político de viés autoritário e possam ter contribuído diretamente para o fortalecimento do que seria a terceira onda do anticomunismo Brasileiro.

CAPÍTULO 2 — O FUTURO REPETINDO O PASSADO: O ANTICOMUNISMO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI

Compreender o anticomunismo como fenômeno político no Brasil contemporâneo é também compreender a reativação da extrema-direita brasileira²⁹. Esse processo de reconfiguração do debate político pode ter aberto caminhos para uma radicalização conservadora e, conseqüentemente, o fortalecimento de discursos autoritários no país. Este capítulo busca demonstrar a ligação existente entre os avanços da extrema-direita no Brasil e a formação do discurso anticomunista de Jair Bolsonaro e de sua base apoiadora, sendo essa formação discursiva uma ferramenta central para a manutenção e solidificação do bolsonarismo como projeto de poder.

A crise financeira internacional de 2008, que emerge a partir do colapso do sistema hipotecário estadunidense, produziu efeitos estruturais que, embora inicialmente amortecidos no Brasil, contribuíram para o esgotamento do ciclo de crescimento baseado na expansão do crédito, no consumo interno e na valorização das commodities. A partir de 2011, já no governo de Dilma Rousseff, observou-se desaceleração econômica, pressão inflacionária e crescente deterioração fiscal, fatores que tensionaram a relação entre Estado, mercado e sociedade. Nesse contexto, a elevação das tarifas de transporte público em diversas capitais atuou como gatilho imediato das mobilizações conhecidas como Jornadas de Junho de 2013, mas sua amplitude não pode ser dissociada de um quadro mais amplo de frustração com a qualidade dos serviços públicos, percepção de corrupção sistêmica e crise de representação política.

²⁹ Para mais análise da extrema-direita e do conservadorismo Souza (2016) discute as transformações políticas recentes no Brasil; Löwy (2007), que aborda o fascismo e o autoritarismo; Miguel (2019), que analisa o bolsonarismo e a extrema-direita; e Rocha (2018), que examina o conservadorismo, nacionalismo e o papel da religião na política brasileira.

A conexão entre 2008 e 2013 reside menos em uma causalidade linear e mais na constituição de um ambiente de desaceleração econômica e reconfiguração das expectativas sociais, no qual o pacto de conciliação característico do lulismo passou a revelar limites estruturais, abrindo espaço para uma explosão de demandas difusas que expressavam tanto reivindicações progressistas quanto vetores de contestação institucional que seriam posteriormente apropriados por forças conservadoras.

A compreensão desses processos políticos exige uma análise das transformações que redefiniram o campo das direitas e consolidaram novos arranjos de poder no país. O período que se estende desde as manifestações de junho de 2013 até a eleição presidencial de 2018 representa um momento no qual as antigas formas de dominação ideológica foram rearticuladas e novas estratégias de mobilização política emergiram, culminando na ascensão de um projeto político de extrema-direita ao centro do poder.

Este capítulo propõe-se a examinar esse processo de reconfiguração das forças conservadoras brasileiras, tendo como eixo central a análise das condições materiais e ideológicas que possibilitaram o surgimento e a consolidação de Jair Bolsonaro através do anticomunismo. A investigação fundamenta-se na premissa de que tal fenômeno não pode ser compreendido como mera contingência histórica ou resultado de fatores conjunturais isolados, mas sim como expressão de contradições estruturais profundas que permeiam a formação social brasileira e que encontraram, em determinado momento histórico, as condições propícias para sua manifestação política organizada.

A tese central que orienta este capítulo sustenta que o discurso anticomunista de Jair Bolsonaro representa a atualização de uma formação ideológica historicamente enraizada na sociedade brasileira, e encontrou nas condições de crise dos anos 2010 o terreno propício para sua resignificação e instrumentalização política. Este discurso não constitui mera retórica eleitoral, mas opera como elemento estruturante de um projeto de poder articulando diferentes frações das classes dominantes em torno de um programa autoritário.

A necessidade de uma análise desse processo deriva da constatação de que o avanço das direitas no Brasil contemporâneo representa um fenômeno de alcance internacional, inserindo-se em um contexto mais amplo de crise da democracia liberal e de emergência de movimentos autoritários em escala global.

O objetivo deste capítulo consiste em identificar e analisar os elementos constitutivos do processo de reorganização das direitas brasileiras, compreendendo como diferentes frações das classes dominantes e setores médios da sociedade articularam-se em torno de um projeto

político comum, superando suas divergências internas através da construção de um inimigo ideológico compartilhado. Esta análise torna-se fundamental para compreender como o anticomunismo, enquanto construção discursiva historicamente enraizada na cultura política brasileira, foi reativado e ressignificado para operar como elemento aglutinador de forças sociais heterogêneas, permitindo a constituição de uma frente política capaz de disputar e conquistar a hegemonia no campo conservador.

Para desenvolver essa investigação, o capítulo está organizado em duas seções. Na primeira seção, iremos nos debruçar sobre os processos de transformação política e os avanços das direitas que culminaram na consolidação de Jair Bolsonaro como sua principal figura representativa. Na segunda seção, o foco se voltará para a materialização dessas ideias em uma proposta concreta de poder tendo agora Bolsonaro como candidato à presidência da república. Iremos apresentar e analisar como as manifestações abertamente anticomunistas de Bolsonaro e de sua base, que se expressaram desde a campanha, foram também sistematizadas em seu plano de governo.

2.1 — Os avanços das direitas no Brasil através do anticomunismo: a ressignificação das ruas e as memórias de um inimigo comum

O início do século XXI testemunhou um fenômeno político de amplitude global que redefiniu os contornos da disputa hegemônica nas democracias liberais: a emergência e consolidação de movimentos de direita e extrema-direita. A ascensão de figuras como Donald Trump nos Estados Unidos, a vitória do Brexit no Reino Unido, o crescimento de partidos nacionalistas na Europa e a emergência de lideranças autoritárias na América Latina configuram manifestações particulares de uma mesma dinâmica histórica: a rearticulação das forças conservadoras em resposta às transformações econômicas, sociais e culturais que marcaram as primeiras décadas do novo milênio (Goulart; Rodrigues, 2021).

Na América Latina, este movimento global de ascensão das direitas assumiu características particulares que refletem as especificidades históricas e estruturais da região. Diferentemente do padrão tradicional das direitas latino-americanas, historicamente caracterizadas por seu perfil elitista, tecnocrático e antipopulista, as novas direitas que emergiram no século XXI aprenderam a ser populistas, adotando um estilo mais “plebeu” e preocupado em conectar com o sentir popular, ao mesmo tempo em que mantinham uma agenda de desregulação econômica radical e conservadorismo moral (Casullo, 2023). Figuras como Jair Bolsonaro no Brasil, José Antonio Kast no Chile, Nayib Bukele em El Salvador e Javier

Milei na Argentina exemplificam esta nova fisionomia da direita regional, que combina a defesa de uma desproteção econômica radical — apresentada como “liberdade individual” em um mercado completamente desregulado — com a defesa de modelos patriarcais de família, misoginia e um discurso que descrê da própria noção de direitos inalienáveis.

O populismo de direita representa uma forma específica de mobilização política que combina apelos populistas tradicionais com elementos ideológicos conservadores e nacionalistas. Segundo Panizza (2005) o populismo funciona como um espelho da democracia, onde: “o populismo é uma forma de fazer política que apela ao povo contra as elites” (Panizza, 2005, p. 1). Essa dinâmica se manifesta através da construção de uma identidade popular que frequentemente exclui grupos considerados “outros” ou “inimigos internos”. Como observa o autor: “o populismo não é uma ideologia, mas uma forma de identificação política” (Panizza, 2005, p. 3), o que permite sua adaptação a diferentes contextos ideológicos, incluindo o conservadorismo de direita. Nessa vertente, o populismo de direita articula demandas por ordem, segurança e valores tradicionais, apresentando-se como defensor do “verdadeiro povo” contra elites cosmopolitas e grupos minoritários, configurando assim uma versão particular do fenômeno populista que o autor identifica como central na política contemporânea.

A emergência deste populismo de direita na América Latina deve ser compreendida no contexto mais amplo da crise dos projetos progressistas que marcaram a primeira década do século XXI na região. Após o ciclo de governos de esquerda que caracterizou a chamada “onda rosa” — com experiências como as de Chávez e Maduro na Venezuela, Lula e Dilma no Brasil, Morales na Bolívia, Fernando Lugo no Paraguai, Rafael Corrêa e Lenín Moreno no Equador, e Kirchner na Argentina —, a região experimentou uma “onda conservadora” que se consolidou especialmente a partir de meados da década de 2010 (Rodrigues, 2018). Neste sentido, e ainda destacando essa onda progressista, Pereira da Silva (2018) destaca:

Foi inegável a ocorrência de uma onda de governos originados a partir das esquerdas na América Latina, começando com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, e seguindo com a chegada ao governo de candidatos de esquerda ou centro-esquerda em quase todos os países da América do Sul (com exceção da Colômbia) e em diversos países da América Central – fenômeno único na história da região (Pereira da Silva, 2018, p. 166).

Esta onda conservadora não representa apenas uma alternância política conjuntural, mas sim uma rearticulação das estratégias de dominação do capital sobre o trabalho, caracterizada por mudanças institucionais que visam reverter conquistas sociais e trabalhistas obtidas durante o período progressista.

O Brasil experimenta, desde esse período, um processo de transformação profunda na

dinâmica de sua política institucional e no campo ideológico. Um dos fenômenos possivelmente mais significativos desse período é o avanço das direitas, que passou a ocupar espaços centrais no debate público e nas instituições do Estado. Esse avanço, contudo, não pode ser compreendido como um movimento homogêneo da direita, essa heterogeneidade revela-se fundamental para compreender tanto a força quanto as contradições internas desse campo político. Miguel (2018) destaca:

O que existe hoje é a confluência de grupos diversos, cuja união é sobretudo pragmática e motivada pela percepção de um inimigo comum. Os setores extremados incluem três vertentes principais que são o liberalismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo (Miguel, 2018, p. 19)

O que percebe-se então é que a eficácia política do discurso anticomunista de Jair Bolsonaro desde 2018 pode residir em sua capacidade de mobilizar medos e ansiedades sociais difusas, canalizando-os para a construção de um inimigo político totalizante que justifica tanto a concentração de poder quanto a implementação de políticas de austeridade e desmonte de direitos sociais.

No Brasil dos anos 2010, esta crise materializou-se na incapacidade dos partidos tradicionais de oferecer respostas e alternativas convincentes à crise econômica, na deslegitimação das instituições políticas e na emergência de movimentos que questionavam os fundamentos do pacto democrático estabelecido em 1988. É neste contexto que o discurso anticomunista de Bolsonaro encontra sua funcionalidade política, operando como mecanismo de reorganização hegemônica.

Embora o liberalismo, o fundamentalismo religioso e o conservadorismo desempenham papéis cruciais na configuração atual das direitas, é no anticomunismo que iremos repousar, com foco em sua característica de elo aglutinador desses movimentos. Como demonstrado no capítulo anterior, o anticomunismo oferece um inimigo comum para esses grupos. É nesse ponto de convergência que a complexidade das direitas brasileiras pode ser melhor compreendida, pois é a partir da negação de um “outro”, como inimigo ideológico que se constrói grande parte de uma identidade e estratégia política.

Essa aliança de conveniência entre esses grupos, embora tenha sido eficaz eleitoralmente levando Jair Bolsonaro a ser eleito à presidência em 2018, pode ter carregado em si sementes de futuras fragmentações, uma vez que os interesses e visões de mundo desses grupos nem sempre convergem para além da oposição compartilhada. Segundo Miguel (2018):

Outros setores não estavam disponíveis para acomodação tão fácil. Aqueles que almejavam ocupar o centro do poder não se resignaram a posições secundárias no governo de outros: as lideranças do PSDB se moveram naturalmente para a oposição.

Além dela, havia grupos próximos a extremidade direita do espectro político, para os quais mesmo toda a moderação do PT era insuficiente para gerar a possibilidade de diálogo. Eram anticomunistas renitentes, nostálgicos da ditadura militar, alguns fundamentalistas religiosos e uns poucos liberais econômicos extremistas, cuja defesa de um Estado ultramínimo os fazia recusar, por princípio, qualquer forma de política social e para quem o petismo, por mais moderado que fosse, continuava perigosamente intervencionista (Miguel, 2018, p. 18).

A configuração de tensões descrita por Miguel (2018) materializou-se na emergência de um agrupamento de movimentos políticos que, embora convergissem no antipetismo e no discurso moralizador, carregavam agendas próprias e distintas. Esses grupos — que serão apresentados a seguir —, surgidos principalmente a partir de 2014, articularam-se em torno de diferentes eixos ideológicos: desde o liberalismo econômico radical, que defendia reformas de mercado e a redução do Estado, até o conservadorismo moral, que pautava questões de costumes e valores tradicionais.

Esse mosaico político incluía desde movimentos liberais inspirados em *think tanks* estadunidenses até setores evangélicos conservadores³⁰, passando por grupos que buscavam reabilitar a memória militar e defender uma ordem autoritária. Apesar de suas diferenças programáticas, esses atores encontraram em Bolsonaro e em seu discurso uma figura capaz de condensar suas aspirações e funcionar como ponto de convergência de suas insatisfações.

Como observa Miguel (2018), essa aliança heterogênea já carregava contradições estruturais que se revelariam posteriormente. A convergência desses movimentos baseava-se mais na oposição a um inimigo comum do que na construção de um projeto político coerente e unificado. Essa fragilidade fundacional da coalizão evidenciaria suas limitações quando confrontada com os desafios concretos da governança e da implementação de políticas públicas.

Embora houvesse uma convergência tática entre diferentes setores conservadores em torno do anticomunismo e da oposição ao PT, essa aliança era frágil e marcada por divergências profundas. O anticomunismo pode ter atuado então como um eixo para unificar as direitas no Brasil, criando a imagem de um rival compartilhado. Esse discurso encontrou um ambiente favorável para crescer e mobilizar a população em meio à insatisfação popular que se tornou evidente nas manifestações de 2013.

As Jornadas de Junho de 2013, a princípio, eram diversas e focadas em pautas progressistas. A literatura acadêmica sobre o período nos oferece interpretações diversas sobre

³⁰ Alguns estudos recentes discutem a atuação de *think tanks* liberais no Brasil, destacando organizações como o Instituto Mises Brasil e o Instituto Rothbard no campo de produção e propagação de ideias neoliberais (Cristofoletti, 2023). No plano dos setores evangélicos conservadores, análises acadêmicas sobre a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) detalham seu crescimento e atuação política no Congresso Nacional (Campos, 2024; Ortunes, 2019).

seus impactos na política brasileira. Mendonça (2018) apresenta um trabalho que analisa as concepções democráticas dos manifestantes através de entrevistas qualitativas. Trindade (2018), examina os limites democráticos e a legitimidade do protesto no contexto brasileiro. A dimensão das redes sociais e da polarização política é abordada por Machado e Miskolci (2019), que investigam o papel das plataformas digitais na polarização política pós-2013. No campo dos estudos de movimentos sociais, Gohn (2014, 2016) oferece análises sobre os novos sujeitos coletivos e repertórios de ação que emergiram durante as manifestações. As perspectivas críticas marxistas são desenvolvidas por Antunes (2013), que examina as contradições de classe subjacentes aos protestos.

As manifestações desse período acabaram por revelar uma profunda crise de representatividade no sistema político brasileiro, abrindo oportunidade para que grupos conservadores apresentassem sua própria interpretação para o descontentamento geral. Eles direcionaram essa insatisfação popular para uma narrativa contra o “establishment” político e, mais tarde, contra uma suposta “ameaça comunista”. A fragmentação do movimento original e a repressão aos protestos permitiram que o ativismo de rua fosse reconfigurado.

Nos atentamos então a esse período, que representou um divisor de águas na política brasileira. Inicialmente impulsionados por pautas progressistas, como a redução das tarifas de transporte público, os protestos rapidamente se expandiram, incorporando uma diversidade de demandas e, em muitos casos, expressando uma insatisfação generalizada com a classe política e os serviços públicos. A heterogeneidade dos participantes e a ausência de lideranças centralizadas dificultaram então a categorização ideológica desse movimento. Conforme apresenta Andres (2024):

Apesar de pautas amplas, difusas, por vezes contraditórias e até opostas, é possível identificar duas linhas principais de insatisfação na massa que protestava. De acordo com a já referida pesquisa do Ibope de 20 de junho, havia uma pluralidade de causas mencionadas, mas algumas se destacavam. Quando considerada apenas a primeira resposta sobre o motivo de ter ido à manifestação, 27,8% alegaram lutar contra o aumento ou a favor da redução das tarifas; 24,2% citaram a corrupção; 12,1% reivindicavam melhorias na saúde e 5,3% na educação; 5,5% se opunham prioritariamente à PEC 37; 4,5% estavam contra os gastos com a Copa das Confederações e a Copa do Mundo. Ao se considerar três razões principais, o resultado era 49% contra a corrupção; 40,5% contra a tarifa do transporte; 36,7% pela saúde e 29,8% pela educação; 11,9% contra a PEC 37; 30,9% contra os gastos com a Copa das Confederações e a Copa do Mundo (Andrés, 2024, p. 4).

Estas manifestações no Brasil emergiram em um cenário global marcado pela expansão das redes sociais digitais, que revolucionaram as formas de organização e mobilização política. Esse movimento no Brasil integrou uma onda internacional de protestos que ficaram conhecidos como “ocupas” e se espalharam no mundo entre 2011 e 2013, caracterizados por diferentes

expressões de descontentamento social e político, conforme demonstra Pechansky (2012):

O movimento global dos “ocupas” – acampamentos de estudantes e trabalhadores em áreas públicas de centenas de cidades em todo o mundo –, iniciado no segundo semestre de 2011, tem entre suas principais bandeiras a crítica à desigualdade econômica (Pechansky, 2012, p. 27).

Neste período, testemunhamos o surgimento de movimentos emblemáticos como o Occupy Wall Street (OWS), que questionou as desigualdades econômicas nos Estados Unidos; o movimento 15M na Espanha, que denunciou a crise econômica e a falta de representatividade política; a Primavera Árabe, iniciada na Tunísia e que se espalhou por diversos países árabes em luta contra regimes autoritários; e as mobilizações estudantis no Chile, que reivindicavam reformas no sistema educacional. Segundo Sauviat (2011):

O OWS se espalhou como rastilho de pólvora por mais de mil cidades (maiores e menores) do país, e em seguida por várias capitais ou grandes cidades do mundo inteiro: Nova York, Boston, Montreal, Lisboa, Atenas, Tel Aviv, Zurique, Londres etc. Galvanizou os movimentos dos indignados na Europa, então um tanto ofegantes, até relegá-los, às vezes, a segundo plano, criando imitadores na Ásia e na África (Sauviat, 2011, p.145)

No contexto brasileiro, as manifestações³¹ tiveram características específicas devido às especificidades das condições materiais e da formação social brasileira, que direcionaram as mobilizações para demandas reformistas dentro dos marcos institucionais existentes. Scherer-Warren (2014) observa:

Como somos herdeiros, no Brasil, tanto de tradições políticas conservadoras, elitistas, como de outras mais progressistas ou emancipatórias, isso se refletiu também na diversidade dos protestos nas manifestações de junho. Para exemplificar a existência de polos antagônicos, observou-se, nesse movimento: de um lado, os jovens do MPL defendendo políticas de sentido emancipatório e lutando por mudanças sistêmicas e político-culturais; de outro, alguns grupos de jovens médicos se opondo a uma política pública (Mais Médicos) a favor de populações carentes, para defender o *status quo* e interesses corporativistas da classe, inclusive tentando interferir, de forma meramente corporativista, no sistema institucional, como ficou evidenciado por seus atos em relação a esse projeto (Scherer-Warren, 2014, p. 419).

Diferentemente dos movimentos globais que questionavam frontalmente as estruturas de poder, as manifestações no Brasil catalisaram sentimentos já presentes na sociedade canalizando as insatisfações populares para reivindicações por melhorias nos serviços públicos, combate à corrupção e maior representatividade política. Esta característica reformista reflete as contradições específicas da sociedade brasileira, onde a consolidação democrática recente e

³¹ Ver mais em: G1. “Manifestações de junho de 2013: passada uma década, pessoas que participaram dos atos relembram os protestos”. Brasília, 4 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/06/04/manifestacoes-de-junho-de-2013-passada-uma-decada-pessoas-que-participaram-dos-atos-relembra-os-protestos.ghtml> Acesso em: 13/out 2025.

as expectativas de mobilidade social ascendente criaram condições para protestos que visavam aperfeiçoar o sistema político existente, ao invés de subvertê-lo radicalmente.

Se as manifestações inseriram-se em um ciclo global de protestos marcado por demandas difusas, descentralização e rejeição às estruturas políticas tradicionais, os anos seguintes testemunharam uma transformação na natureza dessas mobilizações no Brasil. Enquanto os protestos careciam de lideranças definidas e abrigavam pautas heterogêneas — muitas delas progressistas —, a direita brasileira soube capitalizar o clima de insatisfação generalizada, reorganizando-o em torno de figuras carismáticas e narrativas polarizadas.

Com nuances diferentes das manifestações de 2013 no Brasil, que possuíam um caráter difuso e sem um líder claro, os movimentos de extrema-direita que emergiram posteriormente a esses movimentos se personificaram em figuras carismáticas, que se apresentavam como a voz da “vingança das pessoas comuns contra o sistema político”. O Movimento Brasil Livre (MBL)³² surge nesse contexto de efervescência política e insatisfação social, em 2014, logo após as manifestações de junho de 2013 e a reeleição da então presidente Dilma Rousseff³³. O MBL, juntamente com outros grupos como o “Vem pra Rua³⁴” e o “Revoltados Online³⁵”, desempenhou um papel importante na organização e mobilização da nova direita brasileira.

Rocha (2018) propõe que o MBL, em particular, experimentou um rápido crescimento, tornando-se um dos elementos mais influentes do movimento conservador no Brasil. A página do MBL no Facebook, por exemplo, alcançou milhões de seguidores e foi fundamental para a mobilização de pessoas em eventos como os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff em 2015. Segundo Rocha (2018):

Após o segundo protesto seguiram-se ainda mais três eventos similares até que, no dia 15 de março de 2015, em conjunto com o “Vem pra Rua” e o “Revoltados Online”, o MBL convocou uma manifestação que teria reunido um milhão de pessoas segundo a Polícia Militar; e 250 mil segundo o Instituto Datafolha (Tatagiba, Trindade e Teixeira, 2015). A aposta se provou certa, uma vez que a insatisfação com a

³² O Movimento Brasil Livre (MBL) é um grupo político surgido em 2014, com orientação liberal na economia e conservadora nos costumes, que ganhou projeção nas mobilizações pelo impeachment de Dilma Rousseff, articulando-se como força de direita no espaço público e digital.

³³ Dilma Rousseff é economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), tendo sido a primeira mulher eleita presidente do Brasil (2011-2016). Sofreu impeachment e saiu do governo em 2016 sob a acusação de crime de responsabilidade fiscal.

³⁴ O movimento “Vem Pra Rua” foi um grupo de mobilização política criado em 2014, conhecido por organizar manifestações em diversas cidades brasileiras, especialmente durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

³⁵ O grupo “Revoltados Online” foi um movimento de mobilização política criado nas redes sociais, ativo principalmente entre 2013 e 2016, conhecido por divulgar conteúdos críticos ao governo federal e organizar atos públicos em apoio ao impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Sobre o tema, Brito (2023) discute o *Revoltados Online* como um coletivo digital de mobilização política alinhado às pautas de impeachment, analisando sua atuação nas redes sociais entre 2013 e 2016; já Oliveira (2016) discute a relevância do grupo nas manifestações anti-Dilma.

reeleição de Dilma aumentou com as denúncias de corrupção ventiladas pela Operação Lava-jato, e expostas diuturnamente pelos grandes veículos de mídia. Resultou-se uma pressão social que jogou ainda mais água no moinho da crise política em curso até que, em agosto de 2016, Dilma foi de fato impedida (Rocha, 2018, p. 25)

A estratégia desses movimentos baseou-se na utilização das redes sociais, que se mostraram ferramentas poderosas para a disseminação de ideias, convocação de protestos e a construção de uma identidade coletiva.

Bobbio (1998), ao metaforizar a comunicação política como o "sistema nervoso" de uma unidade política, ressalta sua função vital na coordenação e regulação das atividades dentro desse sistema, segundo o autor:

A Comunicação política pode ser definida como o conjunto das mensagens que circulam dentro de um sistema político, condicionando-lhe toda a formação das demandas e dos processos de conversão às próprias respostas do sistema. Metaforicamente, pode-se conceber como o "sistema nervoso" de toda a unidade política (Bobbio, 1998, p. 200).

A analogia apresentada acima é particularmente pertinente para compreender esse período de manifestações no Brasil. Antes mesmo das grandes mobilizações, havia um acúmulo de insatisfações e demandas sociais que, embora presentes, não encontravam canais de comunicação eficazes ou respostas satisfatórias por parte do sistema político tradicional. As redes sociais emergiram como um novo e poderoso “nervo” nesse sistema.

Em oposição aos meios de comunicação em massa tradicionais, que muitas vezes atuavam como filtros ou mediadores, as plataformas digitais permitiram uma comunicação mais direta, horizontal e descentralizada. Segundo Bobbio (1998):

Nos sistemas políticos modernos, a Comunicação política passa, além disso, através de canais especializados: os meios de comunicação de massa. A qualidade dos *mass media*, o tipo de mensagens transmitidas e a frequência das próprias mensagens são decisivos para a formação das atitudes da opinião pública e, conseqüentemente, para o tipo de pressões que ela exerce sobre os centros decisórios do sistema político (Bobbio, 1998, p. 201).

Nesse contexto, a capacidade de disseminar informações de forma viral, muitas vezes com narrativas simplificadas e emocionalmente carregadas, permitiu que esses grupos atingissem um público amplo e diversificado. Segundo Castells (2013) “O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares” (Castells, 2013, p.160). O autor enfatiza a relevância de entender esses movimentos em termos de sua formação, dinâmica, valores e aspirações de transformação social. O autor também aponta que as redes sociais, em especial, têm sido utilizadas pelos movimentos sociais para compartilhar significados, mobilizar pessoas e coordenar ações. Além disso, as tecnologias de informação permitem que os movimentos

sociais sejam mais horizontais e democráticos, possibilitando a participação de um número maior de pessoas e a construção de uma esfera pública mais ampla.

A análise apresentada acima é uma lente poderosa para compreender a efervescência de 2013, que de fato exemplificou a “interação do espaço dos fluxos com o espaço dos lugares”. Contudo, a ascensão do bolsonarismo nos anos seguintes representa uma subversão desse modelo. Enquanto Castells (2013) enfatiza o potencial democrático e horizontal das redes, o ecossistema digital que elegeu Bolsonaro operou de forma distinta: simulando a horizontalidade, mas funcionando com uma hierarquia e uma coordenação centralizadas. Em vez de uma rede de autonomia, o que se viu foi a criação de um “sistema nervoso”, na metáfora de Bobbio (1998), altamente centralizado, onde influenciadores, robôs e os próprios núcleos de poder da família Bolsonaro disseminavam diretrizes de cima para baixo.

A genialidade da estratégia de Jair Bolsonaro foi, portanto, subverter as ferramentas presentes na “sociedade em rede” teorizada por Castells (2013), utilizando-as não para democratizar o debate, como sugere a leitura do autor, mas para criar uma espécie de câmara de eco verticalizada, que dava aos seus apoiadores a sensação de participação autônoma enquanto os mobilizou para um projeto político autoritário e fortemente anticomunista.

Essa onda de manifestações e protestos, em particular, exemplificam a “interação do espaço dos fluxos na internet com o espaço dos lugares”, onde a convocação e a articulação, inicialmente virtuais e descentralizadas em redes sociais, materializaram-se em manifestações massivas nas ruas de todo o país. Ao longo desse período, vimos como a capacidade de compartilhar significados e coordenar ações online foi crucial para a mobilização contínua, tanto para os movimentos que surgiram em 2013 quanto para os que se fortaleceram nos anos seguintes, culminando em um intenso processo de transformação e polarização na esfera pública brasileira. Segundo Velasco e Cruz, Kaysel e Cudas (2015):

Os manifestantes usavam seus celulares para postar nas redes sociais e no Youtube as cenas de horror. Ficou claro que a cobertura da manifestação não era mais uma exclusividade da velha imprensa. Os protagonistas das ruas usavam as redes sociais para postarem sua versão e sua visão dos acontecimentos. Quando mais os relatos de repressão se avolumavam, mais pessoas se dirigiam à Avenida Paulista em solidariedade aos manifestantes (Velasco e Cruz, Kaysel e Cudas, 2015, p. 219).

Ou seja, os aparatos que a comunicação digital oferecia naquele período, portanto, não foram apenas ferramentas, mas o próprio terreno onde as disputas de narrativas se desenvolveram.

A conexão causal entre as manifestações de junho de 2013 e a ascensão de Bolsonaro não se sustenta apenas na continuidade ideológica direta, mas também nessa reconfiguração do

campo político que aqueles eventos produziram. As manifestações criaram uma crise de legitimidade das instituições políticas tradicionais e do governo de plantão — liderado pelo PT, embora composto por uma gama de partidos, inclusive da direita — que abriu espaço para a emergência de novos atores políticos. Fundamentalmente, elas demonstraram a eficácia das redes sociais como instrumentos de mobilização política, criando um repertório de ação coletiva que seria posteriormente saqueado pela direita radical. A linguagem anti-establishment que caracterizou junho de 2013 foi ressignificada por Bolsonaro, que a direcionou especificamente contra a esquerda e as instituições democráticas, organizando a crítica difusa ao “sistema” em projeto político objetivo.

A trajetória que conecta as manifestações de junho de 2013 à ascensão de Bolsonaro encontra notável convergência com os padrões dos novos populismos de direita contemporâneos. Maringoni (2023) argumenta que: “o populismo contemporâneo é uma das expressões políticas de crises de representação provocadas pela perda de referências coletivas de parcelas significativas dos de baixo, graças às políticas de desregulamentação, flexibilização e precarização do mundo do trabalho” (Maringoni, 2023, p. 20).

O repertório de ação coletiva desenvolvido em junho de 2013, particularmente o uso intensivo das redes sociais como instrumento de mobilização política, constitui outro ponto de convergência fundamental com os novos populismos de direita. Maringoni (2023) destaca que: “os líderes populistas contemporâneos tiveram também no uso intensivo dos meios de comunicação – em especial as redes sociais – a forma mais comum para manterem contato direto com a população” (Maringoni, 2023, p. 19), estabelecendo vínculos sem mediação institucional. Bolsonaro apropriou-se precisamente dessa linguagem e desses instrumentos desenvolvidos em 2013, ressignificando-os para construir uma comunicação direta com suas bases. O autor enfatiza: “tais ferramentas facilitadoras, utilizadas à larga em eleições recentes, como as de Donald Trump (EUA) e de Jair Bolsonaro (Brasil), têm importância vital nas disputas pelo poder e pela legitimidade das lideranças perante seu 'povo'” (Maringoni, 2023, p. 23), demonstrando como as inovações tecnológicas de mobilização podem ser reorientadas para projetos políticos distintos daqueles que as originaram.

A ressignificação da linguagem anti-establishment de junho de 2013 por Bolsonaro ilustra perfeitamente outro processo identificado por Maringoni (2023) sobre a emergência de lideranças salvacionistas. O autor observa que “o surgimento de lideranças salvacionistas ou providenciais parece estar diretamente ligado a políticas de desmonte do Estado, de serviços públicos e do emprego formal, com consequente queda da qualidade de vida das maiorias”

(Maringoni, 2023, p. 20-21). Enquanto as manifestações de 2013 expressaram uma rejeição generalizada às instituições políticas sem direcionamento ideológico claro, Bolsonaro organizou esse sentimento anti-sistêmico em uma agenda específica. Esse processo confirma a análise gramsciana citada pelo autor: “quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos” (Gramsci *apud* Maringoni, 2023, p. 22). A trajetória brasileira pode ser um exemplo, então, que o populismo contemporâneo não resulta de características pessoais dos líderes, mas de condições objetivas criadas pela fragmentação social e pela crise dos mecanismos tradicionais de representação política.

Por mais que a erupção da extrema-direita brasileira e consolidação da figura de Bolsonaro não possa ser direta e unicamente reduzida às Jornadas de Junho de 2013, esses protestos desempenharam um papel importante no contexto político do país, conforme aponta Tatagiba (2018):

Sob um clima geral de insatisfação em relação às instituições da democracia representativa e descrença nas organizações políticas tradicionais, os protestos de junho recolocaram as ruas como lugar da luta política, rompendo com um padrão de institucionalização das demandas que marcou o período (Tatagiba, 2018, p. 114)

O discurso acabou se tornando algo parecido com “contra tudo que tá aí” e assim contribuindo para a criação de um ambiente propício para a ascensão de movimentos populistas e a emergência de figuras e lideranças políticas controversas.

A mobilização do anticomunismo como estratégia política manifestou-se também durante esse período, evidenciando sua persistência e capacidade de ressignificação. Como exemplo, sugerimos a análise comparativa entre as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” de 1964 e as manifestações de 2015-2016, que precederam o processo de impeachment da então presidente Dilma podem nos oferecer um panorama da adaptabilidade dessa arquitetura ideológica.

As “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”³⁶, ocorridas em diversas cidades brasileiras nos meses que antecederam o golpe empresarial-militar 64, representaram um marco

³⁶ A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi um movimento político organizado em 1964 por setores conservadores e da elite brasileira, em apoio ao golpe militar que depôs o presidente João Goulart, reunindo famílias, lideranças religiosas e representantes das classes médias e altas, com forte apelo anticomunista e defesa de valores tradicionais (Davi Aroeira Kacowicz, Marcha da Família com Deus pela Liberdade, Rio Memórias. Disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade/>. Acesso em: 3 out. 2025).

na articulação de forças conservadoras. Segundo Tatagiba (2018):

A Marcha, assim como as outras manifestações que a antecederam, produziu forte impacto na opinião pública abrindo novas oportunidades políticas para os opositores do regime. Quando os militares assumiram o poder, as direitas recolheram-se aos seus nichos de atividade e não produziram novas manifestações públicas e massivas de apoio ao regime (Tatagiba, 2018, p. 114).

Essas manifestações, impulsionadas por uma coalizão multifacetada que englobava setores da Igreja Católica, empresariado e militares, foram concebidas para gerar um consenso civil em torno da necessidade de derrubar o governo de João Goulart. É preciso, no entanto, ir além e considerar a pluralidade das manifestações sociais e dos grupos envolvidos nas marchas (Cordeiro, 2021, p. 4).

Cinquenta anos após o golpe de 64, o Brasil vivenciou um novo ciclo de grandes manifestações de rua de 2014 a 2016 — agora já com uma extrema-direita consolidada e vestida de verde e amarelo — que culminaram no impeachment de Dilma Rousseff. Embora o cenário geopolítico da Guerra Fria tenha se dissipado, a retórica anticomunista é reimplantada, adaptada às novas configurações políticas. Conforme aponta Motta (2020):

A expansão da influência direitista mostrou-se de maneira clara - e intensa - na disputa eleitoral de 2014, que gerou a impressão de que o Brasil estava voltando, de forma bizarra, aos conflitos de 1964, tal a intensidade com que certos atores bramiam argumentos antiesquerdistas. Nas ruas de algumas cidades os militantes antipetistas, com frequência vestidos de verde e amarelo para representar seu patriotismo, gritavam “vai pra Cuba” quando encontravam seus adversários usando camisetas vermelhas (Motta, 2020, p. 315).

Essas mobilizações, inicialmente motivadas pela crise econômica e pelos escândalos de corrupção, foram progressivamente capturadas por grupos conservadores que utilizaram símbolos e narrativas que ressonavam o discurso golpista dos anos 60. Observe:

FIGURA 2 - IMAGEM DE CARTAZ EM MANIFESTAÇÕES DE 1964 E 2016.



Foto: Carlos Ceneviva/AP/picture alliance

Foto: Divulgação

A persistência de cartazes repudiando a Revolução Cubana³⁷, mesmo em 2016, ilustra a permanência de certos símbolos e narrativas no imaginário anticomunista brasileiro, independentemente das transformações históricas e geopolíticas. Como observa Tatagiba (2018):

O alvo dos desafiadores não era apenas o governo petista, mas a esquerda partidária e sindical e a cultura de esquerda de uma forma mais ampla. Essa disposição fica evidente nas palavras de ordem dos protestos: “O Brasil não será uma outra Venezuela”, “Minha bandeira nunca será vermelha”, “Quero meu país de volta” ou ainda, em tom de confronto “Vai para Cuba!” (Tatagiba, 2018, p. 115)

A frase do cartaz dizer: “O Brasil **não** será uma nova Cuba”, apresentando negação a aproximação da experiência socialista cubana e não dizer, “O Brasil **será** os Estados Unidos” — antítese capitalista dessa experiência, por exemplo, revela a possível formação do discurso anticomunista resiliente em 2016. Orlandi (2005) argumenta sobre esse tipo de formação discursiva:

Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido e isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras. No interdiscurso, diz Courtine (1984), fala uma voz sem nome (Orlandi, 2005, p. 33)

A persistência do discurso anticomunista brasileiro revela a operação de uma formação discursiva específica que atravessa diferentes conjunturas históricas, adaptando-se às condições políticas de cada período. Segundo Pêcheux (1988): “uma formação discursiva determina o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (Pêcheux, 1988, p. 160). A formação discursiva anticomunista brasileira estrutura-se em torno de alguns elementos centrais: a identificação do comunismo com a ameaça à família, à propriedade privada e à religião; a construção do Brasil como nação cristã e ocidental ameaçada por influências externas; e a naturalização da desigualdade social como ordem divina ou natural que deve ser preservada, pois conforme aponta Motta (2020):

A representação do comunismo como ameaça proveniente do exterior guarda relação de proximidade com os temas doença e infiltração, pois se trata de um corpo estranho, infiltrado no Brasil por agentes estrangeiros. Os comunistas, inimigos externos do país, se infiltraram na organização social brasileira, tal como agentes patológicos, colocando em risco a integridade da nação (Motta, 2020, p. 81)

³⁷ A Revolução Cubana foi um processo político e social conduzido pelo Movimento 26 de Julho, liderado por Fidel Castro, Che Guevara e outros militantes, que resultou na derrubada do ditador Fulgencio Batista em 1º de janeiro de 1959. O movimento instaurou um governo socialista, alinhado inicialmente à União Soviética, promovendo reformas estruturais, como a reforma agrária, a nacionalização de empresas estrangeiras e a ampliação do acesso à saúde e à educação. O episódio representou um marco histórico na América Latina, tornando-se símbolo de resistência ao imperialismo norte-americano e inspirando outros movimentos revolucionários na região.

O que se percebe é que esses elementos permanecem relativamente estáveis ao longo do tempo, mas são articulados conforme as necessidades políticas de cada conjuntura.

Orlandi (2005) aponta com precisão como um dizer, ao ser repetido e “esquecido” de sua origem específica, passa a fazer parte de um saber discursivo maior (uma memória) que pode ser evocado para produzir sentidos em novos contextos, exatamente como ocorre com a frase dos cartazes. Um dos princípios fundamentais da Análise de Discurso, especialmente na perspectiva francesa é: a noção de que os discursos não existem isoladamente, mas em constante relação com outros (Orlandi, 2005).

O reaparecimento literal da mesma frase em contextos distintos revela como certos sentidos se cristalizam e são reativados em momentos de instabilidade ou disputa política, especialmente como forma de convocar o medo do comunismo. Esse dizer, portanto, remete a uma memória discursiva que associa Cuba ao autoritarismo, à perda de liberdades e ao fracasso econômico — sentidos mobilizados para deslegitimar os governos de João Goulart e, depois, de Dilma Rousseff. Segundo Adorno (2020):

Esses grupos continuam a tender a um ódio ao socialismo ou àquilo que eles chamam de socialismo, isto é, transferem a culpa de sua própria desclassificação potencial não ao aparato que a causa, mas aqueles que se opuseram criticamente ao sistema no qual outrora eles possuíam *status*, ao menos segundo concepções tradicionais (Adorno, 2020, p. 46).

Em ambos os contextos, o medo do “socialismo” é mobilizado como uma forma de canalizar frustrações e ansiedades sociais. Conforme aponta Adorno (2020), em vez de direcionar a crítica ao sistema socioeconômico vigente — que pode ser a verdadeira causa de sua “desclassificação potencial” ou perda de status —, os manifestantes transferem a culpa para um inimigo externo, o “socialismo” ou a ameaça comunista. Dessa forma, o ódio a esse “outro” ideológico serve como um mecanismo para preservar uma identidade e um status que sentem estar ameaçados, culpando aqueles que criticam o sistema ao qual eles, em algum momento, se sentiram pertencentes.

O enunciado “O Brasil não será uma nova Cuba” não é apenas uma frase, mas um acontecimento discursivo que materializa uma posição ideológica. Essa estratégia discursiva funciona, apagando outras possibilidades de dizer — o que não é dito — e silenciando discursos contrários, como, por exemplo, as conquistas sociais do regime cubano. A eficácia do cartaz reside justamente em sua capacidade de se filiar a uma memória histórica e a uma rede de sentidos que o transcendem, mostrando como a língua, longe de ser transparente, é um espaço de disputa política e de constituição de sujeitos e realidades.

Não somente a base de Jair Bolsonaro, mas sua família, especialmente seus filhos, e os grupos conservadores tiveram papel fundamental na fomentação do anticomunismo no Brasil. O Projeto de Lei 5358/16³⁸, de autoria do deputado Eduardo Bolsonaro³⁹, no período filiado ao (PSC-SP), que propõe a criminalização da apologia ao comunismo, representa muito mais que uma iniciativa legislativa isolada. A proposta, apresentada por Eduardo em 2016, busca alterar a Lei Antirracismo (7.716/89) para incluir o crime de “fomento ao embate de classes sociais”, com pena de reclusão de um a três anos e multa. Além disso, criminaliza a fabricação, comercialização, distribuição ou veiculação de símbolos como a foice e o martelo, equiparando a apologia ao comunismo à apologia ao nazismo, com penas de dois a cinco anos de reclusão. O projeto também modifica a Lei Antiterrorismo (13.260/16) para incluir o “fomento ao embate de classes sociais” como ato terrorista e remove exceções para manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais e religiosos.

A equiparação entre comunismo e nazismo, como vimos no capítulo anterior, além de historicamente incorreta, cumpre a função política de deslegitimar toda forma de crítica ao tema, criando uma falsa equivalência que obscurece as reais contradições sociais presentes em ambos.

O aspecto mais revelador do projeto é a proposta de criminalização do “fomento ao embate de classes sociais”. Esta formulação representa uma tentativa de negar a própria realidade das sociedades capitalistas, pois conforme Marx (2008): “[...] a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes (Marx, Engels, 2008, p.10)”. Ou seja, ao criminalizar o “embate de classes”, o projeto busca tornar ilegal não apenas a organização política do proletariado, mas a própria compreensão científica da sociedade.

É nesse contexto de mobilização de memórias discursivas e de instrumentalização de temores sociais que se insere a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018. Sua trajetória e a consolidação do movimento que o alçou ao poder representam, portanto, não apenas um ponto de redirecionamento na política nacional, mas também a materialização de

³⁸ Esta informação e as demais citações sobre o assunto foram retiradas integralmente da notícia “Projeto criminaliza apologia ao comunismo”, disponível no site da Câmara dos Deputados, referente ao Projeto de Lei 5358/16, que propõe inclusão de apologia ao comunismo na Lei Antirracismo.

³⁹ Eduardo Bolsonaro é deputado federal pelo estado de São Paulo desde 2015, membro do Partido Liberal (PL), e filho do ex-presidente Jair Bolsonaro. É conhecido por sua atuação política alinhada ao conservadorismo e à direita brasileira. Em 2025, após alegar “perseguição política” e permanecer nos Estados Unidos, o Ato da Mesa nº 229, de 18 de dezembro de 2025, da Câmara dos Deputados, declarou a perda do mandato de deputado federal de Eduardo Bolsonaro, conforme o art. 55, III e §3º da Constituição Federal, por faltas superiores a um terço das sessões deliberativas. O ato foi publicado no Diário da Câmara em 19 de dezembro de 2025.

um processo de reorganização da direita, que soube utilizar discursos historicamente eficazes, como o anticomunismo, por exemplo.

Em síntese, o fenômeno de avanço das direitas e consolidação de Jair Bolsonaro como figura representativa deve ser compreendido como expressão política de uma crise que atravessa a sociedade brasileira, na qual as classes dominantes, incapazes de manter sua dominação através dos mecanismos tradicionais de consenso, recorrem a formas autoritárias de exercício do poder. O discurso anticomunista opera então, nesse contexto, através da figura de Bolsonaro, como elemento articulador de um bloco histórico conservador que busca preservar as estruturas de dominação existentes através da eliminação das forças políticas que as questionam.

2.2 — “Projeto fênix” e a eleição de Jair Bolsonaro: da nostalgia autoritária a um plano de governo

Esta seção discute como Jair Bolsonaro, aproveitando-se desse engodo de insatisfação popular, agiu enquanto candidato à presidência e no exercício do poder, consolidando-se não apenas como uma voz dissonante, mas como a personificação da extrema-direita no poder.

O discurso anticomunista de Bolsonaro atribuía a crise às políticas “comunistas” do PT, apresentando a solução fácil através da eliminação da esquerda — inclusive dizendo abertamente durante a campanha eleitoral de 2018 que iria “fuzilar a petralhada”⁴⁰ — do cenário político e da implementação de políticas neoliberais ortodoxas. Esta operação ideológica foi fundamental para construir consenso em torno de um programa de austeridade que transferia os custos da crise para as classes trabalhadoras, apresentando-o como necessidade técnica para combater o legado “comunista” do PT.

Em 2014, a Operação Lava Jato⁴¹ também é um fator a ser levado em consideração na construção do discurso anticomunista de Bolsonaro através do antipetismo. Motta (2019) evidencia que: “[...] a força dos discursos anticomunistas/antipetistas atuais serve de laboratório

⁴⁰ No discurso realizado em plena campanha eleitoral de 2018, o então candidato fez gesto de “fuzilamento” com um tripé de câmera de vídeo e disse: “Vamos fuzilar a petralhada toda aqui do Acre”. O Supremo Tribunal Federal encaminhou à Justiça Eleitoral do Acre uma queixa-crime contra Jair Bolsonaro, motivada pelo discurso proferido em 2018. O ministro relator Cristiano Zanin acolheu o pedido da Procuradoria-Geral da República, o que desencadeou esse encaminhamento formal do caso. (STF)

⁴¹ Operação deflagrada pela Polícia Federal para investigar esquemas de corrupção envolvendo a Petrobras, partidos políticos e grandes empreiteiras. Teve forte impacto político e é alvo de críticas por seletividade e motivações ideológicas, como discutem Jessé Souza (2016), Fábio Kerche e Cristiano Paixão (2018), Leonardo Avritzer (2016) e os jornalistas reunidos em Souza Neto, Kerche e Marona (2020).

para ressaltar a relevância histórica do tema, bem como para mostrar, mais uma vez, a sua capacidade de incendiar a imaginação da direita” (Motta, 2019, p. 2).

Esta articulação não representa uma mera coincidência retórica, mas sim uma operação ideológica deliberada que busca conectar o projeto petista às representações históricas do “perigo vermelho”. A instrumentalização do antipetismo na construção do discurso anticomunista manifesta-se através de uma série de artifícios retóricos que procuram superar a evidente fragilidade empírica dos ataques ao PT. Como observa Motta (2019): “[...] os ataques de caráter antissocialista e anticomunista dirigidos ao PT padecem de fragilidade óbvia, dada a natureza moderada de suas ações à frente do governo brasileiro” (Motta, 2019, p. 15).

Ao expor esquemas de corrupção em larga escala envolvendo políticos de diversos partidos, a operação contribuiu para a desmoralização da política tradicional e para a descrença nas instituições. Segundo Duarte (2023):

A crise política de desqualificação da esquerda em meio aos escândalos de corrupção (os quais ganharam projeções internacionais com a Operação Lava Jato) e a própria crise de legitimidade da direita, fragmentada e dividida em diversos grupos divergentes, criaram as condições perfeitas para que um político com notoriedade irrelevante se deslocasse da posição de deputado “folclórico” pelas declarações polêmicas, machistas, racistas, misóginas e posturas autoritárias para o “mito” aclamado pela “nova” direita e sua base social identificada nas mobilizações de massa de 2015 e 2016 (Duarte, 2023, p. 9).

Nesse cenário de profunda desmoralização da política tradicional, a Operação Lava Jato atingiu seu ápice simbólico e político em abril de 2018, quando foi efetivada a prisão do então ex-presidente Lula⁴², após condenação em segunda instância no âmbito da operação. Mais do que um desfecho jurídico, a prisão de Lula representou um acontecimento que reconfigurou drasticamente o campo político. Para os movimentos de direita, o evento serviu como a validação máxima da sua narrativa anticorrupção, personificando no líder petista a materialização do “sistema” a ser combatido (Kalil, 2018).

Do ponto de vista eleitoral, a remoção do candidato líder nas pesquisas abriu um vácuo de poder e eliminou o principal polo de contenção à extrema-direita, permitindo que Jair Bolsonaro se consolidasse como a alternativa mais radical ao antipetismo, apropriando-se das marcas discursivas da Lava Jato para se apresentar como o “representante genuíno da luta anticorrupção” (Lopes; Albuquerque; Bezerra, 2020, p. 377). A intensificação da polarização

⁴² Luiz Inácio Lula da Silva é um líder sindical e político brasileiro, fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e presidente do Brasil em três mandatos: 2003–2010 e a partir de 2023. Sobre sua trajetória, ver: PARANÁ, Denise, O filho do Brasil, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005; MORAIS, Fernando, Lula: A biografia, São Paulo: Companhia das Letras, 2006; SINGER, André, Os sentidos do lulismo, São Paulo: Companhia das Letras, 2012; NAPOLITANO, Marcos, Lula e a esquerda do século XXI, São Paulo: Editora Contexto, 2013.

em torno da prisão cimentou o sentimento antipetista como a principal força aglutinadora das direitas (Singer, 2018), tornando a eleição de 2018 um plebiscito sobre a rejeição ao PT e pavimentando o caminho para a vitória de um candidato até então considerado marginal.

Nesse contexto de oportunismo político e capitalização do descontentamento popular, Bolsonaro e seus apoiadores não se limitaram apenas ao discurso anticorrupção, mas também recorreram a estratégias ideológicas historicamente consolidadas no Brasil. Entre essas estratégias, destaca-se o uso instrumental do anticomunismo como ferramenta de mobilização social e legitimação política.

A associação sistemática entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o comunismo constitui uma das principais estratégias discursivas empregadas por Jair Bolsonaro ao longo de sua trajetória política. Esta operação ideológica revela-se como um mecanismo sofisticado de construção do inimigo político, que transcende a mera oposição partidária para se configurar como uma forma de dominação simbólica que busca deslegitimar não apenas o PT enquanto organização política, mas todo o espectro da esquerda brasileira, conforme aponta Motta (2020):

[...] o uso do anticomunismo/antipetismo explica-se por razões semelhantes às que notamos em ocasiões passadas: tal linguagem facilita a mobilização de frente direitista heterogênea, que se une apenas ao perceber a existência de um inimigo comum. Tal capacidade de promover a aproximação entre diferentes alas da direita é um ponto indispensável para compreender a bem-sucedida reapropriação da tradição anticomunista em chave antipetista (Motta, 2020, p.317)

Portanto, essa tática não representa uma inovação presente na reativação das direitas no Brasil, mas sim a reatualização de um repertório discursivo que tem se mostrado eficaz em diferentes conjunturas da história brasileira, adaptando-se às especificidades de cada momento político para impulsionar setores conservadores da sociedade.

Bolsonaro, que se apresentava como um *outsider* da política,— embora tenha sido deputado federal por mais de 20 anos⁴³ — soube capitalizar esse sentimento de repulsa à corrupção. Ou seja, mesmo Bolsonaro sendo parte do sistema político, seu discurso sempre foi de negação desse mesmo sistema (o chamado “baixo clero” que se colocava contra a “velha política”). Ele construiu uma persona de *outsider* mesmo estando dentro do sistema, e a crise de representatividade e a desmoralização dos partidos tradicionais permitiram que essa narrativa paradoxal ganhasse tração. Seu discurso simplista e direto, de combate aos “bandidos” e à “velha política”, ressoou com a indignação popular e o posicionou como uma figura capaz

⁴³ Ver mais em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>.

de romper com o status quo.

Logo, percebe-se que Bolsonaro não foi simplesmente protagonista pela sua projeção social e vitória eleitoral em 2018, mas um oportunista e bem assessorado pelas fatias mais conservadoras da direita (Duarte, 2023).

A ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018 marcou outro ponto de virada na política brasileira e pavimentou caminhos para a consolidação da presença de uma extrema-direita com características *sui generis* no cenário nacional.

Pela primeira vez na Nova República, um candidato abertamente saudosos da ditadura militar conquistou o mais alto cargo do nosso sistema democrático, utilizando as mesmas urnas que ele tanto criticou durante a campanha (Casalecchi, 2024).

A análise da trajetória de Bolsonaro e do movimento que o alçou ao poder exige uma abordagem multifacetada, que contemple tanto os fatores estruturais quanto os conjunturais que propiciaram sua emergência e consolidação de sua base. Conforme destaca Marques (2025):

Esta dinâmica de consolidação do campo da direita também foi acompanhada pela expansão de organizações extremistas, como Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados Online e Vem Pra Rua (Messenberg, 2019). Neste processo, que se estendeu até as eleições de 2018, o populismo de extrema direita consolidou-se como um discurso articulado, culminando no surgimento do Bolsonarismo (Marques; Carlos, 2025, p. 4).

Ou seja, de acordo com a citação acima, o populismo de extrema direita de Bolsonaro não se baseia em ideologias, mas sim em um processo discursivo ativo. A liderança de Bolsonaro se legitima ao articular diversos significados em um campo político fragmentado. Assim, o ex-capitão se torna central por um projeto político coerente a sua proposta ao aglutinar termos, como por exemplo, “Deus”, “pátria”, “família” e “liberdade” — evocando o lema do movimento fascista brasileiro AIB⁴⁴. Dessa forma, se estabelece como um discurso dominante, conectando elementos morais, religiosos e políticos para reorganizar a direita brasileira após a crise de 2013.

O conservadorismo é uma das bases mais visíveis de Bolsonaro⁴⁵. Esse conservadorismo se expressa, por exemplo, na nostalgia do ex-presidente de um passado idealizado, muitas vezes associado ao período da ditadura militar, visto como um tempo de

⁴⁴ A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento de inspiração fascista fundado em 1932 por Plínio Salgado. Seu lema era "Deus, Pátria e Família", sintetizando os pilares ideológicos do integralismo, que combinava nacionalismo autoritário, anticomunismo e valores tradicionais.

⁴⁵ O conservadorismo de Jair Bolsonaro tem sido objeto de análise em diferentes campos das ciências sociais. Alguns autores destacam a articulação de valores morais e religiosos no discurso político do ex-presidente (Rocha, 2018); outros enfatizam sua vinculação a uma tradição autoritária e anticomunista da política brasileira (Napolitano, 2021).

ordem e segurança. Nos últimos anos, Jair Bolsonaro frequentemente manifesta um saudosismo perverso em relação à ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985). Um dos episódios mais emblemáticos ocorreu quando, ainda durante seu mandato como deputado federal e no mesmo contexto do processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, Bolsonaro fez uma declaração pública em homenagem a Carlos Alberto Brilhante Ustra⁴⁶, militar condenado judicialmente por tortura e reconhecido como um dos principais agentes da violência durante a ditadura.

Segundo Castro Rocha (2021), o livro *Orvil* de 1970, conhecido como “o livro secreto da ditadura”, elaborado por militares e finalizado em 1987, também é uma raiz estrutural na construção da narrativa de Bolsonaro. A obra sistematizou a narrativa anticomunista construída durante os anos 1970 a partir de uma reconstrução histórica tendenciosa, apresentando o período pré-1964 como uma suposta “guerra revolucionária” liderada por forças comunistas. Conforme destaca Castro Rocha (2021):

Realizado por agentes do Centro de Informações do Exército (CIE), um dos mais temidos órgãos de repressão da ditadura militar, a redação final do *Orvil* exigiu três anos de trabalho, principiado em 1985 e concluído em 1988. Pronto, o relatório-vingança não teve sua publicação autorizada e somente em 2007 começou a circular na íntegra na Internet, num calhamaço de 953 páginas, com uma ressalva reveladora em cada uma delas: reservado. Em 2012, veio à luz em formato de livro. O coronel Ustra escreveu a apresentação do volume e, como bom integrante da comunidade de informações, esclareceu o enigmático título: Visando resguardar o caráter confidencial da pesquisa e da elaboração da obra, foi designada uma palavra-código para se referir ao projeto — *Orvil* — livro escrito de forma invertida (Castro Rocha, 2021, p.247).

Essa construção discursiva, alinhada à DSN, não apenas legitimou a repressão política, mas também institucionalizou uma memória seletiva que reduz as contradições do período a um maniqueísmo entre “ordem” e “subversão”.

Jair Bolsonaro atualiza esse repertório ao transpor o anticomunismo da Guerra Fria para as guerras culturais do século XXI. Se o livro *Orvil* operava no registro da contrainsurgência militar, o discurso de Bolsonaro se apropria de categorias como “marxismo cultural” e “globalismo”, ressignificando o pânico moral em termos identitários. Segundo Castro Rocha (2023): “O que se diz hoje da guerra cultural gramsciana está no *Orvil*. Esta é a origem dos

⁴⁶ Em abril de 2016, dias depois de aberto o processo de impeachment contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), a seccional do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), comandada à época por Felipe Santa Cruz (atual presidente nacional), protocolou na Câmara dos Deputados um requerimento pedindo a cassação do mandato do então deputado Jair Bolsonaro por quebra de decoro parlamentar e apologia à tortura. Na oportunidade, Bolsonaro, ao declarar seu voto favorável à abertura do impeachment, homenageou Brilhante Ustra. “Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”, disse o então deputado ao votar pela abertura do processo. (Fonte: G1)

delírios que moldam a extrema-direita brasileira. Em muitos aspectos, a guerra cultural bolsonarista é baseada no relatório secreto do exército brasileiro chamado *Orvil*” (Castro Rocha, 2023, p.115).

A obra contém as estruturas fundamentais do discurso anticomunista de Jair Bolsonaro. A eficácia dessa transposição reside na mesma estrutura narrativa: a fabricação de um inimigo totalizante, a erosão de mediações institucionais e a naturalização de medidas autoritárias como véu moral de defesa da pátria.

Contudo, essa aparente coesão ideológica que unia o discurso de Olavo de Carvalho, a herança anticomunista do Exército e o bolsonarismo não se traduziu em uma aliança isenta de conflitos. Pelo contrário, a relação entre o ideólogo e a ala militar do governo foi marcada por embates públicos que expuseram as disputas internas por poder e influência⁴⁷. Em um episódio notório, Carvalho atacou frontalmente os militares com termos desrespeitosos, chegando a ofender diretamente Villas Bôas⁴⁸, então assessor do Gabinete de Segurança Institucional. A reação do próprio presidente Jair Bolsonaro demonstrou a natureza complexa dessa disputa: ao mesmo tempo que tentava minimizar as ofensas como “desentendimentos” e pedia para que a “página fosse virada”, reafirmava a importância de Olavo de Carvalho para sua chegada ao poder, tratando-o como um “ícone”. Tal ambiguidade revela que, para além da afinidade no campo da “guerra cultural”, existiam contradições e uma luta por hegemonia no interior do bloco governista, tensionando a relação entre o guru ideológico e os quadros militares que ocupavam posições estratégicas no Estado.

Se o conservadorismo radical e a nostalgia autoritária serviram como alicerce ideológico para Bolsonaro, foi a partir da conjugação desse repertório com um cenário político turbulento que ele se consolidou como a principal alternativa da extrema-direita nas eleições de 2018. O discurso anticomunista, herdado de obras como o *Orvil*, e a glorificação da violência ditatorial não eram meras retóricas de um parlamentar marginal, pelo contrário, tornaram-se ferramentas

⁴⁷ JORNAL NACIONAL. Olavo de Carvalho volta a atacar militares do governo Bolsonaro. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/07/olavo-de-carvalho-volta-a-atacar-militares-do-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2025.

⁴⁸ Eduardo Dias da Costa Villas Bôas é um general do Exército Brasileiro, ex-comandante do Exército entre 2015 e 2019. Ganhou destaque político ao se manifestar publicamente, em 2018, contra a possibilidade de o STF conceder habeas corpus ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, declaração interpretada como uma pressão das Forças Armadas sobre o Judiciário. Após deixar o comando, tornou-se assessor do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) no governo de Jair Bolsonaro.

eficazes para capitalizar o descontentamento generalizado com a democracia pós-impeachment de Dilma Rousseff.

Em um contexto de crise econômica, desgaste dos partidos tradicionais e fomentação de uma polarização acirrada, Bolsonaro se reposiciona então como o símbolo de uma ruptura radical contra o que chamava de “sistema corrupto” e “esquerdização” do país. Longe de ser uma figura política de destaque em grande parte de sua carreira parlamentar, Bolsonaro aproveitou um cenário de insatisfações sociais e políticas, colocando-se como um agente de ruptura contra o que para ele era um sistema percebido como corrompido e dominado por ideologias de esquerda.

Estabelecidas as condições históricas e ideológicas que possibilitaram a emergência de Jair Bolsonaro como força política no campo das direitas brasileiras, torna-se necessário examinar as bases propostas durante a corrida eleitoral de 2018 através de seu Plano de Governo. Mais do que uma proposta meramente técnica, o documento constitui uma síntese das disputas ideológicas e dos interesses de classe que convergiram para sua vitória eleitoral, oferecendo elementos cruciais para a compreensão tanto das estratégias de legitimação quanto das contradições internas que marcariam posteriormente sua gestão governamental e marcação ideológica de sua base de apoio.

O nome do arquivo cadastrado no TSE⁴⁹, “Projeto Fênix” — apesar do título interno da proposta ser “O caminho da prosperidade” — revela uma operação simbólica perversa: se a fênix renasce das cinzas, quais seriam essas cinzas senão a própria democracia brasileira pós-1988? O simbolismo sugere que o Brasil democrático, com suas conquistas sociais e institucionais, representa uma nação “morta” que precisa ser consumida pelo fogo purificador para que renasça a “verdadeira pátria”.

Isso torna-se evidente quando, logo na página 2, onde a proposta apresenta a frase: “Um governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade. Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros.” As palavras “resgate” e “devolva” indicam o caráter de “renovação” do projeto e operam através do que Orlandi (2005) denomina “formações imaginárias”, pois: “[...] as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação

⁴⁹ Tribunal Superior Eleitoral (Brasil). Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais – DivulgaCandContas. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUL/BR/2022802018/280000614517/2018/BR>. Acesso em: 15 ago. 2025.

social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica (Orlandi, 2005 p. 40)”. Dessa forma, o discurso constrói imaginariamente um sujeito-brasileiro como “verdadeiro dono” privado e um “outro” não nomeado inicialmente — mas apresentado de forma direta na página 10 quando se diz: “Após 30 anos em que a esquerda corrompeu a democracia e estagnou a economia, faremos uma aliança da ordem com o progresso: um governo Liberal Democrata” — que se apropriou indevidamente do país, legitimando assim o caráter de “renascimento das cinzas” da proposta.

A partir de uma leitura do documento, identificamos as principais manifestações com viés anticomunista. Entre as estratégias presentes, destaca-se de forma proeminente o uso sistemático do anticomunismo, de forma sugestiva, como elemento estruturante do discurso, operando simultaneamente como mecanismo de mobilização política e como instrumento de legitimação ideológica.

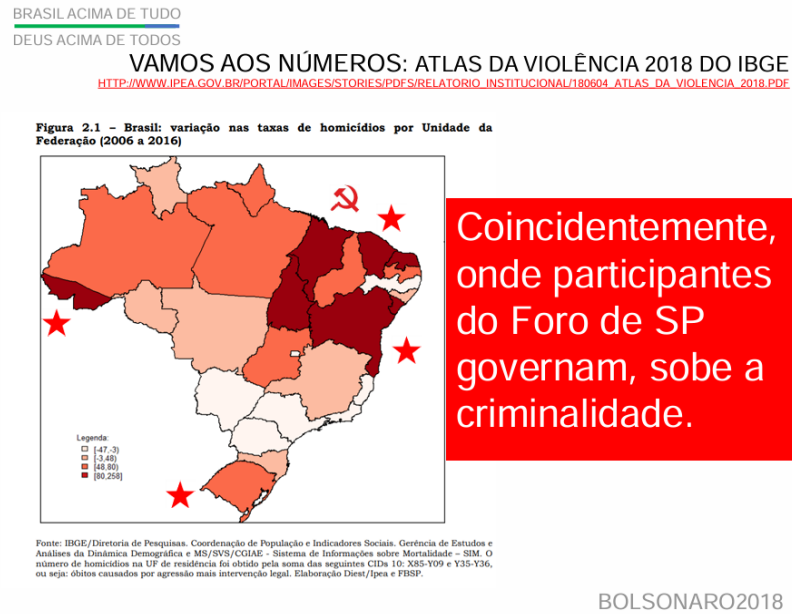
Uma dimensão particularmente significativa do discurso anticomunista presente no documento é sua articulação sistemática com elementos do discurso religioso. Esta articulação não é casual, mas reflete uma estratégia deliberada de mobilização de setores religiosos da sociedade brasileira em torno do projeto político conservador.

A página inicial do documento apresenta uma citação bíblica - “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará. JOÃO 8:32” — que articula o discurso político com a autoridade religiosa. Esta citação, longe de ser ornamental, funciona como elemento de legitimação que apresenta o projeto político como expressão da vontade divina. A análise contextual sugere a seguinte questão: Do que a verdade cristã nos libertará? Essa apropriação da linguagem bíblica confere ao discurso político uma dimensão transcendente que o coloca acima da crítica racional, mecânica essa que não é novidade na construção do discurso anticomunista, conforme vimos anteriormente no capítulo um dessa investigação.

Se a citação bíblica inicial estabelece o tom transcendente da proposta e a retórica do “resgate” constrói imaginariamente um Brasil sequestrado por forças estranhas, é nas páginas centrais do documento que essas forças ganham nome, forma e dimensão geopolítica concreta. O anticomunismo, que até então operava de forma difusa como elemento estruturante do discurso, passa a se concentrar em um alvo específico que simboliza tanto a ameaça ideológica quanto a conspiração internacional: o Foro de São Paulo. Esta transição do geral para o particular revela como o discurso anticomunista necessita de inimigos concretos para sustentar sua eficácia mobilizadora.

As páginas 27 e 28 do documento apresentam referências sistemáticas ao Foro de São Paulo⁵⁰ como elemento central da ameaça comunista ao Brasil. Observe:

FIGURA 3 - PÁGINA 27 DO PLANO DE GOVERNO DE BOLSONARO (2018)



Fonte: TSE

Na página 11 está escrito que “enfrentar o viés totalitário do FSP, que desde 1990 tem enfraquecido nossas instituições democráticas”, enquanto a página estabelece uma correlação direta entre a criação do Foro e o aumento da violência no país, afirmando que “mais de UM MILHÃO de brasileiros foram assassinados desde a 1ª reunião do Foro de São Paulo”.

A correlação estabelecida entre a criação do FSP e o aumento da violência no Brasil revela uma operação ideológica particularmente perversa, que busca responsabilizar as forças de esquerda por problemas sociais que resultam das contradições estruturais da sociedade brasileira. Conforme aponta Melo (2016):

Esses grupos brasileiros anticomunistas, de ultra-direita, acusam o Foro de São Paulo de terrorismo, tráfico de drogas, assassinatos, sequestros, etc. e, fazem uma campanha contra o FSP. Por um lado, reconhecem a influência de Gramsci no pensamento estratégico da esquerda brasileira e latino-americana; por outro lado, exageram e superdimensionam o papel e as capacidades do Foro de São Paulo e o relacionam com o terrorismo e o crime, com o intuito de chamar a atenção para o FSP e tentar criminalizá-lo ou até mesmo extingui-lo (Melo, 2016, p. 115).

Ademais, isso demonstra a falha metodológica da extrema-direita em associar

⁵⁰ “O Foro de São Paulo é uma organização formada por partidos e movimentos políticos de esquerda latino-americanos e caribenhos, identificados com um posicionamento antineoliberal e anti-imperialista e em favor da integração econômica, social, política e cultural da América Latina e Caribe” (Melo, 2016).

indevidamente correlação com causalidade.

A violência urbana no Brasil tem suas raízes na desigualdade social, na exclusão econômica, na fragilidade das políticas públicas e na histórica violência do Estado brasileiro contra as classes populares. Apresentar esta violência como resultado da ação do FSP através da retórica anticomunista constitui uma mistificação que oculta as verdadeiras causas do problema.

Outra característica marcante do discurso anticomunista presente no documento, e ainda acerca da instrumentalização dos dados sobre a violência, é a utilização sistemática de dados estatísticos para construir correlações causais. Esta estratégia é particularmente evidente nas páginas 24 a 27, que apresentam uma seção intitulada “CONTRA A ESQUERDA: NÚMEROS E LÓGICA”, onde dados sobre violência urbana são utilizados para sugerir uma correlação entre governos de esquerda e aumento da criminalidade.

O discurso anticomunista presente no documento opera sistematicamente através da construção de dicotomias maniqueístas que dividem o mundo social em campos opostos e irreconciliáveis. Esta estratégia discursiva é fundamental para a mobilização política, pois sugere a simplificação de questões complexas e oferece identidades políticas claras em contextos de incerteza e fragmentação social.

Na página 32 do documento é apresentada uma análise das Forças Armadas em uma dimensão importante da estratégia anticomunista. O texto afirma que: “Dentre instituições, grupos, pessoas ou atividades, que tiveram sua imagem atacada pela doutrinação ideológica de esquerda, certamente as Forças Armadas do Brasil estão entre as que mais sofreram. Houve clara intenção de desconstruir a imagem desta espinha dorsal da Nação, afinal, elas são o último obstáculo para o socialismo”. A apresentação das Forças Armadas como “espinha dorsal da Nação” e “último obstáculo para o socialismo” sugere também uma concepção militarista do Estado que é incompatível com os princípios democráticos.

O anticomunismo presente no documento opera através de múltiplas estratégias discursivas que se articulam na construção de uma narrativa política mobilizadora. A construção do “marxismo cultural” e do “gramscismo” como ameaças à nação brasileira revela uma apropriação distorcida de conceitos teóricos que são transformados em elementos de uma suposta conspiração internacional contra os valores nacionais. Esta operação discursiva permite ao projeto conservador se apresentar como defensor da soberania nacional contra ameaças externas, ocultando seu caráter de classe e seus vínculos com interesses internacionais do capital.

A temporalização da ameaça comunista através da referência aos “anos de esquerda” constitui uma estratégia de deslegitimação do período democrático brasileiro, apresentando as conquistas sociais e políticas resultado da corrupção das instituições nacionais por forças comunistas. Esta operação é particularmente perversa porque inverte a relação entre democracia e autoritarismo, apresentando o período democrático como fonte de decadência e o projeto autoritário como promessa de regeneração nacional.

Se no plano de governo o anticomunismo se estrutura como uma narrativa política ampla, mobilizando distorções teóricas e uma temporalização estratégica da ameaça, nas redes sociais essa retórica ganha materialidade através de dispositivos discursivos e visuais. A análise dos posts de Bolsonaro durante a campanha eleitoral revela como o anticomunismo não apenas se adapta ao ambiente digital, mas também se intensifica pela combinação de textos e imagens que ativam memórias discursivas e contradições performáticas. Essa passagem do plano abstrato das estratégias documentais para a esfera das redes sociais permite observar como o discurso se reproduz e se ressignifica no cotidiano da disputa política, articulando antipetismo, militarização e pânico moral em uma gramática visual e textual eficaz para a disseminação do anticomunismo.

A publicação de Jair Bolsonaro no dia 30 de agosto de 2018, em seu Facebook, articula uma estratégia discursiva anticomunista que mobilizando uma memória discursiva, como aponta Orlandi (2012) procura reativar sentidos historicamente sedimentados sobre o perigo comunista no Brasil. Observe:

FIGURA 4 - CAPTURA DE TELA NO FACEBOOK DE JAIR BOLSONARO



Imagem: Reprodução Facebook

A formulação escrita na legenda do vídeo: “O socialismo nos sufoca por todos os lados, com o único intuito de moldar pessoas como cordeirinhos” constrói uma metáfora animalésca que infantiliza os sujeitos supostamente dominados pelo “socialismo”.

Ironicamente o contraste é evidente com as imagens em um vídeo que acompanha o texto: Bolsonaro segurando uma criança que faz o gesto de “arminha” com as mãos, crianças atirando com armas, etc⁵¹. Essa contradição visual revela a operação ideológica central do discurso: enquanto critica a suposta “moldagem” socialista de “cordeirinhos” passivos, o próprio Bolsonaro exhibe uma criança adestrada para reproduzir seu gesto-símbolo militarista. A imagem funciona como um “não-dito” que, conforme Orlandi (2005), constitui o sentido tanto quanto o que é explicitamente enunciado, evidenciando que a crítica à “dominação sem resistência” encobre um projeto de formação de sujeitos igualmente submissos, porém alinhados à ideologia conservadora e ao culto da violência armada em defesa contra o

⁵¹ BOLSONARO, Jair Messias. *a inversão de valores e o politicamente correto implementados propositalmente provocam o caos social justificando ações exclusivas do “estado-mãe”* [vídeo]. Facebook, 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=228297974509051>. Acesso em: 18 ago. 2025.

socialismo.

Outro post de Bolsonaro de 15 de setembro de 2018 na mesma rede social articula uma estratégia discursiva que opera a fusão entre antipetismo e anticomunismo através da construção de equivalências que conectam corrupção doméstica e ameaça externa comunista. Em suas palavras:

Bom dia a todos! Nos últimos anos o PT doou bilhões de reais para ditaduras amigas via BNDES. O seu dinheiro que deveria ser utilizado de forma criteriosa e responsável para nosso crescimento, serviu pra alimentar governos autoritários e antidemocráticos como Cuba e Venezuela, sem retorno algum. Isso vai acabar! Servimos como fonte do plano de poder do Foro de SP e ainda somos vítimas das mazelas causadas por seus membros. Além de 14 milhões de brasileiros desempregados, todos sofrem com a crise migratória causada por Maduro no Norte do Brasil, região visitada por nós recentemente (Bolsonaro, 2018, s/p).

A formulação: “Nos últimos anos o PT doou bilhões de reais para ditaduras amigas via BNDES” utiliza do interdiscurso Orlandi (2005) para ativar simultaneamente a memória da corrupção petista e do perigo comunista internacional, apresentando o financiamento de obras em países latino-americanos como uma conspiração ideológica disfarçada de política externa. A associação direta entre PT e “governos autoritários e antidemocráticos como Cuba e Venezuela” constrói uma equivalência discursiva que transforma diferenças políticas em ameaças existenciais, criando um campo antagônico homogêneo onde qualquer alternativa progressista é apresentada como extensão do comunismo internacional.

A referência ao Foro de São Paulo como organização que utiliza o Brasil como “fonte de plano de poder” constrói um imaginário de subordinação nacional a uma suposta central comunista internacional, transformando diferenças políticas regionais em ameaças existenciais coordenadas. Essa operação ideológica funciona como um dispositivo de legitimação que apresenta a alternativa conservadora não como uma opção política entre outras, mas como a única defesa possível da nação contra a infiltração comunista, naturalizando o projeto autoritário através da construção de um interno externo que justifique medidas excepcionais.

Tais elementos mantiveram-se em seu governo, como podemos observar na análise dos discursos presidenciais de Jair Bolsonaro durante seus primeiros meses de mandato (janeiro a março de 2019), e oferecem uma oportunidade singular para compreender a constituição de sentidos e a formação discursiva de um governo que se posicionou como ruptura com o establishment político brasileiro.

A noção de formação discursiva, por sua vez, nos permitirá compreender como determinados sentidos são autorizados ou silenciados em função da posição ideológica do

sujeito. Como observa Orlandi (2005, p. 42), “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”, o que torna essencial analisar não apenas o que é dito, mas as condições que tornam possível esse dizer.

Em seu segundo discurso oficial⁵² após sua eleição à presidência em 2018, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial, no dia 01 de Janeiro de 2019, Jair Bolsonaro enfatiza qual seria então a tonante do seu governo ao dizer, em suas palavras:

É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que **o povo começou a se libertar do socialismo**, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto (Bolsonaro, 2018, s/p, grifos meus).

A passagem em que Bolsonaro diz “o povo brasileiro escolheu mudar” permite que se entenda como um efeito de legitimidade democrática que autoriza as transformações propostas. Através da promessa de “libertar o Brasil do socialismo”, o então recém presidente eleito mobiliza uma memória discursiva anticomunista que remonta novamente à Guerra Fria e encontra nova atualização no contexto latino americano contemporâneo, além de reafirmar.

Após se reunir com o autointitulado presidente da Venezuela, Juan Guaidó⁵³, em 28 de Fevereiro de 2019, Bolsonaro reforça a formação discursiva do pânico anticomunista e antissocialista, bem como para tentar legitimar a sua política externa de alinhamento com os Estados Unidos e governos conservadores da América Latina ao dizer: “Você, se assim posso chamá-lo, é uma esperança. Estava em Davos, na Suíça, onde o senhor apareceu e se declarou presidente. Teve o apoio imediato dos Estados Unidos. Estava lá eu com o Ivan Duque, da Colômbia, e também fomos no mesmo caminho”. A saudação a Guaidó como “esperança” e a menção ao apoio imediato dos Estados Unidos e da Colômbia estabelecem um enquadramento discursivo que legitima a figura de Guaidó e a oposição ao governo de Nicolás Maduro.

Além disso, ao proferir a frase: “Faço uma mea-culpa aqui que dois ex-presidentes do Brasil tiveram parte ou foram em parte responsáveis pelo que vem acontecendo na Venezuela

⁵² Declaração retirada integralmente do discurso presidencial disponível na Biblioteca da Presidência da República (site oficial do governo), intitulado “Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de recebimento da faixa presidencial”.

⁵³ Ver mais em: BBC News Brasil. Crise na Venezuela: quem é Juan Guaidó, presidente autoproclamado que quer tirar Nicolás Maduro do poder? BBC News Brasil, 28 fev. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47406269>. Acesso em: 3 out. 2025.

hoje em dia⁵⁴”, Bolsonaro faz um ataque direto aos governos anteriores do PT⁵⁵, responsabilizando-os pela crise venezuelana. Esta formulação opera um silenciamento sobre a complexidade da crise venezuelana, atribuindo-a exclusivamente a uma “esquerda” indefinida — relativizando o petismo e o comunismo — que segundo Bolsonaro: “gosta tanto de pobres que acabou multiplicando-os”.

A descredibilização da esquerda, a glorificação de valores conservadores e a instrumentalização da crise venezuelana para fins políticos são elementos que operam para legitimar a agenda do governo Bolsonaro. O silêncio sobre as complexidades estruturais da crise venezuelana e sobre as possíveis consequências de uma intervenção externa é constitutivo do discurso, revelando o que não pode ser dito para manter a coerência da narrativa. O discurso Orlandi (2005) é um lugar de embate e de produção de sentidos, e neste caso, a produção de sentidos se dá pela reinterpretação da realidade e pela construção de um futuro alinhado com os valores conservadores.

A trajetória analisada nesta seção revela que o avanço das direitas do bolsonarismo e a consolidação da figura de Jair Bolsonaro como representante dos anseios da extrema-direita não constituem fenômenos isolados ou meramente conjunturais, mas representam a materialização de contradições estruturais que permeiam a formação ideológica brasileira. A confluência entre diversos setores da direita, embora heterogênea em suas origens, encontrou no discurso anticomunista de Bolsonaro seu elemento aglutinador, demonstrando a persistência histórica desse constructo ideológico como instrumento de mobilização ideológica. Segundo Motta (2020):

O anticomunismo é, antes que um corpo homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo; em tudo o mais impera a heterogeneidade. Se essa diversidade muitas vezes passa despercebida, deve-se ao fato de que, nos momentos de conflito agudo, os diversos tipos de anticomunismo se uniram contra o inimigo comum (Motta, 2020, p. 39).

A análise desenvolvida neste capítulo demonstra que o discurso anticomunista de Jair Bolsonaro em 2018 não constitui fenômeno isolado ou meramente conjuntural, mas representa a culminação de um processo histórico de longa duração que articula tradições autoritárias brasileiras com as contradições específicas do capitalismo contemporâneo. Este discurso opera

⁵⁴ Idem

⁵⁵ Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) antes de Jair Bolsonaro foram exercidos por Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010 (dois mandatos), e por Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016. Dilma foi reeleita, mas teve seu segundo mandato interrompido por um processo de impeachment em agosto de 2016. Após sua saída, Michel Temer (PMDB), então vice-presidente, assumiu a presidência até o final do mandato em 2018.

como elemento estruturante de um projeto hegemônico que busca reorganizar as relações de poder na sociedade brasileira através da construção de um inimigo político totalizante que justifica tanto a concentração de poder quanto a implementação de políticas de austeridade. Sua eficácia política reside na capacidade de mobilizar medos e ansiedades sociais difusas, canalizando-os para a construção de uma identidade política reativa baseada na negação do “outro” em um conceito abstrato do que é ser comunista.

O processo histórico que se estende desde as manifestações de junho de 2013 até a consolidação de Jair Bolsonaro como liderança nacional demonstra que a reorganização das direitas brasileiras operou através da articulação de diferentes frações das classes dominantes e de setores médios da sociedade em torno de um projeto político comum. Esta articulação foi possibilitada em grande parte pela mobilização do anticomunismo como elemento ideológico aglutinador, capaz de superar as divergências internas entre diferentes grupos conservadores através da construção de um inimigo político compartilhado.

Em síntese, a investigação desenvolvida até o momento demonstra que esse processo de formação do discurso anticomunista de Jair Bolsonaro até a sua eleição em 2018 resulta da articulação complexa entre determinações estruturais, condições conjunturais e estratégias discursivas específicas, oferecendo elementos fundamentais para a compreensão dos desafios contemporâneos da democracia brasileira e para o desenvolvimento de estratégias políticas adequadas aos desafios do presente histórico.

O capítulo seguinte tem por objetivo examinar os discursos anticomunistas articulados por Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2022, no contexto de sua candidatura à reeleição presidencial e no enfrentamento a Lula — a principal liderança comunista segundo a extrema-direita. A análise parte do cenário de polarização ideológica e guerras culturais que marcaram seu governo inicialmente mapeando as manifestações anticomunistas provenientes de sua base de apoio político e em seguida, o estudo concentra-se nos discursos diretamente enunciados pelo candidato durante o processo eleitoral, buscando identificar suas estratégias discursivas que contemplaram o viés anticomunista.

CAPÍTULO 3 - TUAS IDEIAS NÃO CORRESPONDEM AOS FATOS: O DISCURSO ANTICOMUNISTA DE JAIR BOLSONARO EM 2022

O anticomunismo, conforme demonstrado nos capítulos anteriores, não se constitui como uma oposição meramente ideológica ou circunstancial ao comunismo, mas como um instrumento político estruturado que marca as paredes do labirinto da história brasileira, servindo à preservação da ordem burguesa e à deslegitimação de projetos que buscam a transformação social. Até o momento, o discurso anticomunista demonstrou notável capacidade de adaptação em diferentes conjunturas históricas, através da construção de inimigos simbólicos, mobilizando medos e legitimando práticas autoritárias.

Desta forma, o primeiro capítulo do trabalho estabeleceu os fundamentos históricos e conceituais do anticomunismo, revelando sua função como contraofensiva que opera nos níveis político, cultural e econômico para conter a politização da luta de classes. O segundo capítulo examinou a ascensão da extrema-direita brasileira e a consolidação do bolsonarismo, e revelou como movimentos sociais conservadores, *think tanks* ultraliberais e redes sociais digitais criaram, juntamente com outros fatores, as condições materiais e simbólicas para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, atualizando e intensificando o repertório anticomunista.

O presente capítulo concentra-se então na análise do discurso anticomunista de Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2022 em que as eleições não representaram apenas uma disputa entre Lula e Bolsonaro e seus projetos de governo, mas a expressão de um conflito mais amplo, travado no campo dos valores, das identidades e dos costumes, configurando o que a literatura tem denominado de guerra cultural.

Mobilizando conceitos como formação discursiva, formação ideológica, memória discursiva de Orlandi (2005), pânico moral de Miguel (2020), o objetivo deste capítulo consiste em: demonstrar que o discurso anticomunista de Bolsonaro não é um ato isolado de comunicação, mas um gesto de inscrição em uma cadeia discursiva que o precede e o sustenta. Esse discurso, ao evocar o “espectro comunista”, não se fundamenta sem respaldo estrutural; ele se estrutura com base em uma longa tradição do anticomunismo no Brasil, conforme discutido no capítulo um, e dá continuidade à estratégia de demonização das esquerdas que marcou a ascensão de Jair Bolsonaro, analisada no capítulo dois.

Assim, o capítulo está organizado em duas seções: a primeira examina o contexto das eleições de 2022 no quadro da guerra cultural brasileira, analisando como o tensionamento da polarização política rasgou as trincheiras para a reativação do discurso anticomunista e como pânicos morais foram utilizados para construir uma narrativa de ameaça existencial.

A segunda seção se dedica à análise dos avanços dos discursos anticomunistas de Bolsonaro em 2022, aplicando os pressupostos da Análise de Discurso para revelar de que forma “comunismo” é construído discursivamente como inimigo totalizante por Bolsonaro naquele ano, bem como o então candidato a reeleição a presidência da república, articulando elementos religiosos, nacionalistas e liberais, através do discurso anticomunista transformou a disputa eleitoral em uma batalha apocalíptica entre o “bem”, representado pelos pressupostos morais e ideológicos da extrema-direita e o “mal”, representado no fantasma do comunismo.

3.1 - O espectro que se alimenta do medo: guerra cultural e o ambiente nas eleições de 2022 no Brasil

Compreender o conceito de guerra cultural é pertinente para analisar o cenário político brasileiro, tendo em vista que esse conceito é recorrente e se apresenta desde o golpe empresarial-militar de 64 até as eleições de 2018 e também no contexto das eleições de 2022.

Nesse pleito, o tensionamento do debate em busca da polarização ideológica atingiu níveis sem precedentes. A disputa eleitoral de 2022 não nos ressurgiu a memória por apresentar debates profundos e técnicos sobre propostas econômicas e administrativas, mas por intensos conflitos em torno de valores morais, costumes e identidades. Questões como religião, direitos de minorias, modelos de família e pautas de comportamento foram mobilizadas de forma estratégica para engajar eleitores e deslegitimar adversários, transformando a arena política em um campo de batalha moral e simbólico.

Nesse processo, o espectro do anticomunismo surge novamente como elemento articulador central, operando como dispositivo ideológico capaz de unificar setores conservadores e reativar imaginários de ameaça à um tipo específico de ordem, estabelecido e estruturado pelos interesses da classe dominante. Herédias (2021) aponta que:

No Brasil, em momentos de crise, o “comunismo” tem sido recorrentemente designado como o inimigo a ser combatido e, mesmo no pós-ditadura, apesar da memória dos anos de autoritarismo e do fim da Guerra Fria, o inimigo “comunista” não seria totalmente esquecido e o anticomunismo permaneceria latente e pronto para ser acionado e ressignificado em novas e distintas tessituras históricas, sociais e políticas (Herédias, 2021, p. 123).

Portanto, entender a dinâmica da guerra cultural articulada com o anticomunismo permite elucidar as estratégias discursivas e a lógica por trás dos conflitos que definiram a eleição, bem como os mecanismos de mobilização política que estruturaram o embate entre projetos antagônicos de governo.

O termo “guerra cultural” (*culture wars*) foi cunhado pelo sociólogo norte-americano James Davison Hunter em sua obra *Culture Wars: The Struggle to Define America* (1991), nos Estados Unidos. No contexto em que a obra foi escrita, Hunter argumenta que: “O eixo de tensão que os termos esquerda e direita descreviam originalmente simplesmente não era mais tão notável para dar sentido ao conflito político e à mudança social como antes” (Hunter, 2021, p. 27). Ou seja, a partir da segunda metade do século XX, emergiu um novo eixo de tensão e conflito na sociedade norte-americana, de natureza fundamentalmente cultural, que se sobrepôs ao antigo eixo de conflito de classes, de natureza predominantemente econômico-política, conforme aponta Santos (2021):

Tal contexto norte-americano foi analisado pelo sociólogo James Davison Hunter, que lançou o livro *Culture Wars*, em 1991, para descrever o embate entre uma visão conservadora (ortodoxa ou tradicionalista também são termos empregados), associada à direita, e outra progressista, mais associada à esquerda (mas não unicamente). A batalha cultural mobiliza problemas de ordem social e moral, relacionados a sexualidade, comportamento, raça, religiosidade etc., mas que também impacta em discussões políticas e econômicas (Santos, 2021, p. 183).

Segundo o autor, a guerra cultural é, portanto, uma disputa pela definição da própria identidade nacional, travada em torno de temas como aborto, direitos LGBTQIA+, educação, família, arte e papel do Estado. É uma luta para estabelecer qual sistema de valores deve prevalecer na esfera pública e orientar a vida social. Essa disputa é particularmente acirrada porque não se trata de um debate sobre interesses negociáveis, mas sobre convicções morais profundas e, muitas vezes, irreconciliáveis. A linguagem da guerra cultural é, por isso, uma linguagem de absolutos, de “bem” contra o “mal”, que transforma o adversário político em inimigo a ser aniquilado, dificultando qualquer possibilidade de compromisso ou deliberação democrática.

Essa luta por hegemonia, marcada pela intransigência e pela demonização do adversário, não permaneceu, contudo, restrita ao contexto norte-americano. Conforme apontam estudos mais recentes sobre o fenômeno — que serão apresentados a seguir — sua lógica foi exportada e adaptada a diferentes realidades nacionais, tornando-se uma estratégia política transnacional. É precisamente essa dinâmica de importação e ressignificação que se observa no Brasil contemporâneo, onde o embate cultural descrito por Hunter se estabelece em contornos específicos e é potencializado por novas tecnologias, como as redes sociais.

Nesse novo terreno, a guerra cultural se materializa em táticas concretas de desinformação, como a criação de pânico morais em torno de “ameaças” fabricadas, exemplificando a aplicação prática e localizada de um fenômeno global.

Se tratando dos desdobramentos e aplicabilidades do termo guerra cultural no contexto do brasileiro durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro em 2022. Para tal, nos ancoramos novamente em Castro Rocha (2021), definindo que:

[...] o tema da guerra cultural é, por definição, transnacional e meta-histórico, envolvendo um conjunto considerável de referências teóricas produzidas em muitos idiomas, assim como uma série de práticas políticas mimetizadas em latitudes as mais diversas, especialmente eficazes no universo das redes sociais (Castro Rocha, 2021, p. 10).

O autor posiciona a guerra cultural como um campo de batalha transnacional, onde ideias e estratégias são constantemente importadas, traduzidas e recalibradas para conflitos locais. Esse movimento emerge então como um conceito central para a ascensão do bolsonarismo e sua articulação com a nova direita. No contexto brasileiro, essa estratégia segundo Gerônimo (2022) é: “fomentada por atores reacionários, de que existiria uma predominância de uma ideologia marxista cultural nas instituições e na superestrutura do país, que teriam sido cooptadas pela esquerda a partir do processo de democratização” (Gerônimo, 2022, p. 5).

Ou seja, o discurso, importado e adaptado do conservadorismo norte-americano, serviu como plataforma para o bolsonarismo, que se alinha a um projeto político internacional mais amplo. Essa natureza indica que o embate não é sobre um tema específico e passageiro, mas de um padrão recorrente de polarização que se alimenta de repertórios teóricos globais, conforme aponta Castro Rocha (2023):

No caso da guerra cultural bolsonarista, que não deixa de ter contato com esse tipo de modelo, proponho que o modelo de guerra cultural bolsonarista tem uma característica muito própria, muito relacionada à história recente brasileira, e é a incapacidade que temos de compreender isso que não nos permite reagir a tempo [...] (Castro Rocha, 2023, p. 103)

O grande acelerador desse fenômeno, segundo o autor, é o ecossistema das redes sociais — discussão que realizamos de forma mais ampla no capítulo dois dessa investigação — que não apenas acelera a circulação dessas ideias, mas também as transforma, criando um terreno fértil para que narrativas e táticas de conflito sejam mimeticamente adotadas e ressignificadas em contextos tão diversos como o Brasil atual, conforme apresenta Castro Rocha (2021):

Nesse campo, duas notícias falsas (fake news) tiveram um papel de destaque na vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro: o inexistente “kit gay” e a deturpação completa de uma área de estudos, gender studies, numa delirante “ideologia de gênero” (Castro Rocha, 2021, p. 10).

Em outras palavras, o autor argumenta que conceitos complexos como os estudos de gênero, por exemplo, são desfigurados e reduzidos a slogans alarmistas — como a fantasiosa “ideologia de gênero”. Essa deturpação, por sua vez, gera pânico moral e mobiliza

eleitoralmente segmentos da população, que passam a combater uma ameaça que não existe na forma como é apresentada, como o “kit gay”⁵⁶, por exemplo, que foi ressuscitado em 2022 por Bolsonaro no dia em que São Paulo realizava a 26ª Edição da Parada do Orgulho LGBT ⁵⁷. Desta forma, segundo Herédias (2021):

Mais sintomático ainda é um candidato à Presidência da República ser eleito acusando falsamente o governo petista – e, logo, o seu opositor Haddad – de distribuir “kits gay” nas escolas. Entendendo, assim, a dimensão que “ideologia de gênero” toma no Brasil, propõe-se refletir em duas camadas: para os evangélicos conservadores, o que é ideologia e o que é “ideologia de gênero”; e como elas se relacionam com o imaginário anticomunista (Herédias, 2021, p. 115).

Contudo, para além da mera identificação dessas distorções, é crucial desvendar o que alimenta e transforma esses mecanismos em forças políticas mobilizadoras. Compreender a dinâmica por trás desse fenômeno exige recorrer a um conceito sociológico fundamental para analisar tais processos de alarme coletivo.

Segundo Miguel e Oliveira (2020), o pânico moral trata-se de um fenômeno em que a emoção exige uma resposta urgente e vigorosa, sem dar espaço à reflexão ou ao diálogo, de modo que o pânico moral: “cristaliza medos e ansiedades generalizados, e muitas vezes lida com eles não buscando as causas reais dos problemas e condições que eles demonstram, mas deslocando-os para os “demônios populares” de um grupo social identificado (geralmente o “imoral” ou o “degenerado”) (Weeks, 1981, p. 14 apud Miguel; Oliveira, 2020, p. 267).

Ou seja, assim como, segundo Motta (2020): “O anticomunismo deu origem a constituição de um imaginário próprio, uma conjunção de imagens dedicadas a representar os comunistas e o comunismo (Motta, 2020, p. 73)”, a articulação dos pânicos morais serve como instrumento facilitador para rotulação dos adversários de forma pejorativa, agregando tudo o que — segundo a concepção da classe dominante — é errado, ao comunismo, com objetivo de exorcizar qualquer legitimidade.

É então, justamente nessa maquinaria de distorção e alarme, que o anticomunismo encontra seu mecanismo de propulsão mais eficaz, o qual não apenas cristaliza, mas também acelera e direciona os temores impostos na sociedade. O pânico moral não apenas impede o

⁵⁶ O termo “kit gay” foi uma expressão pejorativa criada por parlamentares e grupos conservadores para se referir ao Projeto Escola sem Homofobia, desenvolvido entre 2010 e 2011 no âmbito do programa Brasil sem Homofobia, do Ministério da Educação, em parceria com organizações da sociedade civil. O material tinha como objetivo combater a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas, mas nunca chegou a ser distribuído oficialmente, tendo sido vetado pelo governo Dilma Rousseff após pressão de setores religiosos e conservadores.

⁵⁷ Ver mais em: MARQUES, Hugo. Em campanha para a reeleição, Bolsonaro tenta ressuscitar o “kit gay”. Veja, São Paulo, 19 jun. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/em-campanha-para-a-reeleicao-bolsonaro-tenta-ressuscitar-o-kit-gay/>.

debate fundamentado em argumentos, mas também promove a demonização dos adversários políticos e gera uma militância mobilizada e agressiva.

Além disso, o anticomunismo que historicamente é associado à defesa da propriedade, da pátria e da família, encontrou no pânico moral um novo campo de batalha. A figura do “comunista” foi atualizada para incluir feministas, ativistas LGBTQIA+ e acadêmicos, petistas, todos rotulados como agentes de uma guerra cultural que visa perverter crianças e destruir a sociedade através de slogans como “ideologia de gênero” e “doutrinação marxista”, por exemplo. Essa conexão permitiu que Bolsonaro se apresentasse como o protetor dos valores morais e da ordem, justificando propostas autoritárias como uma resposta necessária para salvar a nação do caos moral e social instaurado pelos “comunistas”, pois segundo Herédias (2021):

Nas reconfigurações contemporâneas do anticomunismo, o inimigo comunista vai além do comunista per si: é uma pintura de um “comunista” em muitos tons, uma criatura amorfa que tem muitos dos seus traços reaproveitados de uma tela antiga, enquanto que outros traços foram mal refeitos ou esticados. Tal pintura caricata se relaciona diretamente à nova esquerda, desde os anos de 1960, incorporar em seu programa uma agenda ampliada, que trabalha não somente com as tradicionais classes, mas também com minorias raciais, étnicas, religiosas sexuais e de gênero – e as suas possíveis intersecções (Herédias, 2021, p. 124).

Ao final, a fusão entre o pânico moral e o discurso anticomunista cria um ciclo de vilanização e agressividade política. Os adversários, ao serem caracterizados com as fantasias morais da classe dominante não são mais vistos como oponentes legítimos em uma democracia, mas como vilões que precisam ser neutralizados. Esse processo impede que direitos, mesmo garantidos por lei, tenham condições sociais de serem exercidos, pois o debate público é dominado por uma urgência emocional que inviabiliza a argumentação fundamentada. Segundo Castro Rocha: “O anticomunismo de almanaque de Guerra Fria foi o primeiro passo na ascensão da nova direita, fenômeno que ampliou seu alcance por meio da adesão irrestrita à denúncia de uma hipotética ideologia de gênero” (Castro Rocha, 2021, p.111).

Essa retórica alarmista, no entanto, não permaneceu confinada ao discurso abstrato. Ela foi meticulosamente materializada em peças de propaganda que traduziram visualmente esse conflito binário, como ficou evidente em uma das campanhas eleitorais mais polarizadas da história recente do país após 2018.

Na eleição de 2018, a retórica anticomunista de Jair Bolsonaro constituiu o eixo central de sua campanha, operando como uma ferramenta de mobilização altamente eficaz contra um

adversário, Fernando Haddad⁵⁸, candidato do PT, que possuía uma representatividade mais burocrática do que simbólica dentro da esquerda brasileira. A ausência de Lula na disputa direta permitiu a construção de um antagonismo ideológico abstrato, no qual o PT foi retratado como a encarnação de uma ameaça comunista genérica, associada à corrupção sistêmica e à degeneração moral. Nesse contexto, o anticomunismo funcionou como uma ideologia aglutinadora para uma base conservadora fragmentada, capitalizando sobre um antipetismo consolidado e transformando a eleição em um plebiscito moral que se mostrou decisivo para a vitória de Bolsonaro.

Já as eleições presidenciais de 2022 no Brasil representaram um momento de clivagem política e social, culminando em uma disputa acirrada entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o então presidente Jair Bolsonaro (PL). O pleito, decidido em segundo turno com uma margem estreita de votos (50,90% para Lula contra 49,10% para Bolsonaro), não apenas reconfigurou o poder executivo, mas também evidenciou uma profunda polarização ideológica no eleitorado inflamado no campo da guerra cultural.

Em uma análise comparativa com o pleito de 2018, a principal diferença reside na figura do candidato petista. Enquanto em 2018 Haddad atuou como um substituto de Lula, que se encontrava inelegível, enfrentando o desafio de transferir o capital político de seu padrinho, em 2022, a presença direta de Lula como candidato alterou fundamentalmente a dinâmica eleitoral. A imagem de Lula, consolidada por uma longa trajetória e mandatos anteriores, demonstrou uma força significativamente superior à de Haddad, resultando em um aumento de quase 26 milhões de votos para o partido em comparação com o primeiro turno de 2018⁵⁹.

Além disso, a análise comparativa dos dois planos de governo de Jair Bolsonaro — “O Caminho da Prosperidade” (2018) e “Pelo Bem do Brasil” (2022) — revela uma transformação significativa na estratégia discursiva do anticomunismo: de uma abordagem explícita e combativa para uma forma mais sofisticada e implícita, integrada à retórica da eficiência econômica e da liberdade de mercado. Esta evolução não representa uma atenuação do anticomunismo no plano de governo, mas sua consolidação como estrutura que naturaliza a agenda neoliberal e conservadora sem necessidade de nomeação direta de seus adversários

⁵⁸ Fernando Haddad é um professor universitário, advogado e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e atual ministro da Fazenda do Brasil. Foi ministro da Educação de 2005 a 2012, nos governos Lula e Dilma Rousseff, e prefeito da cidade de São Paulo de 2013 a 2016.

⁵⁹ G1. Lula tem 25,6 milhões de votos a mais que Haddad em 2018; Bolsonaro ganha 1,7 milhão de votos. G1, 03 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/03/lula-tem-256-milhoes-de-votos-a-mais-que-haddad-em-2018-bolsonaro-ganha-17-milhao-de-votos.ghtml>. Acesso em: 05 jan. 2026.

políticos.

A principal diferença entre os dois planos de governo no que tange ao anticomunismo reside na sua forma de manifestação. Como vimos no capítulo anterior, o plano de 2018, intitulado “O Caminho da Prosperidade”, adota uma abordagem anticomunista explícita, nomeando diretamente o “marxismo cultural”, o “gramscismo” e o “Foro de São Paulo” como inimigos a serem combatidos. A linguagem é de uma conspiração ideológica para “libertar” o Brasil de um projeto de poder totalitário, utilizando um tom alarmista e conspiratório para mobilizar sua base contra o “comunismo”.

Já o plano de 2022, “Pelo Bem do Brasil”, apresenta uma evolução dessa retórica, tornando o anticomunismo mais implícito, integrando uma narrativa de gestão e eficiência econômica. Em vez de ataques diretos, ele constrói a figura do “modelo antigo” como um espantalho que representa o fracasso do estatismo e da intervenção, em contraste com o novo modelo de prosperidade individual e liberdade de mercado. Nesse segundo documento, o anticomunismo deixa de ser o tema central e se torna o alicerce não declarado que justifica a agenda neoliberal, e ressignificando direitos trabalhistas e políticas sociais como entraves ao desenvolvimento.

Em 2022, a estratégia de Bolsonaro foi reconfigurada, assumindo um caráter mais implícito e sendo subordinada a uma disputa personalizada contra a figura de Lula, porém sem perder a reverberação anticomunista. O desgaste inerente ao exercício do poder e os resultados de seu governo impuseram a necessidade de uma campanha que não se apoiasse exclusivamente na polarização ideológica de 2018.

A estratégia anticomunista de Bolsonaro se adapta para um novo cenário, marcado pelo desgaste de seu governo e pelo confronto direto com Lula. Em vez de abandonar o anticomunismo, a campanha o ressignificou, articulando-o de forma mais implícita e intrinsecamente ligada a uma pauta religiosa e de costumes. A disputa eleitoral foi, então, cada vez mais representada como uma “guerra espiritual”, na qual o “comunismo” era o mal a ser combatido⁶⁰ para proteger a “pátria” e a “família cristã”.

Dessa forma, o anticomunismo não foi o motor principal e explícito mas um substrato ideológico mobilizado para engajar sua base mais fiel, transformando a rejeição a Lula em uma condição de defesa de valores morais e religiosos.

Para que possamos entender melhor, iremos destacar uma manifestação eleitoral — que

⁶⁰ Bolsonaro chegou a dizer em campanha que Lula era o “capeta que queria impor o comunismo no Brasil”. O discurso será analisado na seção seguinte.

circulou massivamente nas redes sociais e na grande mídia — durante as campanhas para eleições presidenciais de 2022 no Brasil, podemos observar um outdoor de grandes proporções⁶¹, fixado em um edifício, condensa em si uma complexa operação discursiva acerca do tema de investigação proposto.

O objeto de análise⁶², intitulado “VOCÊ DECIDE”, estrutura-se a partir de uma oposição binária entre dois projetos antagônicos, representados, de um lado, pela bandeira do Brasil e, de outro, pelo símbolo da foice e do martelo. Observe:

FIGURA 5 - OUTDOOR EM PORTO ALEGRE - BRASIL VS. “COMUNISMO”



Foto: Reprodução/Redes Sociais

Inserido no contexto de acirrada polarização política e da ressignificação do 7 de setembro como um ato de apoio ao então presidente Jair Bolsonaro⁶³, o outdoor serve como um

⁶¹ Ver mais em: O GLOBO. Outdoors no RS associam, sem provas, comunismo a facção criminosa e são questionados na Justiça. Rio de Janeiro, 14 ago. 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/08/outdoors-no-rs-associam-sem-provas-comunismo-a-facao-criminosa-e-sao-questionados-na-justica.ghtml>>

⁶² É necessário e importante apontar que o material não se trata de uma peça publicitária da campanha oficial de Jair Bolsonaro, mas uma das manifestações de seus apoiadores, sendo endossado pelo então deputado federal pelo PL-SP, Eduardo Bolsonaro, filho de Jair.

⁶³ Ver mais em: “Bolsonaro transforma 7 de setembro em seu maior ato de campanha, ataca a esquerda e pede votos em evento oficial”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 set. 2022. Disponível em:

material privilegiado para a compreensão das estratégias discursivas anticomunistas estiveram presentes e conduziram debates na campanha eleitoral de 2022.

Esse ambiente, onde a simbologia nacional é disputada através de pânico morais e a lógica vigente é de confronto, entrega as condições materiais para que o outdoor produza seus sentidos. O seu conteúdo não se apresenta como um texto isolado, mas um enunciado que se ancora em uma conjuntura específica e em uma forma histórica anticomunista no país, para ter eficácia e produzir sentido.

O outdoor apresentado acima organiza-se a partir de duas colunas que materializam formações discursivas antagônicas. De um lado, sob a bandeira do Brasil, alinha-se um conjunto de termos como “VIDA”, “BANDIDO PRESO”, “VALORES CRISTÃOS”, “LIBERDADE” e “ORDEM E PROGRESSO”. Do outro, sob a foice e o martelo, encontram-se “ABORTO”, “BANDIDO SOLTO”, “IDEOLOGIA DE GÊNERO”, “CENSURA” e “NARCOTRÁFICO”.

A Análise de Discurso entende a formação discursiva como aquilo que, em uma dada conjuntura, determina o que pode e deve ser dito. Neste sentido, Orlandi esclarece que: “[...] os sentidos não estão assim predeterminados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas (Orlandi, 2005, p. 44)”. Ou seja, isso significa que os termos não possuem um significado em si, mas o adquirem a partir da posição que ocupam na formação discursiva. Assim, “VIDA” não significa a vida em seu sentido biológico amplo, mas se opõe diretamente a “ABORTO”, definindo-se como a defesa de uma concepção específica de vida, atrelada a preceitos religiosos. Da mesma forma, “LIBERDADE” se constitui em oposição a “CENSURA”, e “AGRO FORTE” se opõe a um suposto caos representado pelo “MST FORTE”. A estrutura binária, portanto, não apenas apresenta duas opções, mas constrói a identidade do significante de cada polo a partir da negação do outro através de uma lógica maniqueísta que exclui qualquer via de complexidade.

Além disso, a escolha da foice e do martelo como símbolo do lado opositor não é casual, ela funciona como um dispositivo para ativar a memória discursiva do anticomunismo. O discurso não nasce do zero; ele se filia a uma rede de enunciados já ditos, que constituem o interdiscurso, ou seja, a memória do dizer, Orlandi (2005) afirma que:

[...] é porque há o outro nas sociedades e na história, diz M. Pêcheux (1990), correspondente a este outro linguageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes

(Orlandi, 2005, p. 59).

Ao evocar o símbolo comunista, o outdoor se apresenta como um simulacro imagético de uma longa tradição de discursos anticomunistas na história do Brasil, conforme vimos anteriormente com Motta (2020), Bandeira (2017) e Miguel (2018) no capítulo um. Essa memória apresenta o comunismo como uma ameaça à pátria, à família e à propriedade. Segundo Motta (2020):

Para ser eficaz, o registro imagético precisa utilizar e, eventualmente, criar símbolos, que cumprem a função de representar ideias ou argumentos que se pretende divulgar. [...] tornou-se necessário encontrar símbolos que remetesse de forma imediata ao comunismo. Duas soluções — o vermelho e a foice e o martelo — apresentaram-se e o êxito que tiveram como representações simbólicas do comunismo pode ser observado na frequência que foram utilizadas (Motta, 2020, p.116).

A citação acima elucida a função estratégica da simbologia na comunicação política. Para que o discurso anticomunista obtivesse eficácia, tornava-se imperativo o uso de símbolos que remetesse de forma imediata à ideologia combatida. Nesse contexto, a cor vermelha e, notadamente, a foice e o martelo, apresentaram-se como soluções visuais capazes de encapsular e representar os argumentos que se pretendia difundir, como aponta o autor.

O êxito dessas representações simbólicas, observado no momento de sua utilização, reside na sua capacidade de funcionar como um atalho para a memória discursiva. Ao evocar a foice e o martelo e a cor vermelha a proposta do outdoor apresenta diretamente às noções de ameaça à pátria e à propriedade, já estabelecidas no interdiscurso anticomunista dos apoiadores de Bolsonaro⁶⁴. Desse modo, esse relicário de memórias anticomunistas cumpre a função de ativar significantes, conferindo ao registro imagético uma força argumentativa instantânea e de ampla disseminação.

O outdoor, portanto, não precisa explicar o que é o comunismo, ele apenas evoca um espectro já presente no imaginário social brasileiro, contando que a memória associada a esse símbolo fará o trabalho de preencher o sentido. O efeito é a produção de evidência: a ameaça comunista é apresentada através de construção discursiva como um perigo real e iminente, que justifica a tomada de uma posição radical.

O enunciado “VOCÊ DECIDE”, que coroa o outdoor, é o mecanismo final da interpelação ideológica. A ideologia funciona pelo apagamento de sua própria existência, produzindo a evidência de que os sentidos são naturais e as escolhas, livres. Orlandi apresenta que: “[...] a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos

⁶⁴ Essa dimensão foi discutida de forma mais ampla no capítulo dois.

sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer (Orlandi, 2005, p. 46)”. Ao dizer “VOCÊ DECIDE”, o discurso interpela o indivíduo a se tornar sujeito de sua escolha. Contudo, essa escolha já está pré-determinada pela própria estrutura do outdoor. O indivíduo é levado a se identificar com uma das duas posições.

Ao escolher o lado da bandeira do Brasil, ele se reconhece na posição de “cidadão de bem”, defensor da pátria, da família e dos valores cristãos, e sua decisão confirma a ideologia que o constituiu. A ilusão de autonomia é fundamental para a eficácia ideológica. Como afirma Orlandi (2005):

Submetendo o sujeito mas ao mesmo tempo apresentando-o como livre e responsável, o assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade. Na transparência da linguagem, é a ideologia que fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito (Orlandi, 2005, p. 51).

Ou seja, o sujeito tem a impressão de que está fazendo uma escolha racional e, na verdade, está apenas se inscrevendo em uma posição já estabelecida pela formação discursiva dominante. A estrutura apresentada no outdoor em Porto Alegre não aparece de forma isolada. Segundo notícia apresentada pelo site Poder360, ao menos mais três peças publicitárias em formato de outdoor utilizavam do mesmo mecanismo de ataque ao comunismo em favor a campanha de Bolsonaro, observe nas figuras abaixo:

FIGURA 6 - OUTDOORS EM CHAPECÓ (SC) E PARANAÍ (PR)



Imagem: Poder 360

Em suma, a análise demonstra que sua estrutura não se limita a apresentar duas propostas políticas antagônicas, mas opera como um sofisticado dispositivo ideológico que atua na produção de um consentimento pré-orientado. Ao articular uma oposição binária e maniqueísta, mobilizar a memória discursiva do anticomunismo e interpelar o indivíduo como um sujeito supostamente livre para decidir, o discurso do outdoor oculta as determinações materiais e históricas que constituem o antagonismo político. Segundo Herédias (2021):

É nesse sentido que se constroem narrativas baseadas em dicotomias como

comunismo/totalitarismo x liberalismo/democracia, que possibilitam, inclusive, o apoio a políticas excludentes e a líderes e governos antidemocráticos em nome de uma pretensa defesa da “liberdade” em oposição às “tirantias” comunistas. Esse falso binarismo continua a perpassar o anticomunismo contemporâneo, em teses como as de William Lind (2008), que sugere que “marxismo econômico” e “marxismo cultural” seriam “ideologias totalitárias” por desejarem impor uma sociedade sem hierarquias, implementada por um Estado centralizador e controlador (Herédias, 2021, p.127).

Dessa forma, a luta de classes e os interesses concretos em disputa são transfigurados em uma escolha de ordem moral e individual, na qual a adesão à formação discursiva dominante é apresentada não como um ato de submissão ideológica, mas como a única decisão racional e legítima.

A eficácia desse mecanismo de interpelação ideológica, analisada nos outdoors, encontrou sua materialização histórica mais contundente na disputa eleitoral em 2022 no Brasil. Nesse cenário, a análise transcende o objeto particular e se volta para a conjuntura na qual a luta de classes se manifestou de forma aberta, revelando as consequências concretas da produção de sentido na arena política.

A corrida eleitoral para a presidência em 2022 representou um momento de agudo confronto político e ideológico, no qual o anticomunismo foi reativado por Bolsonaro como um dos principais eixos discursivos para mobilizar sua base e atacar a candidatura de Lula. Contudo, a análise das dinâmicas da campanha revela que a eficácia dessa ofensiva ideológica não se limitou à sua capacidade de aglutinar as forças reacionárias.

Diante dessa conjuntura material e ideológica, a campanha de Lula, estruturada em 2022 em torno de uma frente ampla que inclui setores de centro-direita, adotou uma postura defensiva no campo simbólico⁶⁵. A mudança de cor foi uma das expressões mais visíveis dessa tática. A substituição do vermelho, pelo branco, cor associada à paz, atendeu a um conselho da então senadora Simone Tebet⁶⁶, que, após apoiar Lula no segundo turno, recomendou “tirar o vermelho da rua” para não assustar eleitores de perfil mais conservador.

Este recuo estratégico pode ser compreendido como uma concessão no campo da luta pela hegemonia, nos termos de Gramsci: “[...] a supremacia de um grupo social se manifesta

⁶⁵ A adaptação da imagem de Lula para diferentes conjunturas eleitorais não constitui uma novidade. Este fenômeno, observado ao longo de suas campanhas presidenciais desde 1989, já foi objeto de análise acadêmica por Silva e Boni (2005) e Rodrigues e Pérez-Nebra (2007), que examinaram as transformações na sua apresentação pública, desde a imagem de líder sindical radical até a construção de uma figura mais moderada e palatável a um eleitorado mais amplo, como na campanha de 2002, que cunhou o slogan “Lulinha paz e amor”.

⁶⁶ Ver mais em: NIKLAS, Jan; FRANCO, Bernardo Mello; SABÓIA, Gabriel. Campanha de Lula substitui tradicional vermelho pela cor branca na tentativa de reduzir rejeição. O Globo, Rio de Janeiro, 13 out. 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/campanha-de-lula-substitui-tradicional-vermelho-pela-cor-branca-na-tentativa-de-reduzir-rejeicao.ghml>>. Acesso em: 15 out. 2025.

em dois modos, como “domínio” e como “direção moral e intelectual” (Gramsci, 2002, p. 62)”.

O pensador italiano a define fundamentalmente como “direção moral e intelectual”, ou seja, a capacidade de uma classe conduzir a sociedade não apenas pela força, mas pela construção de consenso e pela imposição de sua visão de mundo. Em vez de disputar o significado do vermelho, ressignificando-o como a cor historicamente associada a luta por direitos e justiça social, a campanha optou por contornar o conflito, aceitando os termos impostos pelo discurso dominante. Segundo Motta: “A cor vermelha, evidentemente, também se prestou a simbolizar o comunismo. Cor da revolução, o vermelho permitia à direita associar seus inimigos à imagem da violência [...]” (Motta, 2020, p. 117).

A decisão revela uma correlação de forças desfavorável, na qual a capacidade da ideologia anticomunista de moldar a percepção de massas era vista como um obstáculo intransponível a curto prazo. A autocensura de imagem surge, assim, como um sintoma da hegemonia adversária, uma ação que, embora visando um ganho tático-eleitoral, implicou um custo estratégico no plano da identidade e da afirmação ideológica.

A campanha, portanto, abdicou de seu mais forte símbolo em uma tentativa de se desvincular da imagem que seus adversários construíram. O adversário de Bolsonaro, para se defender do anticomunismo, acaba por praticá-lo em uma medida sutil. Ao internalizar o medo dos símbolos, ela reproduz a lógica que a criminaliza. O fenômeno demonstra que o anticomunismo não é apenas um discurso proferido pela direita, mas uma força social estruturante que impõe condições, gera reações e força recuos mesmo em seus alvos.

A análise da campanha de 2022, sob essa ótica, oferece uma lição sobre a natureza da dominação ideológica: ela não se sustenta apenas pela coerção ou pela propaganda explícita, mas também pela sua capacidade de pautar as ações e os símbolos daqueles que a ela se opõem, forçando-os a se posicionar em um terreno simbólico minado por uma agenda política já estabelecida.

A decisão estratégica de substituir o tradicional vermelho do PT na figura de Lula, pela cor branca, sob a justificativa de reduzir a rejeição, expõe uma forma de anticomunismo internalizado, no qual a esquerda cede preventivamente a uma narrativa que a estigmatiza, revelando as complexas contradições da luta pela hegemonia em um momento adverso, porém se apresentou eficaz nesse contexto⁶⁷.

A análise conjunta das duas situações apresentadas — a o outdoor de apoiadores com a

⁶⁷ Lula venceu a eleição presidencial brasileira de 2022 com 50,90% dos votos válidos no segundo turno, conforme dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

propaganda anticomunista explícita e a subsequente retração simbólica da campanha da esquerda petista — embora não possamos fazer ligação direta entre ambos, revela a profundidade e a eficácia do anticomunismo como uma costura estruturante no tecido político brasileiro no contexto das eleições de 2022.

De um lado, a peça publicitária dos apoiadores de Bolsonaro materializa a ofensiva anticomunista, reativando uma memória discursiva de medo e pânico moral para construir um inimigo absoluto e apresentar a disputa eleitoral como uma luta existencial entre a nação e o caos. Essa estratégia não apenas mobiliza a base reacionária, mas, fundamentalmente, impõe os termos do debate. Por outro lado, a resposta da campanha de Lula, ao abandonar a cor vermelha, ilustra a internalização dessa mesma lógica. Trata-se de um recuo tático que, no entanto, representa uma concessão estratégica no campo da luta simbólica. Ao ceder à premissa de que seus símbolos são intrinsecamente ameaçadores, a esquerda legitima tacitamente o enquadramento do adversário.

Podemos então considerar que o poder do anticomunismo não reside apenas em sua capacidade de ataque, mas também em sua habilidade de pautar as ações e limitar o repertório simbólico de seus oponentes, forçando-os a atuar em um determinado campo discursivo definindo a agenda política.

Portanto, as duas situações, lidas em conjunto, demonstram que o anticomunismo operou não apenas como um discurso de propaganda, mas como um mecanismo de poder que moldou tanto a ofensiva da direita quanto a defensiva da esquerda, revelando sua centralidade na manutenção da ordem hegemônica conservadora.

O que o conteúdo analisado revela não é um episódio isolado de polarização, é mais uma manifestação concreta do anticomunismo como uma força estruturante e um instrumento de dominação ideológica — cuja gênese e persistência no Brasil foram demonstradas anteriormente nesta investigação.

A ofensiva explícita da direita e a retração da esquerda não são fenômenos contraditórios, mas duas faces da mesma moeda hegemônica. Elas revelam, em conjunto, a eficácia do anticomunismo como um instrumento que não apenas serve para demonizar o adversário, mas para disciplinar todo o espectro político, reforçando as fronteiras do que é dizível, pensável e, em última instância, possível dentro da ordem vigente.

A intensificação da guerra cultural durante os períodos eleitorais opera como uma estratégia deliberada de mobilização e polarização, transformando o debate público em uma arena de confronto ideológico. Conforme apontam estudos recentes: “o antagonismo político-

social geralmente estimulado pelas campanhas teria passado a se estender para além das eleições, em um processo que foi se intensificando de 2018 a 2023” (Nunes; Traumann, 2023, p. 26), transformando o posicionamento político de cada indivíduo em parte constituinte de sua identidade.

A guerra cultural, nesse sentido, não é apenas uma disputa por valores abstratos, mas uma luta concreta pela definição das condições materiais de existência. Quando o discurso bolsonarista mobiliza o medo do comunismo, ele não está apenas evocando fantasmas do passado, mas articulando ansiedades presentes relacionadas à segurança econômica, à ordem social e à identidade nacional.

3.2 - A reverberação do espectro vermelho: o discurso anticomunista de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022

Como vimos na seção anterior, o contexto histórico é o das eleições presidenciais de 2022, um momento de alto conflito e radicalização política. O sujeito que enuncia os discursos que serão analisados a seguir, Jair Bolsonaro, ocupa a posição de presidente da República e era candidato à reeleição, o que, além disso lhe conferia autoridade institucional para falar.

Todo dizer é histórico. Suas significações são determinadas pelas condições em que ele é produzido, para Orlandi: “O dizer está, pois, ligado às suas condições de produção. Há um vínculo constitutivo ligando o dizer com a sua exterioridade” (Orlandi, 2005, p. 11). Então, discurso anticomunista de Bolsonaro nas eleições de 2022 surge em condições complexas e multifacetadas que envolve contexto o sócio-histórico imediato, os sujeitos e a memória discursiva que é mobilizada.

A capilaridade do discurso anticomunista de Bolsonaro durante aquela campanha eleitoral é um elemento fundamental para a compreensão da força e de enraizamento desse mecanismo no cenário político brasileiro. Longe de se restringir a um único canal ou formato, essa narrativa anticomunista foi estrategicamente disseminada em múltiplas dimensões por Bolsonaro, alcançando diferentes públicos e consolidando-se como um pilar de sua identidade política.

Nos discursos de campanha articulados em múltiplas plataformas de comunicação, Bolsonaro ventilava o anticomunismo de forma direta e potente, abrindo possibilidades para sua base e reforçando a imagem de um líder que denunciava e lutava contra um inimigo histórico da nação.

Em entrevistas a podcasts⁶⁸, o tom era frequentemente mais didático, buscando traduzir a complexa ameaça comunista para um público mais amplo e menos politizado. Nas redes sociais, o discurso anticomunista contaminou as redes por meio de memes, vídeos curtos e publicações virais, a campanha construiu uma narrativa simplificada e maniqueísta, na qual o comunismo era apresentado como um mal absoluto a ser combatido a qualquer custo. A velocidade e o alcance das redes sociais permitiram que essa mensagem chegasse a milhões de eleitores, muitas vezes sem o contraponto da mídia tradicional.

Essa estratégia multidimensional foi crucial para a amplificação do discurso anticomunista. Ao ocupar diferentes espaços e adaptar a sua linguagem a cada um deles, a campanha de Bolsonaro conseguiu criar um vácuo no qual a ameaça comunista era constantemente reafirmada e validada. Para um segmento significativo do eleitorado, o anticomunismo deixou de ser apenas uma bandeira política para se tornar uma lente através da qual a realidade era interpretada, uma força que moldava a sua percepção sobre o mundo e o seu lugar nele.

A reativação da memória anticomunista por parte de Bolsonaro novamente não ocorre de forma aleatória, mas em um momento estratégico da campanha eleitoral. Em agosto de 2022, as pesquisas eleitorais indicavam um cenário de acirrada disputa entre Bolsonaro e Lula, com Lula liderando as intenções de voto⁶⁹. Nesse contexto, o discurso anticomunista funcionou como uma tentativa de mobilizar o eleitorado conservador e de criar uma barreira simbólica intransponível entre os dois projetos políticos.

A publicação que será analisada a seguir insere-se, portanto, em uma conjuntura eleitoral, na qual o recurso a memórias de ameaça e medo torna-se uma estratégia de sobrevivência política. Observe na figura abaixo:

FIGURA 7 - CAPTURA DE TELA NO FACEBOOK DE JAIR BOLSONARO (2)

⁶⁸ Quando utilizamos o termo “podcasts” não estamos restringindo as entrevistas em áudio, o nome “podcast” tem sido utilizado para rotular as entrevistas em mesa, com áudio e imagem, como exemplo o Flow Podcast, Inteligência Ltda, dentre outros.

⁶⁹ Segundo o instituto Datafolha, Luiz Inácio Lula da Silva alcança 47 % das intenções de voto enquanto Jair Bolsonaro soma 32 %.Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/noticia/2022/08/18/datafolha-lula-tem-47percent-e-bolsonaro-tem-32percent.ghtml>. Acesso em: 29/Out de 2025.

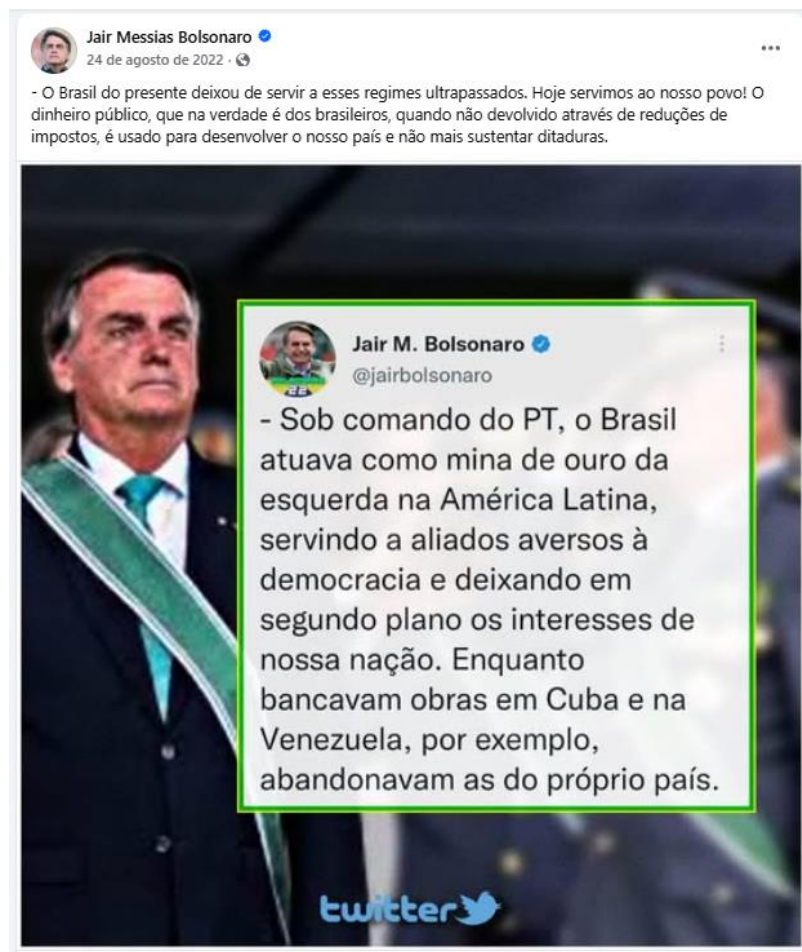


Imagem: Reprodução Facebook

O material da produção do discurso é a rede social Facebook, que, junto com o Twitter/X — de onde o print foi retirado para reprodução na rede social —, constitui o ecossistema midiático privilegiado pelo bolsonarismo. Essas plataformas não são meros canais de transmissão, mas moldam a própria forma e o conteúdo do discurso. Elas favorecem a linguagem assertiva, a polarização e a rápida circulação de conteúdos, potencializando a formação de bolhas ideológicas e a disseminação de narrativas simplificadas.

As redes sociais nas eleições de 2022 foram investigadas por Pimenta (2024), que analisou a desinformação como estratégia política; Festugato e Sabrina (2024) analisaram como se deu o enfrentamento à desinformação pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no campo judicial, nas eleições de 2022. Pinto e Figueira (2025), compararam padrões de uso entre candidatos; e Ramos, Almada e Pereira (2024), monitoraram as principais plataformas digitais, dentre outros autores. Esses estudos demonstram que as redes sociais operaram como espaços de disputa ideológica, mediando narrativas políticas e influenciando a mobilização eleitoral.

Em estudo de análise de conteúdo da desinformação política disseminada por Jair

Bolsonaro no Twitter/X, Nemer (2022) apresenta o termo câmaras de eco, que são:

[...] o que pode acontecer quando as pessoas são superexpostas a notícias de que gostam ou com as quais concordam, distorcendo potencialmente sua percepção da realidade porque veem muito de um lado e pouco do outro, e começam a pensar que talvez a realidade seja assim (Nemer, 2022, p. 150).

Além disso, essa arquitetura da desinformação é sustentada por uma “infraestrutura humana” (Nemer, 2022, p. 151) que se organiza para criar e disseminar conteúdo e consolidar a narrativa dominante entre seus apoiadores.

A própria estrutura do post – uma imagem (foto de Bolsonaro com a faixa presidencial) sobreposta por um texto curto e um print de outro post – é característica da linguagem fragmentada e imagética das redes, que busca o engajamento rápido e a viralização.

Essa estrutura de disseminação, sustentada tanto pela arquitetura das plataformas quanto pela ação de uma militância organizada, através de *think-thanks* da extrema-direita, organização nas redes sociais, etc. não é um fim em si mesma, mas o veículo para a propaganda ostensiva de um conteúdo ideológico específico que constitui um dos núcleos do discurso de Jair Bolsonaro: o anticomunismo. A lógica das redes sociais, com sua preferência pelo fragmentário, pelo apelo emocional e pela polarização, entrega o campo ideal para a rearticulação de um discurso que se alimenta o engajamento através de binarismos simplificadores, como “nós contra o velho”, “o verde e amarelo contra o vermelho”. Nesse sentido, a análise das postagens é fundamental para compreender como essa ideologia se materializa discursivamente.

O enunciado principal do post apresentado acima, “O Brasil do presente deixou de servir a esses regimes ultrapassados”, estabelece uma ruptura temporal e política. O “presente” sob o seu comando é apresentado como um momento de redenção e soberania nacional, em oposição a um passado de submissão. A escolha do adjetivo “ultrapassados” para qualificar os “regimes” de esquerda não é neutra; ela os posiciona como anacrônicos, como resquícios de um tempo que já deveria ter sido superado, reforçando a ideia de que o projeto bolsonarista representa o progresso e a modernidade.

Ao focar nas “obras em Cuba e na Venezuela”, o discurso de Bolsonaro silencia deliberadamente as diversas políticas sociais e de desenvolvimento implementadas pelos governos do PT — fortemente associado a regimes comunistas pela extrema-direita — no Brasil⁷⁰. Esse silenciamento não é um esquecimento, mas uma estratégia política para construir

⁷⁰ Nesse contexto, autores como Marques, Ximenes e Ugino (2018) debatem as políticas sociais dos governos Lula e Dilma, demonstrando que o Bolsa Família retirou 36 milhões de brasileiros da extrema pobreza entre 2003-

uma imagem unilateral e negativa do adversário. Conforme aponta Herédias (2021):

Se, nas ondas anteriores, já havia a projeção de que os regimes comunistas eram contrários à democracia, imersos em pobreza e violências de Estado, ainda que fosse, por vezes, difícil questionar a sua prosperidade econômica e, menos ainda, determinar como seria o seu futuro, atualmente vincula-se comunismo a países “fracassados”, “antidemocráticos”, “pobres”, que serviriam de exemplo para o que o Brasil não gostaria de ser, como Venezuela e Cuba (Herédias, 2021, p. 94).

Além disso, o que não é dito — os programas de combate à pobreza, a expansão do acesso à educação, os investimentos em infraestrutura nacional, por exemplo — é tão importante quanto o que é dito para a produção dos efeitos de sentido desejados. O silenciamento é outro mecanismo discursivo poderoso em operação. Segundo Orlandi (2005):

Vale lembrar que há outra forma de se trabalhar o não-dito na análise de discurso. Trata-se do silêncio (E. Orlandi, 1993). Este pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. É o silêncio como horizonte, como iminência de sentido. Esta é uma das formas de silêncio, a que chamamos silêncio fundador: silêncio que indica que o sentido pode sempre ser outro. Mas há outras formas de silêncio que atravessam as palavras, que “falam” por elas, que as calam (Orlandi, 2005, p. 83).

A operação do silenciamento revela-se ainda mais complexa quando consideramos que o discurso anticomunista de Bolsonaro não apenas omite informações, mas ativamente produz um apagamento da história. Ao reinterpretar essas ações como “servir a regimes ultrapassados”, o discurso inverte o sentido original das políticas, transformando uma estratégia de projeção de poder em submissão.

Essa mesma matriz discursiva, forjada e disseminada incessantemente no ambiente digital, transborda e se materializa de forma performática nos eventos da campanha eleitoral, como será observado nos discursos a seguir.

Ao levantar os dados da investigação em sites da grande mídia⁷¹, identificamos a ocorrência de 12 discursos anticomunistas distintos, proferidos por Bolsonaro em eventos únicos, desconsiderando-se as repetições de um mesmo pronunciamento em diferentes fontes de notícias para a mesma data e local. Esses discursos foram registrados em 6 unidades federativas diferentes, sendo elas: Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Paraná,

2015, o Mais Médicos ampliou o acesso à saúde em municípios do interior através de 10 mil médicos cubanos, e o ProUni concedeu 2 milhões de bolsas em instituições privadas. Contudo, autores como Behring (2016) e Pochmann argumentam criticamente que essas políticas funcionam como mecanismos compensatórios que atenuam, sem eliminar, as contradições do capitalismo, mantendo a população em dependência estatal.

⁷¹ Foram selecionadas as reportagens em que Bolsonaro proferiu discursos abertamente anticomunistas, onde a filtragem priorizou momentos em que a palavra “comunismo” foi instrumentalizada durante o discurso de campanha. Embora os discursos não representem a totalidade e postura anticomunista do candidato, eles apresentam sua visão geral sobre o tema. A expressão “grande mídia” se refere aos maiores portais de notícias brasileiros.

São Paulo e Rio de Janeiro durante a corrida eleitoral de 2022.

A análise comparativa dos discursos proferidos nas diferentes localidades revela a existência de um núcleo discursivo comum que perpassa todos os estados, evidenciando uma estratégia comunicacional centralizada e padronizada. O elemento mais significativo dessa homogeneidade é a presença sistemática do ritual religioso matinal em todas as localidades, sem exceção: os discursos apresentam a narrativa do ato de ajoelhar-se e rezar um Pai Nosso como prática cotidiana⁷².

A ancoragem do anticomunismo em elementos religiosos não é uma novidade apresentada por Jair Bolsonaro, como vimos nos capítulos anteriores, parte da igreja católica inclusive operou abertamente contra o comunismo. Conforme demonstra Rodeghero (2002): “[...] o anticomunismo católico no Brasil se organizava a partir da infraestrutura já existente na Igreja e se beneficiava das boas relações que a hierarquia mantinha com governos e grupos dominantes (Rodeghero, 2002, p. 420)”

Essa repetição não pode ser compreendida como mera coincidência retórica, mas sim como estratégia deliberada de construção de uma imagem pública que articula religiosidade e anticomunismo em forma de discurso, observe a semelhança:

No dia 06 de julho de 2022, em Brasília (DF), Bolsonaro discursa:

Devidamente autorizado [pelo padre], **elevo pensamento a Deus e peço a ele que o nosso povo não experimente as dores do comunismo**. Então, rezo um Pai Nosso e nesse Pai Nosso eu peço a Ele mais que sabedoria, eu peço forças para resistir e coragem para decidir. Eu digo a todos vocês: eu não mais peço isso a ele, porque ele já me deu. E eu agradeço pela força, pela coragem e pela sabedoria. Peço agora a Deus que não seja preciso usar tudo isso em defesa da nossa pátria. Mais do que jurar a vida pela pátria, eu juro também dar a vida pela nossa liberdade. Obrigado a Deus pela segunda vida e muito obrigado, Deus, pela difícil missão que me deu em ser o chefe dessa nação (Bolsonaro, 2022, s/p, grifos meus)

Dias depois, em 16 de julho, durante discurso em Natal (RN), Bolsonaro reitera:

Tudo para nós é ensinamento. Nada tememos, nem a morte - a não ser a morte eterna. Isso nos leva aos mártires que nos ajudam a solidificar a nossa fé. Toda manhã me levanto e faço algo que me dá forças para vencer: **rezo um Pai Nosso e peço a Deus que o nosso povo, vocês, brasileiros, não experimentem as dores do comunismo** (Bolsonaro, 2022, s/p, grifos meus).

Em 24 de julho, no Rio de Janeiro (RJ), ele afirma novamente:

Todo dia, quando me levanto, eu tenho uma rotina. **Dobro meus joelhos e rezo um**

⁷² Analisando esse contexto, os estudos de Lacerda (2022) e Côrtes (2021), demonstram que evangélicos pentecostais constituem uma base política significativa para o bolsonarismo, com Lacerda identificando a retórica anticomunista como traço de continuidade entre o apoio evangélico ao regime militar (1964-1985) e o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro (2018-2022), enquanto Côrtes analisa o pentecostalismo e o bolsonarismo como expressões de uma "revolta dos bastardos" que compartilham dimensões autoritárias e neoliberais.

Pai Nosso. Peço que o povo brasileiro nunca experimente as dores do comunismo. Peço força para resistir e coragem para decidir. Por vezes, tento entender como cheguei até aqui. Neste país, quando acreditamos, os nossos sonhos tornam-se realidade (Bolsonaro, 2022, s/p, grifos meus).

Na sequência, em 30 de julho, durante aparição pública em São Paulo (SP), Bolsonaro novamente diz:

Todos os dias, prezada imprensa brasileira, **quando me levanto, eu dobro os joelhos, rezo um pai nosso e peço a Deus que nosso povo não experimente as dores do comunismo**, o que está em jogo na nossa pátria, o que está em jogo no mundo, é uma nova ordem, é uma nova forma de mandar no povo, e não de comandar (Bolsonaro, 2022, s/p, grifos meus).

Ainda em 14 de outubro, em discurso proferido em Duque de Caxias (RJ), Bolsonaro acrescentou:

Rezo um pai nosso e peço a Deus que nós, vocês, povo brasileiro, não experimente as dores do comunismo, olhem nossos irmãos venezuelanos, o país mais rico do mundo em petróleo e o povo mais pobre que o povo haitiano (Bolsonaro, 2022, s/p, grifos meus).

Por fim, no mesmo dia, em Campo Grande (RJ) o presidente reafirmou sua posição ao dizer:

Sou católico, minha esposa é evangélica, vivemos muito bem graças a deus [...] todo dia pela manhã, dobro meu joelho, **rezo um pai nosso e peço a Deus que esse meu povo brasileiro, não experimente as dores do comunismo**, a nossa bandeira é verde e amarela, a nossa destinação é viver em liberdade (Bolsonaro, 2022, s/p, grifos meus)

A formação discursiva religiosa conservadora organiza o discurso em torno de uma batalha espiritual, dividindo o mundo entre as forças do bem (Deus, pátria, família) e as do mal (comunismo, ateísmo). Ao se posicionar como “católico” cuja esposa é “evangélica”, Bolsonaro constrói um *ethos*⁷³ ecumênico que busca unificar diferentes vertentes do cristianismo conservador. A sua autoridade não emana da Constituição, mas de uma “difícil missão” dada por Deus, o que sacraliza sua figura e sua atuação política. A expressão “dores do comunismo” constitui um elemento de homogeneidade discursiva que atravessa todas as localidades. Nos eventos documentados, essa formulação específica aparece de forma literal ou com variações mínimas, funcionando como um marcador ideológico que associa o comunismo ao sofrimento coletivo. Essa repetição sistemática opera como mecanismo de fixação semântica, buscando naturalizar a associação entre comunismo e dor na consciência do eleitorado.

⁷³ A construção da identidade e imagem do falante ou escritor através do próprio discurso, mostrando suas qualidades e intenções.

Se para Orlandi, uma formação discursiva: “[...] se define como aquilo que numa formação ideológica dada — ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada — determina o que pode e deve ser dito (Orlandi, 2005, p.43)”, podemos dizer que os discursos de Bolsonaro apresentados acima são um ponto de intersecção de múltiplas formações discursivas que se articulam para produzir um sentido específico.

Interligado a isso, se apresenta a formação discursiva nacionalista, que evoca a memória do discurso militar de defesa da pátria contra inimigos. Frases como “juro também dar a vida pela nossa liberdade” e a apropriação de símbolos como a “bandeira verde e amarela” inscreve o discurso em uma tradição que concebe a nação como um corpo a ser protegido de ameaças, justificando a necessidade de ser salvo por um líder escolhido, em seus sacrifícios matinais.

Por fim, a terceira formação discursiva que aglutina esse espectro é o discurso puramente anticomunista que funciona como o grande articulador de sentidos. O “comunismo” não é um conceito político-econômico, mas um significante que condensa todos os medos e valores negativos: a perda da fé, a destruição da nação e a opressão. É a ameaça do “inimigo comunista” que justifica a missão divina e a defesa autoritária da pátria⁷⁴ através de Bolsonaro, movimento semelhante ao que identificamos nos capítulos anteriores.

A construção maniqueísta da realidade política, estruturada na dicotomia bem versus mal, também perpassa as diferentes localidades, embora com intensidades variadas. No Distrito Federal, essa oposição aparece de forma explícita no discurso quando se menciona “uma luta do bem contra o mal”.

Em Sorocaba (SP), no dia 13 de Setembro, a caracterização atinge seu ponto mais radical no discurso de treze de setembro, com a referência ao “capeta pela frente, que quer impor o comunismo” ao citar indiretamente Lula. Observe:

Eu agradeço a Deus pela minha segunda vida. Agradeço a ele também pela missão que ele me deu, me colocar na Presidência da República. **Temos o mal pela frente. O capeta pela frente, que quer impor o comunismo no nosso Brasil.** Uma pessoa que foi liderança mundial em corrupção. Uma pessoa que nada deixou de bom para o nosso país (Bolsonaro, 2022, s/p, grifos meus).

Essa escalada na radicalização do discurso maniqueísta sugere então que houve uma intensificação estratégica à medida que a campanha avançava em direção ao pleito eleitoral.

A construção da imagem do adversário “comunista” associada a elementos religiosos e figuras demoníacas não é uma novidade no escopo discursivo da retórica anticomunista,

⁷⁴ Esse movimento também ocorre na justificativa do golpe de 64, conforme demonstramos nos capítulos anteriores.

conforme aponta Motta (2020):

As representações que relacionavam o comunismo à figura do demônio, recurso utilizado com bastante frequência [...] também apareceram na forma de registros gráficos, embora com menor incidência. O recurso à demonização foi mais comum no discurso verbal que na iconografia (Motta, 2020, p.117).

No contexto da corrida eleitoral de 2022 o adversário político, Lula, é retirado do campo da política — através do discurso anticomunista de Bolsonaro — onde as divergências são legítimas e é lançado no campo da moralidade e da religião. A disputa eleitoral se transfigura em uma batalha escatológica entre o bem e o mal, entre o que é divino e o “capeta”. Essa operação discursiva interdita a possibilidade de um debate racional sobre projetos políticos distintos e converte o outro em inimigo absoluto, cuja existência mesma representa uma ameaça à ordem, retomando as matizes apresentadas no capítulo um.

Para o discurso, conforme demonstra Orlandi: “[...] não há realidade sem ideologia.” (Orlandi, 2005, p. 48), pois a ideologia constitui a própria relação entre linguagem e mundo. O discurso anticomunista de Bolsonaro materializa, nesse sentido, uma ideologia autoritária que recusa o pluralismo e a democracia.

As falas de Bolsonaro em entrevista ao podcast “Inteligência Ltda.”⁷⁵, transmitida em outubro de 2022 no Youtube, revela a persistência e a sofisticação do anticomunismo como dispositivo discursivo, que mobiliza memórias históricas, constrói inimigos imaginários e naturaliza relações de poder. No momento da realização desta investigação, o episódio possui mais de 19 milhões de visualizações. As declarações de Bolsonaro sobre a esquerda brasileira, Cuba e Venezuela se inscrevem em uma formação discursiva específica que determina o que pode ser dito a partir de uma determinada posição ideológica.

Ao ser questionado pelo apresentador do programa, Rogério Vilela, sobre o seu começo e posterior projeção na política, Bolsonaro apresenta um contexto de ataque aos militares e confusões no parlamento e dispara:

Eles achavam que o que eu falava era antidemocrático, que atentava contra a democracia, esse pessoal de esquerda que era mais do que inspirado, era treinado em países como Cuba e pra vir pra dentro do Brasil aqui em democracia (Bolsonaro, 2022, s/p).

Quando Bolsonaro afirma que o “pessoal de esquerda era mais do que inspirado, era treinado em países como Cuba”⁷⁶, o objetivo não reside em apenas contar uma história, mas em

⁷⁵ Inteligência Ltda. é o nome de um videocast de entrevistas e debates, transmitido no YouTube e apresentado por Rogério Vilela.

⁷⁶ O trecho pode ser visto na íntegra na minutagem 29:00 do programa, no YouTube.

mobilizar uma memória discursiva de períodos em que o anticomunismo serviu como justificativa para a repressão política e a supressão das liberdades democráticas. Além disso, ao evocar a imagem de militantes “treinados em Cuba”, ele reativa um interdiscurso que associa a esquerda à subversão, à conspiração e à ameaça externa, produzindo um efeito de sentido que converte o comunismo em perigo à soberania nacional. Motta (2020) demonstra que:

Outro aspecto conveniente da caracterização do comunismo como inimigo da pátria é que ela facilitava e encorajava a formação de frentes anticomunistas. Se os revolucionários ameaçavam a integridade do País, todo bom patriota brasileiro deveria sentir-se na obrigação de repudiá-los [...] (Motta, 2020, p.61)

A referência a Cuba, portanto, não é um elemento factual, mas um significante estratégico que condensa e reativa um interdiscurso de ameaça externa e subversão. Tal mecanismo, como apontado por Motta na citação acima, é fundamental para forjar alianças e justificar a neutralização de adversários políticos, que são transfigurados de opositores legítimos em perigos à soberania nacional.

Dessa forma, o discurso anticomunista cumpre uma função material precisa: ele naturaliza as relações de poder existentes, apresentando a hegemonia de um grupo específico não como uma construção política e histórica, mas como uma necessidade imperativa para a sobrevivência da nação. A ideologia, nesse sentido, opera para obscurecer as contradições sociais e consolidar um consenso que marginaliza e deslegitima qualquer projeto político alternativo, garantindo que a estrutura de dominação permaneça intacta e incontestada.

O alerta para a necessidade de defesa nacional é reiterado por Bolsonaro na entrevista. Quando questionado pelo apresentador⁷⁷ sobre as “rachadinhas”⁷⁸, o então candidato contra ataca e diz que todos os processos “morreram” muda de assunto para falar de “rachadona”⁷⁹ reativando sua retórica anticomunista associado ao PT, observe:

No governo PT, tivemos o programa mais médicos cubanos, ganhavam 12 mil por mês, ficavam com 2 e meio e os 9 e meio iam para Fidel Castro, parte dessa grana, com toda certeza, não tenho provas, mas com toda certeza, voltava pra cá. Era um contrato que rendia mais de 1 bilhão por ano para a ditadura Cubana (Bolsonaro, 2022, s/p).

A resposta de Bolsonaro vem com disparos diretos contra a corrupção do PT que

⁷⁷ O trecho pode ser visto na íntegra na minutagem 2:24:50 do programa, no YouTube.

⁷⁸ “Rachadinha” é um apelido brasileiro para um tipo de desvio de dinheiro público feito dentro de gabinetes políticos: alguém recebe um salário oficial, mas depois “racha” (divide) esse salário e devolve uma parte para o político que o contratou.

⁷⁹ Veja mais: “Boato de rachadinha no programa Mais Médicos tem PT como alvo”, O Estado de S. Paulo”, disponível em: https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/boato-de-rachadinha-no-programa-mais-medicos-tem-pt-como-alvo/?srsltid=AfmBOoqG_rKr4CD2SuT3PbZEHFWMljlPvXoUBRYJZhniq8l3EpWD965. Acesso em: 10/Nov de 2025

ricocheteiam em Cuba, fazendo associações falsas com o objetivo não somente de deslegitimar o programa Mais Médicos através de uma falácia, mas também conectar o discurso anticorrupção à experiência Cubana e na figura de Fidel Castro. Por mais que essa afirmação já tenha se provado falsa, o interessante para nossa análise perceber que o objetivo dessa articulação discursiva não consiste na apresentação ou no efeito da comprovação ou não do fato em si, mas de como ele é utilizado e transfigurado através do discurso anticomunista para reforçar a necessidade de combater qualquer ligação as experiências socialistas, como no caso apresentado, a experiência cubana de Fidel.

A análise do discurso anticomunista de Bolsonaro, até então focada em sua entrevista ao podcast Inteligência Ltda., revela a articulação de uma memória discursiva que associa a esquerda à subversão e à ameaça externa, cumprindo a função material de naturalizar as relações de poder e deslegitimar projetos políticos alternativos reforçando o paralelo com as justificativas anticomunistas do golpe de 64, onde, segundo Motta (2020): “[...] apontava-se no ideário comunista um mero pretexto, que servia para encobrir o interesse de potências estrangeiras em dominar o Brasil (Motta, 2020, p. 81).”

A transição de um ambiente de mídia digital, como o podcast, para um formato tradicional de massa, como a televisão, não diminui a relevância da análise; pelo contrário, a intensifica. Embora as redes sociais tenham reconfigurado a comunicação política, a televisão mantém um papel dominante na capacidade de influenciar o voto. Eventos como o debate na Rede Globo são considerados historicamente o auge da exposição de um candidato, uma arena onde a performance, a imagem e a capacidade de articulação sob pressão são postas à prova diante de uma audiência de milhões. Sobre a mesma emissora, a mídia informativa se torna, conforme aponta Miguel: “[...] uma fonte essencial de fornecimento dos recursos cognitivos de que os eleitores dispõem antes de fazerem suas escolhas” (Miguel, 1999, p. 255).

Este evento, marcado pela alta tensão política e por uma audiência massiva, constitui um espaço privilegiado para observar como essa mesma retórica foi mobilizada em um confronto direto com seu principal adversário, permitindo examinar a intensificação e a adaptação do dispositivo anticomunista em um dos momentos mais decisivos da disputa eleitoral.

Portanto, analisar a retórica anticomunista nesse espaço é fundamental para compreender como ela se adapta e se potencializa em um dos momentos mais decisivos de uma disputa eleitoral, onde a construção de sentidos é disputada em tempo real e em escala nacional.

Durante o debate no segundo turno, transmitido ao vivo pela TV Globo, Globonews e

pelo site do G1 no dia 28 de outubro, no primeiro bloco de perguntas livres, ao ser questionado por Lula sobre a posição do Brasil no mundo⁸⁰ e as políticas externas do seu governo, Bolsonaro responde:

A tua política externa é com o ditador Maduro, é com Cuba, é agora com Argentina, essa é tua política externa. E você, pegando dinheiro do BNDES nosso e mandando pra fora. Por exemplo Lula, por que em Belo Horizonte não tem metrô? E em Caracas capital da Venezuela tem? E lá com dinheiro nosso, do BNDES. Por que você priorizou fazer obras fora do Brasil e não aqui dentro? Responde aí, Lula (Bolsonaro, 2022, s/p).

Fica evidente, no trecho apresentado acima, novamente a triangulação que Bolsonaro faz, através da retórica anticomunista, entre corrupção, PT e experiências socialistas. Novamente é necessário reafirmar que o que está em questão na resposta de Bolsonaro não é a infraestrutura viária de Belo Horizonte, — que curiosamente foi privatizada durante o seu governo⁸¹ — mas o tensionamento da ideia de que seu adversário é alinhado com os “comunistas” apresentados logo no início de sua fala. Também ressurgem no discurso o sentimento nacionalista, silenciando todas as particularidades dos acordos comerciais externos feitos por Lula e apontando um caso isolado — o metrô de Belo Horizonte — para justificar sua postura anticomunista e sua formação discursiva nacionalista, fazendo ataque às experiências socialistas latino-americanas.

Além disso, como foi observado, a apresentação das experiências socialistas sempre em conjunto — no caso dos discursos de Bolsonaro, Venezuela e Cuba — opera de forma similar ao anticomunismo dos anos 1990, silenciando as divergências entre esses países, e apresentando todas as experiências socialistas como se fossem uma coisa só, conforme aponta Motta: “[...] a propaganda anticomunista silenciava sobre as divergências entre países comunistas, mantendo a imagem de que formariam um bloco coeso (Motta, 2020, p. 82)”.

No terceiro bloco do debate, ao ser questionado pelo seu adversário sobre a gestão do seu governo acerca da saúde e compra de Viagra para militares do exército, Bolsonaro reitera o ataque ao programa Mais Médicos — de forma muito semelhante que fez na entrevista ao podcast Inteligência Ltda. — insinuando movimentos de corrupção de Lula com Fidel Castro através dos médicos cubanos⁸², ao dizer que:

Lula, por falar em médico, o teu governo, PT, fez o programa Mais Médicos Cubanos,

⁸⁰ O trecho pode ser visto na íntegra na minutagem 21:30 do primeiro bloco do debate, no canal G1, no YouTube.

⁸¹ Bolsonaro libera R\$ 2,8 bi para privatização do metrô de BH e diz que BNDES está à frente do projeto. São Paulo: Valor Econômico, 30 set. 2021. Disponível em: ><https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/09/30/bolsonaro-libera-r-28-bi-para-privatizacao-do-metro-de-bh-e-diz-que-bndes-esta-a-frente-do-projeto.ghml>> Acesso em: 13 nov. 2025.

⁸² O trecho pode ser visto na íntegra na minutagem 09:45 do terceiro bloco do debate, no canal G1, no YouTube.

ganhando 12 mil por mês e 8 mil e quinhentos indo para Cuba. Chegamos a ter 12 mil Cubanos aqui dentro, pessoas que não entendiam nada de medicina, nada, zero. Nós criamos o Médicos pelo Brasil, já está em plena execução, vamos ter mais cinco mil médicos até dezembro desse ano. Explica pra gente aqui, quanto você mandou para a família Castro, pra Cuba, do programa Mais Médicos do seu governo? Explica aí! (Bolsonaro, 2022, s/p).

Ao desqualificar os profissionais cubanos como pessoas que “não entendiam nada de medicina, nada, zero”, promove-se um apagamento da competência e dos resultados positivos do programa, documentados em estudos que apontam a ampliação do acesso à saúde⁸³. Simultaneamente, cria-se uma evidência ideológica: a de que a cooperação era uma farsa para financiar o regime cubano. Orlandi explica que: “A evidência do sentido, que, na realidade, é um efeito ideológico, não nos deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção (Orlandi, 2005, p. 45)”.

Ou seja, a menção aos salários e ao repasse de valores, sem contextualizar a estrutura do acordo internacional, funciona como um efeito de evidência que busca tornar o sentido literal e inquestionável, ocultando as mediações políticas e institucionais que constituíam o programa e transfigurando o discurso em uma retórica anticomunista.

A análise dos pronunciamentos de Jair Bolsonaro, tanto em ambientes de mídia digital quanto em debates televisionados, demonstra que a repetição não é um mero recurso retórico, mas uma condição de existência de seu discurso anticomunista, assim como nos outdoors mencionados anteriormente. Ao manipular consistentemente as mesmas peças no tabuleiro — Cuba, Venezuela e o Partido dos Trabalhadores — e associá-los a significantes como corrupção e ameaça à nação, Bolsonaro opera dentro do que Orlandi (2005) define como o processo de constituição do sentido.

Se tratando exclusivamente dos ataques a Venezuela ligados ao PT, investigações já demonstram como o discurso “O Brasil vai virar uma Venezuela” é cotidiana entre o vocabulário da extrema-direita⁸⁴, conforme aponta Herédias (2021):

[...] o jargão contemporâneo utilizado pela extrema direita “O Brasil vai virar uma Venezuela”, direcionando a representação de um país caótico e sem liberdade, devido à “implantação do comunismo”. Sobre essa questão-chave, Viktor Chagas, Michelle Modesto e Dandara Magalhães (2019) analisaram 11.118 mensagens de 158 grupos pró-Bolsonaro no WhatsApp, de 22 de junho a 28 de novembro de 2018, dando maior foco à mobilização dos seus eleitores em torno desse jargão em específico e tentando compreender a sociabilidade política do círculo. Os autores concluíram que as mensagens enviadas, 95 relacionavam a crise venezuelana aos mandatos do PT e eram utilizadas de forma estratégica a fim de ativar um método de campanha que funcionou

⁸³ Veja mais em SEPARAVICH, M. A.; MACHADO, M. H. Programa Mais Médicos: revisão crítica da implementação sob a perspectiva do acesso e universalização da atenção à saúde.

⁸⁴ Um termo parecido e reiteradamente utilizado pela base eleitoral de Bolsonaro foi o “Vai pra Cuba”, conforme apresentamos no capítulo dois.

a partir de uma “retórica do medo” (Herédias, 2021, p. 94).

Então, a reiteração constante das mesmas acusações, em diferentes contextos e com pequenas variações, funciona como uma paráfrase contínua que visa estabilizar um discursivo específico. Esse mecanismo não busca apresentar fatos novos, mas sim reforçar uma memória e uma interpretação de mundo já estabelecida, na qual a esquerda é, por definição, o inimigo comunista a ser combatido. Pois, segundo Orlandi (2005):

Decorre daí a afirmação de que a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico (Orlandi, 2005, p. 36).

Desta forma, a repetição não é mera reprodução mecânica, mas constitui a própria condição de possibilidade do sentido. Se objetos como “Cuba” ou “socialismo” podem carregar múltiplos sentidos — cooperação internacional, modelo político alternativo, etc. — a repetição incessante de uma única narrativa (a da ameaça e da corrupção) funciona como um esforço para silenciar essa multiplicidade e impor um sentido único e hegemônico, o anticomunismo. A necessidade de dizer e repetir, portanto, emerge da própria natureza polissêmica da linguagem. Ao fixar um único significado a esses agentes, o discurso de Bolsonaro não apenas define seus inimigos, mas também reafirma a identidade de seu próprio grupo político como o único defensor legítimo da pátria, naturalizando sua posição no poder e marginalizando qualquer projeto que escape à sua matriz de sentido ideológico.

Para concluir, podemos apontar que o discurso anticomunista de Jair Bolsonaro, durante a campanha eleitoral de 2022, não constituiu um ato isolado de comunicação, mas um gesto de inscrição em uma cadeia discursiva historicamente determinada, operando como um sofisticado instrumento de poder para a manutenção da hegemonia da classe dominante Brasileira.

A análise empreendida buscou desnaturalizar a retórica anticomunista de Bolsonaro, revelando sua função material na produção de pânico morais, na construção de um inimigo totalizante e na reconfiguração da luta de classes em uma batalha de ordem moral e existencial. Para tanto, o percurso argumentativo partiu da contextualização das eleições no quadro da guerra cultural brasileira, avançou para a análise de peças de propaganda e, por fim, debruçou-se sobre os pronunciamentos do então presidente em diferentes plataformas, desde as redes sociais até os debates televisionados.

Sendo assim, a primeira seção dedicou-se a articular o conceito de guerra cultural adaptado à realidade brasileira com a reativação do anticomunismo. Demonstrou-se que a

disputa eleitoral de 2022 transcendeu o debate sobre projetos de governo, configurando-se como um campo de batalha simbólico em torno de valores, costumes e identidades. Nesse cenário, o anticomunismo emergiu não como um espectro da Guerra Fria, mas como um dispositivo ideológico funcional, capaz de unificar setores conservadores e canalizar ansiedades sociais difusas para um inimigo fabricado.

A análise do fenômeno do pânico moral, exemplificado pela instrumentalização de temas como a “ideologia de gênero”, revelou como o discurso bolsonarista construiu uma narrativa de ameaça existencial, transformando adversários políticos em “demônios populares” que colocariam em risco a família, a pátria e os valores cristãos. Essa estratégia permitiu que a extrema-direita deslocasse as contradições materiais da sociedade para o campo da moralidade, obscurecendo as causas reais das crises sociais e econômicas.

A seção demonstrou, ainda, a eficácia dessa ofensiva ideológica ao analisar suas consequências dialéticas, que se manifestaram não apenas na mobilização da base reacionária, mas também na retração simbólica da própria campanha de esquerda. Este fenômeno revelou a profundidade do anticomunismo como uma força social estruturante, capaz de pautar não apenas o discurso de quem o profere, mas também as ações e o repertório simbólico daqueles que a ele se opõem.

Por fim, o texto debruçou-se sobre os pronunciamentos de Jair Bolsonaro em múltiplas plataformas — redes sociais, podcasts e debates televisivos —, identificando a repetição como condição de existência de seu discurso. A reiteração incessante da triangulação entre o Partido dos Trabalhadores, a corrupção e as experiências socialistas de Cuba e Venezuela não foi um mero recurso retórico, mas uma paráfrase contínua que visava estabilizar um sentido único e hegemônico para esses significantes. Ao silenciar as complexidades e as contradições, e ao desqualificar qualquer projeto alternativo como uma ameaça à nação, o discurso de Bolsonaro operou para fechar o campo da polissemia, impondo uma interpretação de mundo que naturaliza sua própria posição de poder.

A análise demonstrou como a formação discursiva religiosa, nacionalista e maniqueísta se articulavam para sacralizar a figura do líder, demonizar o adversário e transformar a disputa política em uma batalha escatológica.

Embora o anticomunismo tenha sido uma pauta explícita na campanha de Jair Bolsonaro em 2022, a abordagem foi notavelmente diferente da de 2018. Como presidente buscando a reeleição, o contexto político exigiu uma estratégia mais sutil em seu plano de governo. Dessa forma, o discurso anticomunista se manifestou mais em falas pontuais do candidato do que em

documentos oficiais, como o plano de governo, refletindo uma adaptação tática às novas condições eleitorais, porém com efeito limitado, tendo em vista a vitória de Lula em 2022.

Em suma, os resultados expostos neste capítulo confirmam a proposta inicial: o discurso anticomunista de Jair Bolsonaro em 2022 foi uma manifestação concreta e sofisticada de uma tecnologia de poder historicamente consolidada. Ele não foi um simples reflexo de uma realidade polarizada, mas um agente ativo na produção dessa mesma polarização. Ao mobilizar memórias, fabricar pânico e interditar o debate racional, o anticomunismo cumpriu sua função histórica de servir como contraofensiva ideológica da classe dominante, obscurecendo as contradições do capital e garantindo que a luta política se mantivesse nos limites da ordem estabelecida. A análise detalhada de sua materialidade discursiva, desde a propaganda de rua até a performance presidencial, revela que, longe de ser uma ideia “ultrapassada”, o anticomunismo permanece como uma força viva e atuante na política brasileira, cuja compreensão é indispensável para a análise das formas contemporâneas de dominação ideológica e material.

Considerações finais

Essa dissertação partiu da análise de um fenômeno aparentemente localizado – o discurso anticomunista de Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2022 – para desvelar suas raízes históricas profundas e sua função estrutural como uma sofisticada tecnologia de poder. O objetivo central que norteou este trabalho foi demonstrar que a reiteração do anticomunismo não constituiu um ato isolado ou anacrônico, mas a inscrição consciente em uma cadeia discursiva historicamente determinada, cuja finalidade última é a interdição do debate racional e a manutenção da hegemonia da classe dominante. Para tanto, o percurso argumentativo foi estruturado em três momentos que transitaram da gênese teórica e histórica do anticomunismo à sua manifestação concreta no cenário político brasileiro contemporâneo.

Neste sentido, o primeiro capítulo desta dissertação dedicou-se a estabelecer as bases materiais e ideológicas que permitiram o surgimento do anticomunismo. Demonstrou-se que este não nasce como uma mera opinião ou corrente de pensamento, mas como uma reação orgânica e necessária da burguesia à emergência do socialismo científico. Ao passo que o comunismo se apresentava como um projeto de superação do sistema de produção capitalista, fundamentado na abolição da propriedade privada dos meios de produção, o anticomunismo emergiu como sua antítese, uma frente ideológica destinada a negar, deslegitimar e combater essa possibilidade histórica.

A análise recuou às origens do pensamento socialista, distinguindo as propostas utópicas, ainda idealistas, daquelas fundadas no materialismo histórico, para evidenciar que foi a ameaça real de uma transformação estrutural, e não apenas moral, que catalisou a formação de um discurso anticomunista coeso. Este se revelou, desde seus primórdios, um poderoso instrumento aglutinador, capaz de unificar diferentes frações da classe dominante — do liberalismo ao fascismo — em torno de um inimigo comum.

No contexto brasileiro, essa função política foi identificada, mostrando que o anticomunismo esteve presente desde as primeiras manifestações do ideal comunista no país, servindo como justificativa para a repressão a movimentos operários e para a legitimação de regimes autoritários, como o Estado Novo e, posteriormente, a Ditadura Militar de 1964. A historicização do conceito permitiu, portanto, desnaturalizá-lo, revelando-o não como uma defesa de valores abstratos, como “liberdade” ou “democracia”, mas como a defesa intransigente de uma ordem social específica, baseada na exploração do trabalho e na propriedade privada.

Superada a análise de sua gênese, o segundo capítulo avançou na investigação ao situar a reemergência do anticomunismo no contexto mais recente da “guerra cultural” brasileira.

Argumentou-se que o período que se seguiu às Jornadas de Junho de 2013, às eleições de 2018 e o início do governo de Bolsonaro foi marcado por uma profunda crise de representatividade e pela reconfiguração do ativismo de rua, abrindo espaço para que grupos conservadores e de extrema-direita sequestrassem a pauta da insatisfação popular. A “guerra cultural” operou como o solo fértil sobre o qual o espectro vermelho — agora em verde e amarelo — pôde ser reativado e ressignificado. A luta de classes, embora permanecesse como o motor oculto dos conflitos, foi transfigurada em uma batalha entre o “cidadão de bem” e as “forças do mal”, entre a “família tradicional” e a “ideologia de gênero”.

Este capítulo demonstrou como a direita brasileira, especialmente em sua vertente bolsonarista, soube capitalizar essa conjuntura, utilizando as novas tecnologias de comunicação digital para criar câmaras de eco e disseminar narrativas simplificadas e emocionalmente carregadas. A ascensão de movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL), dentre outros, e a instrumentalização das redes sociais foram analisadas como parte de uma estratégia mais ampla de subversão das ferramentas democráticas de debate para a construção de um projeto autoritário. O anticomunismo, nesse contexto, foi a argamassa que uniu diferentes pânicos morais, da ameaça à propriedade à suposta destruição da família, conferindo-lhes uma coerência narrativa e um inimigo único e identificável.

É sobre esse tabuleiro histórico e conjuntural que o terceiro capítulo se debruçou, analisando a materialidade discursiva do anticomunismo na campanha presidencial de 2022. A análise dos pronunciamentos de Jair Bolsonaro, com destaque para sua participação no debate da Rede Globo e outros pronunciamentos ao longo da campanha, bem como material nas redes digitais e outdoors revelou a articulação sistemática de três formações discursivas distintas, mas complementares: a religiosa conservadora, a nacionalista e a propriamente anticomunista. A primeira transformava a disputa eleitoral em uma batalha espiritual entre o bem e o mal; a segunda construía a figura do adversário como um inimigo da pátria; e a terceira, a anticomunista, operava como o grande articulador de sentidos, conferindo inteligibilidade e urgência às outras duas.

Foi neste ponto que a investigação confirmou sua hipótese central. A função política do anticomunismo na disputa eleitoral de 2022 demonstrou, portanto, a capacidade de criar um eixo de clivagem que transcende o debate programático. Em vez de discutir propostas detalhadas para a economia ou para as políticas sociais, a estratégia discursiva de Bolsonaro buscou deslocar o debate para o terreno moral e identitário. Ao pintar o adversário com as cores do comunismo, o objetivo era desumanizá-lo e invocar o espectro de uma ameaça existencial, contra a qual todas as armas seriam legítimas. Essa estratégia permitiu unificar uma base de

apoio em torno de um inimigo comum, obscurecendo as contradições de classe e garantindo que a luta política se mantivesse nos limites da ordem.

Os mecanismos discursivos para alcançar tal objetivo foram minuciosamente dissecados: a construção de dicotomias maniqueístas, a repetição incessante de falsas correlações causais entre o PT, a corrupção e as experiências socialistas de Cuba e Venezuela, e a temporalização da ameaça, que projetava um futuro de miséria e autoritarismo caso a esquerda retornasse ao poder. A repetição, como demonstrou a análise, não foi mera reprodução mecânica, mas a condição de possibilidade para a fixação de um sentido hegemônico, naturalizando a associação entre comunismo, dor e destruição.

As consequências dialéticas dessa ofensiva foram igualmente notáveis, não se restringindo à mobilização da base reacionária, mas provocando uma retração simbólica na própria campanha adversária, que se viu compelida a moderar seu discurso e seus símbolos. A profundidade do anticomunismo como força social estruturante revelou-se, assim, capaz de pautar não apenas o discurso de quem o profere, mas também as ações e o repertório daqueles que a ele se opõem.

Em suma, ao articular a longa duração histórica com a análise conjuntural e a materialidade discursiva, esta dissertação buscou oferecer uma contribuição para a compreensão das formas contemporâneas de dominação ideológica no Brasil. A pesquisa demonstrou que o anticomunismo, longe de ser uma relíquia da Guerra Fria, permanece como uma força viva e atuante, uma tecnologia de poder que se moderniza e se adapta para cumprir sua função histórica de servir como contraofensiva da classe dominante. Ao mobilizar memórias, fabricar pânicos e interditar o debate racional, o discurso anticomunista opera para obscurecer as contradições sociais, marginalizar projetos políticos alternativos e, em última instância, garantir que a estrutura de dominação permaneça intacta e incontestada.

A superação desse fenômeno, como sugere a própria análise, exige não apenas a crítica no plano das ideias, mas, fundamentalmente, a transformação das condições materiais que o produzem e o reproduzem incessantemente como uma necessidade para a sobrevivência da ordem do capital.

Esta análise não esgota o tema e aponta-se a necessidade de aprofundar a análise sobre a recepção do discurso anticomunista por diferentes segmentos do eleitorado, investigando as mediações que levam à sua adesão ou rejeição. Sugere-se, para futuros trabalhos, inclusive a realização de pesquisas qualitativas com grupos de eleitores, a fim de compreender como o imaginário anticomunista é mobilizado em suas práticas cotidianas e como ele se articula com outras dimensões da vida social. Ademais, uma análise comparativa com outros contextos

nacionais onde o anticomunismo também desempenha um papel relevante na política contemporânea poderia enriquecer a compreensão do fenômeno em sua dimensão global. Por fim, espera-se que este trabalho possa servir como um subsídio para a reflexão crítica sobre os desafios da democracia brasileira e para a construção de estratégias políticas capazes de superar as armadilhas ideológicas que ainda hoje interditam a construção de um futuro mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. Aspectos do novo radicalismo de direita. São Paulo: Unesp, 2020.
- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.
- ANDRÉS, Carlos. *A culpa é de junho de 2013? Os caminhos da alienação política e a ascensão da extrema direita no Brasil*. Psicologia USP, São Paulo, v. 34, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/mxgQdvRgFkBW7Kb49mQpwrD/>>. Acesso em: 23 jul. 2025.
- ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. Observatório Social de América Latina – OSAL, Buenos Aires, CLACSO, n. 34, p. 37-50, 2013.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BASTOS, Bruna; NEMER, David. Análise de conteúdo da desinformação política disseminada por Jair Bolsonaro no Twitter/X. Caderno CRH, Salvador, v. 38, p. 1-19, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/RjnW4vKFx64hxmLBkhc8Ftr/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2022.
- BATISTA, Ariel Chexes. O anticomunismo brasileiro e a afirmação de um passado recomposto. In: Anais da XI Semana de História UFES. Vitória: UFES, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/23089>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOLSONARO, Jair Messias (perfil oficial). Publicação no Facebook [post]. Facebook, 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/pfbid0RUN6znTv7wsKoF8afkndqyHNaQVRD2iaX5fJ2FXzDd2VGHmkDJ4sVdA6yXyHhge5l>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- BOLSONARO, Jair Messias. *O Brasil do presente deixou de servir a esses regimes ultrapassados...* [publicação no Facebook]. 24 ago. 2022. Disponível em: ><https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/pfbid02gupBzhHgS8tVj6XRvMgsXPd8arJrL9dnVL2gbZ6RqTJXAxyhYeTUAaJv5naNgf5ul>>. Acesso em: 22 out. 2025.
- BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. *Discursos de Jair Bolsonaro*. Presidência da República. Disponível em: <<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto criminaliza apologia ao comunismo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/519165-projeto-criminaliza-apologia-ao-comunismo>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CASALECCHI, Gabriel Avila; ROCHA, Daniel Leonel; FAETI, Filipe. *Democratas, mas nem tanto: uma análise do eleitor bolsonarista na eleição de 2018*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 30, e024, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-98732432e024>. Acesso em: 28 jul. 2025.

CARAPANÃ. In: *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil* / Luis Felipe Miguel ...[et al.]; organização Esther Solano Gallego - 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARVALHO, Olavo de. *Do marxismo cultural*. [s.d.]. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/do-marxismo-cultural/>. Acesso em: 13 maio 2025.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A Nova Direita no Brasil: discurso, prática e sentidos do bolsonarismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

CASULLO, María Esperanza. América Latina: la derecha que aprendió a ser populista. El Dipló, 2023. Disponível em: <https://www.eldiplo.org/notas-web/america-latina-la-derecha-que-aprendio-a-ser-populista/>. Acesso em: 16 ago. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Deputado federal Jair Messias Bolsonaro – biografia. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [s.d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>. Acesso em: 28 jul. 2025

COSTA, Iná Camargo. *Dialética do marxismo cultural*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. Introdução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

CÔRTEZ, M. A revolta dos bastardos: do pentecostalismo ao bolsonarismo. Cadernos CRH, v. 34, 2021.

CORDEIRO, Janaína Martins. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. *Revista de História*, São Paulo, n. 180, p. 1–32, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167214>. Acesso em: 22 jul. 2025.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DUARTE, Jéssica da Silva. A maré conservadora no Brasil e no mundo. Imakay Research Hub, 16 nov. 2022. Disponível em: <https://imakay.org/brasil/a-mare-conservadora-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 16 ago. 2025.

DUARTE, Kamilla Alves. Dominação burguesa entre o velho e o novo: a ascensão da extrema-direita no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 146, n. 3, e-6628330, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JSQhmDk8n5Q4jbLmVqJnwDy/>>. Acesso em: 26 jul. 2025.

ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo utópico e socialismo científico*. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2025.

EXAME. *Ministro da Educação defende combate a “marxismo cultural” em universidade*. Exame, 10 dez. 2018. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/ministro-da-educacao-defende-combate-a-marxismo-cultural-em-universidade>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

FESTUGATTO, Adriana Martins Ferreira; SABINO, Pedro Augusto Lopes. Enfrentamento à desinformação pelo TSE nas eleições de 2022: análise de julgados de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023. *Estudos Eleitorais*, [S. l.], v. 18, n. 1, 2025

G1. Lula e Bolsonaro: assista ao 1º bloco do #DebateNaGlobo. YouTube, 28 out. 2022. 1 vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EK_hxsxWF4I Acesso em: 11 nov. 2025.

G1. Lula e Bolsonaro: assista ao 3º bloco do #DebateNaGlobo. YouTube, 28 out. 2022. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MVeRuwkig18>. Acesso em: 11 nov. 2025.

G1. Bolsonaro chama coronel Ustra de 'herói nacional'. G1, 8 ago. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/08/bolsonaro-chama-coronel-ustra-de-heroi-nacional.gh.html>> Acesso em: 16 jun. 2025.

GASPARI, E. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAZETA DO POVO. “Kit Gay”: o que é mito e o que é verdade. Curitiba, 16 out. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/kit-gay-o-que-e-mito-e-o-que-e-verdade-b60i8lo4osb19tsf2du8bmr54/>>. Acesso em: 14 out. 2025.

GERÔNIMO, M. J. Guerra cultural no Brasil: a ascensão de movimentos da nova direita. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 4., 2022, São Cristóvão, SE. Anais [...]. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2022

GREEN, James N.; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 67-89, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo. Petrópolis: Vozes, 2014.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

GOULART, Mayra; RODRIGUES, Theófilo. A crise da democracia liberal e a emergência do populismo de direita no século XXI. *Desigualdade & Diversidade*, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/56262/56262.PDFXXvmi=>. Acesso em: 16 ago. 2025.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

HARVEY, David et al. *Occupy*. Tradução de João Alexandre Peschanski et al. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.

HERÉDIAS, Lorena Delduca. Os muitos tons do inimigo vermelho: as reconfigurações contemporâneas do anticomunismo no Brasil (1990-2020). 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança) – Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

HUNTER, J. D. *Culture wars: the struggle to define America*. Nova York: Basic Books, 1991

IGREJA CATÓLICA. Papa (1878–1903: Leão XIII). *Carta encíclica Quod Apostolici Muneris: sobre o socialismo e comunismo*. [S.l.]: Sapientia et Christianae, 2023. Disponível em: <https://sapientiaechristianae.org/2023/03/31/carta-enciclica-quod-apostolici-muneris/>. Acesso em: 14 maio 2025

KALIL, Isabela Oliveira. *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2020/03/Relat%C3%B3rio-para-Site-FESPSP.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2025.

KERCHE, Fábio; SILVA, Cristiano Paixão. *Operação Lava Jato e o direito penal do inimigo*. São Paulo: Alameda, 2018.

LACERDA, M. Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro. *Religião & Sociedade*, v. 42, n. 1, 2022.

LEÃO XIII. *Rerum novarum*: sobre a condição dos operários. [S.l.]: Vaticano, 1891. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 14 maio 2025.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Boitempo, 2025.

LIMA, Gabriela. *PL se aproxima de big techs para impulsionar conteúdos da direita*. Poder360, Brasília, 30 maio 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder->

eleicoes/pl-se-aproxima-de-big-techs-para-impulsionar-conteudos-da-direita/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou Bonapartismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LÖWY, Michael. *O que é cristianismo da libertação?* Religião e política na América Latina. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular, 2016.

MARQUES, Marcelo de Souza; CARLOS, Euzenia. O populismo de extrema direita no governo Bolsonaro: uma abordagem discursiva. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 27, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0337/e141017>. Acesso em: 26 jul. 2025.

MARQUES, R. M.; XIMENES, S. B.; UGINO, C. K. Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 38, n. 3, p. 526-547, 2018.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 945-970, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>. Acesso em: 16 ago. 2025.

MACHADO, M. D. C. Articulações político-religiosas entre Brasil-USA: direita e fundamentalismo. *Cadernos de Pesquisa do CEMARX*, 2021.

MARINGONI, Gilberto. Existe um populismo contemporâneo? *Tensões Mundiais*, Fortaleza, v. 19, n. 40, p. 17-45, 2023.

MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas de Nélío Schneider; prólogo de Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELO, Ricardo Abreu de. O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015). 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-25092019-171659/pt-br.php>. Acesso em: 6 ago. 2025.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências*

Sociais, São Paulo, v. 33, n. 98, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/339707/2018>. Acesso em: 16 ago. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Congresso aprova Lei de Segurança Nacional. [S. l.]: Fundação Perseu Abramo, [2023]. Disponível em: <<https://memorialdademocracia.com.br/card/congresso-aprova-lei-de-seguranca-nacional>>. Acesso em: 26 maio 2025.

MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo. Dados, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 253-277, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2. ed. Niterói: Eduff, 2020

NETTO, José Paulo. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2005.

NUNES, Marcos; TRAUMANN, Thomas. Um Brasil dividido? Reflexões sobre a polarização política e social no Brasil contemporâneo. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 122, p. 1-40, 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. Estudos da Língua(gem), Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 9-15, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra et al. (org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. 2 v. il.

PANIZZA, Francisco. *Populism and the Mirror of Democracy*. London: Verso, 2005.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima; PIMENTA, Everton Fernando (org.). *Dimensões do anticomunismo no Brasil: novos estudos e perspectivas de análise*. São Luís: EDUFMA, 2024.

PEREIRA DA SILVA, F. O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 4, n. 2, p. 165-178, 27 dez. 2018.

POCHMANN, M. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. Ser Social, v. 13, n. 28, p. 12-40, 2011.

PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Projeto História, n. 33, 2006. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/memoria/1935/a_pdf/anita_leocadia_70_anos_anl.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.

RENNÓ, Lucio. *Bolsonarismo e eleições de 2022*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 36, n. 106, p. 147-164, 2022.

RENNÓ, Lucio. *La ultraderecha en Brasil: de Bolsonaro al bolsonarismo*. Santiago: Fundación Friedrich Ebert, 2023. Disponible en: <https://chile.fes.de>. ISBN 978-956-6138-64-8. Acesso em: 29 jul. 2025.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 417-444, 2002.

ROCHA, Camila. “Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico Ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/xtmSkTyVvY4SRn3tpkNZhZR/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Posfácio de Cláudio Ribeiro. 1. ed. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

RODRIGUES, Cecília de Castro; PÉREZ-NEBRA, Amalia Raquel. A mudança na imagem do presidente Lula: fotoanálise da República. *Conexão – Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, p. 163-182, jul./dez. 2007.

SANTOS, F. R. C. dos. O que se entende por Retórica da Guerra Cultural. *Domínios de Linguagem*, v. 15, n. 1, p. 180-227, 2021.

SENADO FEDERAL. Primeiro ano de governo teve 48 medidas provisórias editadas. Brasília, DF: Senado Federal, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/01/10/primeiro-ano-de-governo-teve-48-medidas-provisorias-editadas>. Acesso em: - jul. 2025

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Gms8JdT866XVMzqKLHYJSrB/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SILVA, Cristiane Sabino; BONI, Paulo César. A trajetória imagética de Lula: de líder sindical a presidente da República. *Discursos fotográficos*, Londrina, v. 1, p. 89-113, 2005.

SOUZA, Greice Caroline Silva de. *Anticomunismo: o espectro imaginário que ronda o Brasil*. 2022. 49 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal do Rio Grande

do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2022.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. São Paulo: LeYa, 2016.

SAUVIAT, Catherine. *Occupy Wall Street, um movimento social inédito nos Estados Unidos*. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, p. 145–159, jul.–dez. 2012.

SINGER, André Vitor. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF envia à Justiça Eleitoral do Acre queixa-crime contra Bolsonaro por discurso em 2018. Portal STF, Brasília, 10 ago. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=512102&ori=1>. Acesso em: 19 ago. 2025.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. Lusotopie, [S.l.], v. 17, p. 112-135, 2018. Disponível em: https://brill.com/view/journals/luso/17/1/article-p112_6.xml. Acesso em: 25 jul. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Divulgação de candidaturas e contas eleitorais: candidato Jair Messias Bolsonaro - Eleições 2018*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUL/BR/2022802018/280000614517/2018/BR>. Acesso em: 6 ago. 2025.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Os limites da democracia: a legitimidade do protesto no Brasil participativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 33, n. 98, 2018.

VALÉRIO, S. Pentecostalismo, catolicismo e bolsonarismo: convergências. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 13, n. 37, p. 211-230, 2020

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

VEJA. A postagem do Papa Francisco que irritou apoiadores de Bolsonaro. São Paulo, 16 out. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/a-postagem-do-papa-francisco-que-irritou-apoiadores-de-bolsonaro>. Acesso em: 3 out. 2025.